

CONSELHO DIRETOR
UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO



Ata da 1.009^a

Sessão de 30/11/2021

1 1.009^a Sessão do Conselho Universitário. Ata. Aos trinta dias do mês de novembro
2 de dois mil e vinte e um, às quatorze horas, reúne-se, excepcionalmente, de
3 maneira híbrida – presencialmente, na Sala do Conselho Universitário e,
4 remotamente, por meio do sistema *Google Meet* de videoconferência, em virtude
5 das tratativas de combate à COVID-19 –, o Conselho Universitário, sob a
6 presidência do Magnífico Reitor, Prof. Dr. Vahan Agopyan e com o comparecimento
7 dos seguintes Senhores Conselheiros: Adrian Pablo Fanjul, Alexander Turra,
8 Amanda Guerra de Moraes Rego Sousa, Amilton Martins dos Santos, Ana Lucia
9 Duarte Lanna, Ana Maria Loffredo, Ana Paula Bastos Vilar Garcia, André Carlos
10 Ponce de Leon Ferreira de Carvalho, André Carrara Morandini, André Lucirton
11 Costa, Antonio Carlos Hernandes, Antonio Carlos Teixeira Alvares, Augusto Alberto
12 Valero Flores, Bárbara Della Torre, Bartira Rodrigues Guerra, Brasilina Passarelli,
13 Caetano Juliani, Carlos Alberto Labate, Carlos Alberto Montanari, Carlos Eduardo
14 Ambrosio, Carlos Gilberto Carlotti Junior, Carlota Josefina Malta Cardozo dos Reis
15 Boto, Carmen Silvia Favaro Trindade, Cristina Maria Galvão, Denis Vinicius Coury,
16 Durval Dourado Neto, Durval Rodrigues Junior, Edmund Chada Baracat, Edson
17 Cezar Wendland, Eduardo de França Mesquita, Eduardo Henrique Soares Monteiro,
18 Emanuel Carrilho, Fabiana de Sant'Anna Evangelista, Fabio Frezatti, Fabio Luiz
19 Teixeira Goncalves, Floriano Peixoto de Azevedo Marques Neto, Geraldo Duarte,
20 Giuliana Moraes de Andrade, Giulio Gavini, Haydée Fiszbein Wertzner, Heleno
21 Taveira Torres, Hugo Tourinho Filho, Joilson de Oliveira Martins, Ianni Regia
22 Scarcelli, Ingrid Merllin Batista de Souza, Janina Onuki, João Marcos de Almeida
23 Lopes, João Vitor Basso Fabricio, José Antonio Visintin, José Soares Ferreira Neto,
24 Joubert José Lancha, Júlio Cerca Serrão, Junior Barrera, Larissa Vitoria Mendes
25 Proença, Léa Assed Bezerra da Silva, Letícia Siqueira das Chagas, Leticia Veras
26 Costa Lotufo, Liedi Légi Bariani Bernucci, Luiz Agostinho Ferreira, Luiz Henrique
27 Catalani, Manfredo Harri Tabacniks, Manoel Marcilio Sanches, Marcelo Knörich
28 Zuffo, Marcelo Mulato, Marcilio Alves, Marcio Henrique Pereira Ponzilacqua, Marcos
29 Garcia Neira, Marcos Kauê Ferreira de Queiroz, Marcos Silveira Buckeridge,
30 Margaret de Castro, Maria Aparecida de Andrade Moreira Machado, Maria Cristina
31 Ferreira de Oliveira, Maria Dolores Montoya Diaz, Maria Helena Palucci Marziale,
32 Maria Nilda de Carvalho Mota, Maria Sylvia Baptista Serra, Marilia Afonso Rabelo
33 Buzalaf, Miguel Parente Dias, Nuno Manuel Morgadinho dos Santos Coelho,

34 Osvaldo de Freitas, Oswaldo Yoshimi Tanaka, Paolo Di Mascio, Patrícia Gama,
35 Paulo Antonio Dantas de Blasis, Paulo Frazão São Pedro, Paulo Martins, Paulo
36 Nelson Filho, Paulo Yukio Gomes Sumida, Pedro Bohomoletz de Abreu Dallari,
37 Pietro Ciancaglini, Rafael Pombo Menezes, Raquel Rolnik, Regina Szyllit, Reinaldo
38 Santos de Souza, Renato de Figueiredo Jardim, Renato Paes de Almeida, Ricardo
39 Ivan Ferreira da Trindade, Ricardo Ricci Uvinha, Rodney Garcia Rocha, Ronaldo
40 Severo Ramos, Rosangela Itri, Rudinei Toneto Junior, Rui Alberto Ferriani, Sérgio
41 de Albuquerque, Sergio Muniz Oliva Filho, Sylvio Roberto Accioly Canuto, Tarcisio
42 Eloy Pessoa de Barros Filho, Thomas Prates Ong, Umberto Cesar Correa, Vanderlei
43 Salvador Bagnato, Vânia Ferreira Gomes Dias, Vera Lucia Conceição de Gouveia
44 Santos e Wilson Santana Martins. Presente, também, o Prof. Dr. Pedro Vitoriano de
45 Oliveira, Secretário Geral. Justificaram antecipadamente suas ausências, sendo
46 substituídos por seus respectivos suplentes, os Conselheiros: Danny Dalberson de
47 Oliveira, Humberto Gomes Ferraz, José Rubens Pirani, Monica Sanches Yassuda,
48 Regina Marcia Cardoso de Sousa, Rodrigo do Tocantins Calado Saloma Rodrigues,
49 Sílvio Silvério da Silva, e Tirso de Salles Meirelles. Justificaram, ainda, suas
50 ausências os Conselheiros: Antenor Cerello Junior, Leticia Lé Oliveira, Rafael
51 D'Angelo Marcondes Severi, Raí Campos Silva, e Vanderlan da Silva Bolzani.
52 Havendo número legal de Conselheiros, o M. Reitor declara aberta a Sessão do
53 Conselho Universitário da Universidade de São Paulo. **M. Reitor:** “Boa tarde a todas
54 e a todos. Temos quórum, então muito obrigado pela presença. Esta reunião do
55 Conselho está com um público maior aqui presente, estamos nos revendo
56 pessoalmente depois de quase dois anos. É um prazer muito grande reencontrá-los
57 são e salvos, se tudo correr bem, no dia 14 poderemos fazer totalmente presencial.
58 Está se tornando uma rotina que espero que não seja permanente, a lembrança das
59 perdas de amigos, parentes e conhecidos. Nesses últimos três meses da última
60 reunião do Conselho Universitário, mais de 40 mil brasileiros perderam a vida por
61 causa da COVID-19, utilizando os dados oficiais do Ministério da Saúde e os dados
62 oficiais do IBGE, as estatísticas são terríveis. Acho que é difícil para nós
63 entendermos que um em cada 350 brasileiros já perdeu a vida ao vírus. É
64 assustador, mas é a realidade. O que eu fico preocupado é que se ache isso
65 normal, que se a média de casos reduziu para 200 e pouco se ache que está ótimo.
66 Fico até um pouco revoltado quando vejo comparações ‘veja, morre-se mais em
67 acidentes de trânsito’; não se devia morrer por causa de acidentes de trânsito, como

68 não se deveria morrer por causa de uma contaminação de vírus. Então, começo
69 esta reunião mantendo a nossa praxe das últimas reuniões, fazendo um minuto de
70 silêncio em memória àqueles que perdemos.” Ato seguinte os membros do
71 Conselho Universitário fazem um minuto de silêncio em solidariedade às vítimas da
72 COVID-19. **M. Reitor**: “Obrigado.” A seguir, o **M. Reitor** passa à discussão e
73 votação da Ata da 1008ª Sessão do Conselho Universitário, realizada em
74 24.08.2021, ressaltando que alterações de conteúdos devem ser apontadas agora e
75 demais alterações de formas podem ser oportunamente comunicadas à Secretaria
76 Geral. Não havendo manifestações contrárias, a Ata é aprovada. Ato contínuo,
77 passa à apresentação dos novos membros do Conselho Universitário. **Secretário**
78 **Geral**: “**Diretores**: Prof. Dr. Nuno Manuel Morgadinho dos Santos Coelho da
79 Faculdade de Direito de Ribeirão Preto; Prof. Dr. Giulio Gavini da Faculdade de
80 Odontologia; Prof. Dr. Paulo Yukio Gomes Sumida do Instituto Oceanográfico.
81 **Representantes de Congregação**: Prof. Dr. Rafael Pombo Menezes da Escola de
82 Educação Física e Esporte de Ribeirão Preto; Prof. Dr. Thomas Prates Ong da
83 Faculdade de Ciências Farmacêuticas; Prof. Dr. Márcio Henrique Pereira
84 Ponzilacqua da Faculdade de Direito de Ribeirão Preto; Prof. Dr. Rodney Garcia
85 Rocha da Faculdade de Odontologia; Prof. Dr. Paulo Frazão São Pedro da
86 Faculdade de Saúde Pública; Prof. Dr. Fabio Luiz Teixeira Gonçalves do Instituto de
87 Astronomia, Geofísica e Ciências Atmosféricas; Prof.^a Dr.^a Letícia Veras Costa
88 Lotufo do Instituto de Ciências Biomédicas; Prof.^a Dr.^a Ianni Regia Scarcelli do
89 Instituto de Psicologia; Prof. Dr. Carlos Alberto Montanari do Instituto de Química de
90 São Carlos. **Entidades Associadas**: Prof.^a Dr.^a Amanda Guerra de Moraes Rego
91 Sousa do Instituto Dante Pazzanese de Cardiologia - IDPC. **Federação da**
92 **Agricultura e Pecuária do Estado de São Paulo - FAESP**: Dr. Tirso de Salles
93 Meirelles (recondução). **Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo -**
94 **FAPESP**: Prof.^a Dr.^a Vanderlan da Silva Bolzani. Ato seguinte o **M. Reitor** passa à
95 **ORDEM DO DIA. DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS DA USP PARA 2022 E**
96 **REVISÃO DO PLANEJAMENTO PLURIANUAL. PROCESSO 2021.1.18456.1.7 -**
97 **UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO**. Proposta de Diretrizes Orçamentárias da USP
98 para 2022 e revisão do Planejamento Plurianual. Parecer da COP: aprova a
99 proposta das Diretrizes Orçamentárias da USP para 2022 e a revisão do
100 Planejamento Plurianual (23.11.21). **M. Reitor**: “Seguimos agora à análise das
101 propostas de diretrizes orçamentárias para 2022 com a revisão do planejamento

102 plurianual. Solicitarei agora ao Professor Fábio, Presidente da COP, que faça
103 apresentação.” **Cons. Fabio Frezatti (apresentação):** “Boa tarde a todas e todos,
104 conselheiras e conselheiros, servidores técnicos e administrativos. Precisamos nos
105 reacostumar com o presencial, em termos de apresentação era fácil ficar olhando
106 para os quadrinhos, mas a nossa realidade agora é de retomada plena. Antes de
107 começarmos a olhar e entender a proposta que a COP vem apresentar ao Co, farei
108 uma colocação que acho muito importante. A COP está apresentando um bom
109 plano. Depois de momentos que nós tivemos uma série de dificuldades, ter o prazer
110 e a oportunidade de trazer isso é muito importante. Colocaremos as informações,
111 representando a COP, para que vocês façam seus próprios julgamentos e
112 possamos esclarecer. Temos, do ponto de vista de apresentação de planejamento -
113 e temos feito isso ao longo dos anos - três degraus: um degrau que foi o plano
114 plurianual - ele tem uma preocupação de olhar no longo prazo as atividades, os
115 recursos da Universidade; o segundo são as diretrizes orçamentárias, onde olhamos
116 o todo, o macro, referente ao primeiro ano do ano mais próximo; e a terceira, que
117 vai acontecer em dezembro, é o detalhamento - a palavra detalhamento é
118 importante sob o viés da Unidade, uma segmentação maior em relação às contas
119 vai acontecer em dezembro. Assim, para termos uma lógica de expectativa do que
120 vai ser visto e o que temos feito ao longo do tempo. Esse é o Plano Plurianual e ele
121 deve conter esses indicadores: estratégia de longo prazo - as variáveis mais
122 importantes e que são comuns à Universidade; as estratégias específicas das
123 Unidades são tratadas nas unidades; questão da sustentabilidade - as resoluções
124 que rezam e tratam essa parte, o nosso plano tem que conter esses elementos; o
125 ponto de partida - de onde saímos, no nosso caso o ponto de partida é o melhor
126 resultado, o mais provável resultado de 2021 para pensar 2022 e a sequência; e por
127 fim, os cenários - nós percorremos esse período 2019, 2020, 2021 e 2022 é o último
128 ano desse plurianual, que foi iniciado em 2018. Nesse ponto eu queria lembrar que
129 essas variáveis são as mais importantes, existem inúmeras variáveis, mas as mais
130 importantes são: a receita do ICMS; a transferência do Tesouro, que é a que mais
131 nos chama atenção; as despesas como um todo e, particularmente, teremos os
132 gastos com pessoal; superávit cuja conta se dá pela despesa menos receita, que
133 sabemos gera, ou um déficit ou superávit, lembrando que superávit é algo positivo,
134 a expectativa é que ele não seja grande; e o déficit é algo não positivo. Temos o
135 percentual de comprometimento com pessoas, a meta é de 80% e aqui vemos as

136 resoluções que definiram esse percentual; o total de despesas, nunca podemos
137 perder de vista essa informação; e as reservas financeiras - essa parte de baixo só
138 para deixar claro o seguinte de 1 a 5 nós estamos olhando para fluxo, o que
139 acontece no intervalo de tempo e o último item nós olhamos os saldos, sempre
140 observamos a informação em relação a uma data. O próximo elemento diz respeito
141 ao cenário referente ao período futuro. Algumas coisas temos em mente e
142 entendemos conceitualmente, e de alguma forma esses elementos afetam nosso
143 ambiente, então observamos o ambiente político do país. Em 2022 nós já sabemos
144 que isso gera uma série de consequências, crise energética, preços administrados,
145 equilíbrio fiscal, inflação, PIB, taxa de juros, são elementos do dia a dia. Vemos
146 todos os dias no jornal, mas estas duas variáveis possuem um impacto especial no
147 que vamos observar, ou seja, a inflação de um período e o crescimento do PIB
148 impactam, como *proxies* de projeção, o recurso do ICMS. Assim, gostaria de
149 destacar esse aspecto, além da taxa de juros, que é usada como um elemento de
150 gestão macroeconômica para segurar ou reduzir a inflação - interpretem algo nessa
151 linha. Ademais, o ambiente internacional, oportunidades em termos de balança de
152 pagamentos, evolução, situações internacionais que possam alterar as moedas.
153 Uma segunda dimensão de cenário muito importante é um novo período reitoral a
154 partir de 2022. Então, há um ponto de partida em que existem legados, projetos em
155 andamento e a segunda coisa é apresentar um plano que ao mesmo tempo
156 direcione, mas não restrinja, os planos da nova equipe reitoral. Então, essas
157 dimensões estão por trás daquilo que vamos apresentar. Vamos observar algumas
158 questões que são fundamentais, estratégias para disponibilidade de recursos.
159 Primeiro vou mostrar 2022 e depois o período seguinte, de 2023 até 2026.
160 Primeiramente, os novos Claros docentes e servidores técnicos e administrativos,
161 progressão horizontal, reajustes salariais e benefícios. Esses documentos foram
162 colocados em uma única linha chamada de 'reserva de ajuste para políticas', ou
163 seja, é algo que está na proposta, nesse caso temos mais de R\$ 1,2 bilhão de um
164 valor muito relevante, um crescimento de 26% que vai ser discutido definido, vai
165 passar pelo Co no momento adequado, mas aqui vai ser mostrado de uma forma
166 conjunta. Essas linhas todas - claros, progressão, reajustes, benefícios - estão aqui,
167 em uma linha única. Ademais, permanência estudantil, que é um item que tratamos
168 com muito cuidado em todos os anos, tem um crescimento em termos de apoio, de
169 planejamento de gastos. Temos, também, o que foi chamado de investimento, são

170 aqueles gastos ligados a renovação de equipamentos, computadores, software,
171 prédios, coisas desse tipo, que de alguma forma, a Universidade como um todo
172 demanda. Então existem recursos para isso, esses elementos estão contidos e o
173 outro lado, que é o contraponto disso, são os elementos de sustentabilidade
174 econômico-financeira. Então o comprometimento de 80% está sendo olhado nesse
175 sentido e influencia a posição desses valores, não ter *déficit*, é uma expectativa, é
176 algo importante e, dispor de reserva financeira para evitar crises como nós tivemos
177 em 2020, se nós não tivéssemos essa reserva, teríamos dificuldades quanto ao
178 andamento das nossas atividades. Vamos agora observar alguns dados, para que
179 possamos entender qual é o efeito passado e sua lógica futura. Então, esse gráfico
180 mostra a evolução do IPCA, que é um dos indicadores de inflação que o país se
181 utiliza e, no caso, é o entendido como o mais adequado. Nesse ponto, temos aqui
182 uma evolução que no ano de 2021, pegando um período móvel de 12 meses,
183 encontramos em outubro quase 11%, um total de 10,67% e a expectativa é de
184 queda. Ou seja, a expectativa futura é que esse repique de inflação, que não era
185 esperado para esse ano, mas que ocorreu, a expectativa é que exista uma queda
186 dessa inflação para o futuro - 2022, 2023 e 2024. Então, essa é uma variável
187 importante para termos em mente, ou seja, se a inflação, que foi muito alta e trouxe
188 um impacto grande no ICMS no ponto de vista de projeção, sendo um valor menor,
189 vai afetar o ICMS no futuro. Esse quadro aqui mostra o crescimento do PIB no país.
190 Se olharmos 2020, veremos que na verdade há um valor negativo, um decréscimo
191 da economia. Esse próximo número, quando olhamos o país, ele é do que quando
192 olhamos para o Estado, no Estado houve um equilíbrio que não está sendo
193 mostrado aqui. Assim, existe a expectativa de que esse ano o crescimento do PIB
194 seja relevante; e quando comparamos com os momentos anteriores, ele é bem
195 relevante mesmo, é um percentual alto. Por outro lado, as expectativas em relação
196 ao crescimento para 2022 - e assim nos períodos seguintes - é bem menor. Em
197 2022, entre 1% e 1,5%, encontramos isso nas projeções feitas pelos economistas e
198 daí para frente 2%, é o que nós encontramos nesse momento. Isso é importante,
199 porque é usado também pelo governo, o mercado e assim por diante. Esse último
200 *slide* mostra o crescimento percentual do ICMS. No ano de 2020, na verdade, não
201 tivemos um número negativo no Estado de São Paulo em termos de crescimento do
202 ICMS e, em 2021 um valor muito alto se nós comparamos com o passado, isso é
203 algo fora da normalidade, algo excepcional, e ocorreu em função de uma

204 combinação de elementos do cenário, a expectativa de crescimento futuro de 2022
205 para frente, em percentuais menores. Qual é a mensagem nesse sentido? De que
206 temos uma expectativa de crescimento relevante nesse primeiro período, mas não
207 necessariamente tão relevante no futuro, isso é importante do ponto de vista desse
208 olhar de longo prazo. Como consequência disso, essas são as premissas para
209 2022, é uma inflação de 4,5%, com PIB de 1,5%. Existe, enquanto projeção, uma
210 expectativa de que essas duas variáveis gerem o direcionamento do crescimento
211 das receitas, e aqui nossa conta envolve pegar a massa de recursos contra o
212 período anterior, dada a sazonalidade, esse número não é exato em termos de
213 comparação, mas percebemos a intensidade. E o crescimento com despesas de
214 pessoal, como comentei, aquele valor que contém as várias linhas em torno de
215 26%. As premissas do período futuro de 2023 a 2026 serão comentadas depois.
216 Com relação às diretrizes, a primeira variável, aquela variável referente ao ICMS e a
217 transferência do Tesouro, há um documento do Estado. Nesse documento nós
218 temos uma projeção de R\$ 144.020.929.000,00, há uma linha de programa
219 habitacional que é retirada, então o valor básico para a conta dos recursos das três
220 Universidades Paulistas é esse número correspondente a R\$ 142.873.970.000, o
221 valor total das três Universidades é de R\$ 13.673.039.000,00 e a nossa parte é esta
222 que observamos, ou seja, 52,55% de todos os recursos que o Estado destina às
223 Universidades. Essa é a origem da informação. Temos então a demonstração de
224 resultados, o ponto de partida é 2021, esse número quando nós tivermos o
225 orçamento, esses R\$ 6.786.554.000,00 é a melhor estimativa de fechamento. Há
226 um ano atrás ele era um número menor e terminaremos o ano com um superávit de
227 R\$ 1.049.737.000,00. Vocês sabem que em função da LC 173 esse recurso foi
228 transferido, mas não necessariamente gasto. Com isso, o percentual de
229 comprometimento foi de 63%. Essa é uma informação muito boa e positiva do ponto
230 de vista da sustentabilidade, ele pode ser entendido também como as alterações
231 que nós temos em relação à evolução dos vários anos. Em 2022 nós temos R\$
232 7.185.866.000,00 de receita de transferência de ICMS, ou seja, 5,9% a mais do que
233 a expectativa de 2021. Outras receitas nesse campo têm influências de várias
234 linhas, principalmente em termos de juros, temos um valor positivo, também um
235 aumento no total de despesas - e aí particularmente despesas de pessoal, que já foi
236 mencionado o acréscimo maior em relação aos gastos com pessoal. Precatórios é
237 um acompanhamento, não trazemos muita informação a não ser a tecnicidade de

238 forma, que ao olharmos o resultado do ano, ele é zero, ou seja, todos os recursos
239 que foram transferidos em termos de planejamento estão utilizados, foram utilizados
240 dentro dessa demonstração. Ao passo que o percentual de sustentabilidade passa
241 nesse momento de 80%. Com relação às variações, diria que essas são as mais
242 importantes. Nesse caso, mostramos em detalhe a receita, creio que já foi
243 abordado. A seguir, vemos algo que diz respeito às despesas, estão neste primeiro
244 momento, é uma visão macro do que temos em relação à posição anterior, então,
245 do ponto de vista de folha - aposentados, folhas avulsas -, é possível perceber que
246 são pequenas variações em relação à magnitude dos números, porque foi feita uma
247 declaração em relação ao real, é basicamente isso. E essa linha aqui de reserva de
248 ajustes diz respeito aos recursos que serão decididos e utilizados nas mais variadas
249 formas, com claros, reajustes salariais, benefícios e assim por diante. Temos,
250 portanto, a informação dentro desse quadro. A seguir, temos a linha de outros
251 custeios e investimentos, com valores adicionais para os investimentos que foram
252 mencionados: equipamentos, computadores, prédios, enfim, coisas desse gênero; e
253 teve também - creio que o mais importante é isso - nessa linha que tem um valor
254 pequeno, mas é uma atualização de reserva de contingência da COP - casos de
255 riscos, sinistros ou coisas do gênero. A COP tem um recurso que não é atualizado e
256 não foi atualizado desde longa data. Com relação às reservas, temos o recurso de
257 liquidez, vemos aqui a projeção para o final do ano de 2021, lembrando que uma
258 parte desses recursos está nas Unidades, não é algo que é gerenciado pela
259 Administração Central; e a projeção para o final do ano de 2022, um recurso
260 aplicado no mercado financeiro que já nos salvou de várias situações,
261 principalmente no ano de 2020. Esse primeiro bloco da apresentação teve por
262 objetivo mostrar o ano de 2022 e a ideia nesse momento é apresentar o que seria o
263 plano plurianual para um período futuro. De alguma forma há a pretensão de
264 mostrar que, em termos de planejamento, nós precisamos olhar não só o primeiro
265 ano, o primeiro momento, ou o próximo ano, mas sim um horizonte maior. Faria uma
266 analogia com o do jogo de xadrez, se eu me preocupar de pensar com uma jogada
267 apenas, provavelmente vou ter problemas, no momento que eu tenho mais de uma
268 jogada, posso pensar, refletir e, de alguma forma, ter um processo decisório mais
269 participativo, inclusive. Seguimos com a mesma figura que vocês já viram, mas
270 agora por um horizonte futuro e com as mesmas perspectivas do ponto de vista de
271 conter informações que possam proporcionar a gestão das várias linhas que são

272 estratégicas para a Universidade. Isso vai ser percorrido no momento adequado.
273 Em termos de premissa, fizemos o seguinte: existe uma proposta - porque olhamos
274 sempre para o cenário que consideramos como o mais provável dentro de um
275 horizonte de longo prazo - e duas simulações, uma um pouco mais pessimista do
276 ponto de vista de recurso e outra um pouco mais otimista. Assim, nessa que foi
277 chamada de proposta, temos uma inflação, a partir de 2023, de 4,5%, a lógica de
278 centro de meta, pensando longo prazo, crescimento de 2%. Conforme observamos,
279 isso saiu de algo que alguém fez um trabalho técnico de montagem, então estamos
280 usando esse parâmetro, o crescimento das receitas nesse período e o crescimento
281 de despesas, ou seja, uma lógica de semelhança. As duas simulações: uma com
282 PIB de 1,5% e uma com PIB de 2,5%; e nesse sentido, as consequências em
283 relação a despesas e crescimento de receita. Com um crescimento de 1,5% do PIB
284 em um cenário de 4,5% de inflação, vamos ter, no período, em termos de
285 indicadores de sustentabilidade, os 80%, de modo que ele é atingível, do ponto de
286 vista de crescimento da receita, um pouco mais que 6%. Durante esse período
287 existe um resultado positivo, então isto é evidenciado na pior alternativa do ponto de
288 vista de menor montante de recursos disponíveis. A segunda alternativa, com 2,5%
289 de crescimento de PIB e 4,5% de inflação ao ano, temos um número um pouco
290 diferente do ponto de vista de sustentabilidade, mas ainda uma estrutura de
291 continuidade bastante positiva; e o terceiro, que é aquele que é a proposta, com 2%
292 de crescimento de PIB e 4,5% de inflação, temos algo parecido em termos de 80%,
293 mas com um pouco de folga, na medida em que o tempo vai passando e a longo do
294 período. Essas são as posições. Esse *slide*, portanto, é para terminar, como se
295 fosse uma síntese. Nós temos pontos fortes desse momento em termos de
296 planejamento e temos fragilidades. Como pontos fortes, temos a estratégia focada e
297 consistência ao longo do tempo, aquilo que é importante do ponto de vista de
298 recursos está sendo contemplado e não especificamente em um momento. Em
299 segundo lugar, temos um aprendizado em termos de resultados, então ao longo do
300 tempo, temos uma série de coisas que foram apreendidas e eu diria que mesmo na
301 questão da pandemia, aprendemos a lidar com vários elementos, esse orçamento
302 está, por exemplo, olhando um cenário presencial, mas nós tivemos uma série de
303 ajustes nessa situação. O impacto das vacinas é um impacto positivo, em qualquer
304 sentido, na economia, no nosso trabalho, nas oportunidades. Nesse contexto vemos
305 as metas de sustentabilidade. Esse é um olhar importante, não só internamente,

306 mas externamente. Essas projeções proporcionam essa percepção de que eles são
307 atingidos. Do outro lado temos as fragilidades, os riscos do ponto de vista do
308 cenário econômico. Isso faz parte da nossa vida. Nós temos que monitorar isso o
309 tempo todo e a maneira como estamos fazendo diz respeito às revisões, não só
310 anuais, mas também dentro do ano. Temos também o risco relacionado à
311 pandemia, se em um caso, um ambiente vacinal mais abrangente do que nós
312 tivemos no início do ano passado e no início deste ano, vemos como uma
313 oportunidade, por outro lado, nós não sabemos exatamente a dimensão do que vem
314 à frente. Basta só assistir ao jornal e imaginar que podemos ter riscos importantes
315 aqui. Há ainda a questão do risco energético que se desdobra em várias dimensões,
316 como o crescimento. Ele pode dificultar a realidade de um crescimento da
317 economia, assim como pode ter feito na própria inflação. Isso está sendo colocado
318 de uma maneira importante no país. Resumindo, esse plano apresentado é viável
319 para o momento, é o que, de alguma forma, é possível. Pôde-se perceber que, para
320 o ano de 2022, a expectativa de resultado é zero, ou seja, os recursos utilizados nas
321 várias linhas, ainda não detalhados da maneira como serão em dezembro. A ideia
322 de ter o plurianual, como comentei, traz a ideia de perceber as oportunidades e
323 dificuldades em mais de um ano, que embora possa parecer muito abstrato, na
324 medida em que vamos trabalhando com os dados e atualizando, fica mais claro, os
325 riscos ficam mais claros e as oportunidades também. Em síntese, é isso. E por essa
326 motivação, a COP oferece essa proposta e entendo que temos um bom plano.
327 Finalmente, agradeço à equipe da CODAGE por todo o apoio e, claro, todos os
328 colegas da COP que trabalharam nessa proposta. Muito obrigado e estou à
329 disposição para quaisquer esclarecimentos.” **M. Reitor:** “Muito obrigado Professor
330 Frezatti, tivemos uma boa aula de como se analisa um orçamento, é muito
331 agradável. Parabéns pelo seu trabalho e por conseguir transmitir os resultados de
332 uma forma tão didática. Agradeço a você, a todos os membros da COP e aos
333 nossos colegas da CODAGE pelo trabalho muito bem feito. Pedirei para o Professor
334 Pedro dar algumas instruções e depois vamos ouvir um pouquinho a opinião do
335 Professor Renato Jardim, Controlador Geral, sobre esse orçamento.” **Secretário**
336 **Geral:** “É uma mensagem que já passei, mas vale reforçar. Estamos fazendo essa
337 reunião híbrida porque estamos sem precisar usar os sistemas online aqui,
338 assistimos pelo telão e os colegas que estão em casa assistem pela
339 videoconferência, e estão, de certa forma, vendo todo mundo. Assim, o pessoal que

340 está por vídeoconferência pode fazer suas inscrições ou perguntas pelo chat, pois
341 estamos acompanhando e os colegas que estão aqui, presencialmente, podem, da
342 maneira convencional, levantar a mão que faremos as inscrições e vamos
343 alternando *online* com presencial. Muito obrigado.” **M. Reitor:** “Para quem não está
344 aqui presente, destaco que estamos em torno de 40 Conselheiros fisicamente
345 presentes e os outros 80 estão ainda de uma forma remota. Professor Fábio, para
346 ser sincero, se você fizesse essa apresentação em agosto, certamente haveria mais
347 de duas chapas para me suceder.” **Cons. Renato de Figueiredo Jardim:**
348 **(Apresentação)** “Na verdade também tenho uma apresentação, não tão elucidativa
349 quanto a do Professor Frezatti, mas solicitarei que por favor ela seja projetada. A
350 questão primária que vislumbramos é por que existe essa apresentação. Na
351 verdade, o que a Controladoria faz é simplesmente cumprir um disposto e este
352 disposto está nos artigos 18 e 19 da Resolução nº 7344, que foi alterada pela
353 Resolução nº 7783. A ideia é orientar o Colegiado em relação a essas Resoluções
354 que comentei - falo isso para explicar a razão de eu estar aqui conversando com
355 vocês. Montei a apresentação em um formato bastante reduzido, uma vez que o
356 Prof. Frezatti foi muito transparente e teve muito sucesso em sua apresentação,
357 tendo abordado diversos tópicos que certamente retomarei ao longo dessa
358 apresentação. Assim, observaremos o acompanhamento do orçamento, ou seja,
359 como se faz dentro da Controladoria Geral o monitoramento constante,
360 principalmente dos parâmetros econômico-financeiros. Depois comentarei um pouco
361 da projeção do orçamento do Estado que o Professor Frezatti falou e do cenário
362 econômico-financeiro previsto ou pelo menos estimado. Entrarei nos dois tópicos
363 em tela, que fazem parte da pauta, que são as Diretrizes Orçamentárias e o Plano
364 Plurianual. Diria que nesse primeiro tópico do acompanhamento há uma
365 metodologia empregada e isso, obviamente, falarei para vocês sobre como fazemos
366 isso. No segundo tópico, projeção do orçamento, há o acompanhamento também,
367 principalmente externo, ou seja, via Secretaria da Fazenda e de Planejamento do
368 Estado de São Paulo. Ficam esses dois - as diretrizes e o plano - para que nós
369 possamos discutir e avaliar, mesmo que de forma superficial, as propostas enviadas
370 ao Colegiado. Quanto ao acompanhamento, ele é feito baseado essencialmente na
371 Lei de Diretrizes Orçamentárias, é chamada LDO, ou seja, o que precisamos saber
372 é o que o Estado está propondo. Na verdade, essa Lei também está associada
373 diretamente aos repasses do Governo do Estado e estamos observando em relação

374 ao ano de 2021, que ainda não terminou e, obviamente, acompanhamos isso
375 também via o Boletim Informativo da CODAGE. Temos essa ligação direta com a
376 Lei de Diretrizes Orçamentárias e o repasse do Governo, ou seja, os recursos que
377 chegam à USP. Coloquei nesse primeiro endereço de página em azul, exatamente o
378 que se pode encontrar aqui na CODAGE, qualquer indivíduo pode entrar no site, a
379 qualquer momento e observar esse tipo de política. No caso do portão da Secretaria
380 da Fazenda, também indico o sítio, uma página, na qual qualquer cidadão pode
381 acessar. É óbvio que o intervalo de tempo, às vezes da informação, implica certa
382 diferença, por exemplo, até hoje ao consultarmos, não chega o mês de outubro,
383 mas certamente isso deve ser adicionado oportunamente. A outra fonte de
384 informação ou acompanhamento do orçamento são essas apresentações, como o
385 Professor Frezatti acabou de fazer, não só das propostas orçamentárias, mas
386 também as revisões que são feitas durante o ano. Por fim, existe um relatório da
387 APO, Assessoria de Planejamento Orçamentário, que também é uma base de
388 acompanhamento por parte da Controladoria Geral. O próximo contém um exemplo
389 para quem quiser entrar nas páginas, o item da minha esquerda, em frente ao
390 vídeo, traz um gráfico de exemplo da arrecadação do ICMS, fornecido pela
391 Secretaria da Fazenda e do Planejamento, em relação à inflação e arrecadação de
392 2021. À direita, temos a contrapartida que é observada da USP com base no
393 repasse dos recursos, a assim chamada quota-parte, que é a tabela 1 de receitas
394 da CODAGE que aparece regularmente nos boletins da própria CODAGE, que
395 recebemos praticamente todos os meses. Então é com esses dados que a
396 Controladoria trabalha e que, obviamente, deveriam ser os mesmos e de fato são os
397 mesmos que o Professor Frezatti acabou de apresentar. Baseado nisso, a
398 Controladoria chegou aos mesmos resultados da projeção do orçamento, tanto para
399 o ano fiscal de 2021, que se finda em poucos dias, assim como daquele previsto
400 pela Lei de Diretrizes Orçamentárias propostas pelo Governo do Estado. No ano
401 fiscal de 2021, a previsão em janeiro, no início desse ano, era de que o Estado iria
402 arrecadar, em termos de ICMS, algo na ordem de R\$ 117 bilhões; e o que ocorreu
403 na verdade foi um pouco maior, inclusive a estimativa até dezembro, porque isso
404 não fechou ainda, mas é de aproximadamente R\$ 135 bilhões. Aqui, como o
405 Professor Frezatti já mencionou, no ano fiscal de 2021, a previsão em janeiro no
406 início desse ano era que o Estado iria arrecadar, em termos de ICMS, algo na
407 ordem de 117 bilhões e o que ocorreu é que foi um pouco maior, inclusive a

408 estimativa até dezembro, porque isso não fechou ainda, mas é de aproximadamente
409 R\$ 135 bilhões. Aqui, como o Professor Frezatti já mencionou, é obvio que há um
410 desconto que é feito com aquelas despesas com os programas habitacionais que
411 não obedece nenhuma variação percentual, é definido a cada ano. Portanto, a
412 quota-parte referente ao ano de 2021 deve estar próximo de R\$ 6,8 bilhões. Com
413 relação à projeção orçamentária para o ano fiscal de 2022, que o Professor Frezatti
414 também já comentou, a estimativa inicial é da ordem de R\$ 144 bilhões, a base de
415 cálculo, se tirarmos aquele desconto que aumentou um pouco mais de 15%, que é o
416 desconto de R\$ 1,15 bilhão com despesas para pagamento aos programas
417 habitacionais, o que temos por base de cálculo da quota-parte da Universidade - ou
418 seja, da USP e não das três - é de aproximadamente R\$ 7,19 bilhões, que é isso
419 que está sendo mostrado na apresentação. Mas gostaria de lembrar os colegas,
420 algo que está ao final do *slide*, mas que reforça que a base do ICMS é muito
421 carregada por dois pontos em particular, o primeiro deles é energia e o segundo é
422 combustível, ou seja, os vetores que estão impactando esse aumento substancial
423 ao ICMS é a população, além do IPVA, e as outras compras, etc... Acerca das
424 diretrizes orçamentárias, propriamente ditas, esse foi o cenário econômico e, como
425 o Professor Frezatti também citou, esse é um formato que foi estabelecido e que
426 tem operado com bastante sucesso nos últimos anos. Deixaria para vocês, por
427 exemplo, segundo o documento em tela, as tabelas 1, 2 e 3, que são importantes e
428 definem essencialmente todo esse formato estabelecido de alguns anos para cá.
429 Em particular, a tabela 3 que foi apresentada, é importante que dentro dessa tabela
430 coloquemos a reserva de contingência e também os restos a pagar. Se somarmos,
431 isso dará aproximadamente R\$ 1 bilhão, mas uma coisa importante também nesse
432 segundo tópico é não esquecer da reserva patrimonial de contingência. Novamente
433 reforçarei o que o Professor Frezatti comentou, isso foi algo que amparou a
434 Universidade em sua crise maior no início da década passada. Acerca das
435 diretrizes, elas são classificadas em duas grandes famílias, são as Diretrizes Gerais
436 - e elas foram também preservadas dentro desse formato estabelecido e posto
437 como sucesso, ou seja, as diretrizes garantem que a sua unidade não receberá
438 recursos menores do que recebeu no ano passado, e isso vem sendo praticado há
439 um tempo, com muito sucesso. Por outro lado, aquela que contém os serviços de
440 terceiros em alguns casos, que são as despesas com limpeza, vigilância,
441 assistência médica, eles também serão acrescidos com reajustes basicamente

442 feitos com os acertos que são dados a eles e acertados com suas respectivas
443 classes. Por outro lado existe um outro grande pacote, outro grande conjunto de
444 diretrizes específicas que também foram preservadas, ou seja, dentro desse formato
445 estabelecido com sucesso que tem dois itens que comentarei brevemente, que
446 corresponde ao pessoal; e esse é exatamente o que foi mostrado pelo Professor
447 Frezatti, que é o acréscimo de, aproximadamente, 26% em relação a 2021 e outros
448 custeios e investimentos. Isso também é muito importante, pois é o que faz com que
449 a Universidade se mova; e nesta alínea o documento em tela demonstra que o
450 acréscimo é da ordem de 25% em relação a 2021, isso corresponde, neste último
451 caso, a aproximadamente 17% dos recursos previstos da quota-parte para o ano de
452 2022. Dentro dessas diretrizes, de um modo geral, a previsão de aumento com
453 despesas de pessoal deve envolver a contratação de pessoal, reajuste salarial,
454 progressão na carreira e também os benefícios complementares. Outros custeios e
455 investimentos, nesse caso são as dotações específicas que a sua Unidade, Instituto,
456 Órgão, Museu, Prefeitura e dotações de um modo geral. Esse aumento nessa
457 alínea de aproximadamente 25% deve ser alocado a esses dois pontos, ou seja, a
458 manutenção predial, dotação básica, serviço de limpeza, vigilância, obras,
459 adequação do AVCB, que é um assunto corrente, entre outros que estão descritos
460 na proposta e que citarei alguns a seguir. Com relação às Diretrizes Gerais, o que
461 temos são precatórios como o Professor Frezatti comentou, que são de percentuais
462 bastante diminutos e tímidos, a avaliação institucional, a política de permanência,
463 essa em particular não é diminuta, entre outras que podem ser vistas ao longo das
464 páginas 7 e 26 do manuscrito. O resultado da avaliação em relação às Diretrizes
465 Orçamentárias pela CG é que se trata de um resultado muito positivo esse da
466 avaliação dessa proposta, mas é importante que haja o acompanhamento constante
467 desse cenário econômico-financeiro e é por isso que o plurianual tem variações, são
468 três propostas de plurianual, isso é um modelo que tem tido sucesso nos últimos
469 anos, mas temos de levar em consideração duas variáveis de interesse que fizeram
470 com que o orçamento previsto para 2022 tivesse um aumento significativo, o
471 primeiro deles é o PL 529 que alterou medidas utilizadas no ajuste fiscal e no
472 equilíbrio das contas públicas, isso afetou diretamente no que se costuma chamar
473 de carga tributária do ICMS e, portanto, é o artigo 24 do PL 529 que recaiu em
474 grande parte à população. A outra é o acompanhamento da chamada economia
475 paulista, ou seja, o PIB que utilizamos como PIB geral. O PIB do Estado de São

476 Paulo é sempre maior do que o PIB brasileiro, o Prof. Frezatti mostrou isso em um
477 dos *slides* dele. Uma sugestão que já foi feita em anos anteriores e que a COP tem
478 feito sistematicamente, é a revisão orçamentária no primeiro semestre do ano de
479 2022 através do acompanhamento na variação de tais variáveis, que deve ocorrer
480 no primeiro semestre do ano que vem e, sobretudo, não esquecer a reserva
481 patrimonial de contingência. Não esquecer do artigo 14 da Resolução nº 7344 de
482 2017. Acerca do planejamento plurianual, pela leitura e avaliação das propostas
483 feitas, é necessário justamente confirmar o sucesso dessa metodologia, essa é uma
484 metodologia capitaneada por três entes, que são: a COP, a CODAGE e a APO.
485 Essas três entidades têm trabalhado de um modo muito harmônico, inclusive no
486 sentido de fazer proposições para o plano plurianual, ou seja, além do
487 monitoramento, o que se faz é uma consequência imediata de ajustes de
488 parâmetros, ou seja, vai-se ajustando o carro enquanto ele está andando, não dá
489 para trocar um pneu, mas se vai ajustando enquanto segue. A ideia dessas revisões
490 periódicas é ponto fundamental para que o objetivo final seja alcançado, esses três
491 cenários têm muito em comum com o que a Controladoria Geral observou, ou seja,
492 esses cenários descritos nas páginas 30-31 do manuscrito são muitos similares
493 àqueles encontrados pela CG que está no próximo *slide*. O planejamento, com base
494 em duas ocorrências, ou seja, o PL-529 e também a economia paulista, esses
495 parâmetros de interesse são muito similares aos mostrados pelo Frezatti. Embora, o
496 que fiz foi simplesmente colocar duas famílias para esses parâmetros, para os três
497 cenários apresentados. A primeira são as condições iniciais, que independem da
498 USP, ou seja, o PIB, a inflação e a variação das receitas independem da
499 Universidade. As previsões, por exemplo, para o PIB de 2022, da ordem de 1,5% é
500 essencialmente o mesmo mostrado pelo Frezatti e, entre 2023 e 2026 é também
501 previsto um crescimento do PIB de 2% ao ano. Quanto à inflação, as previsões de
502 2022 estão na faixa de 4,5 e também ao ano, nesse período em que o plano
503 plurianual está sendo proposto (2023 - 2026). Na verdade, a variação das receitas
504 nada mais é que a soma entre PIB e inflação. É isso que tem que ser trabalhado
505 quando temos expectativa de observar ou acompanhar as variações das receitas
506 que a USP tem. E obviamente tem uma segunda categoria, que são as relações
507 internas, ou seja, as condições iniciais que independem da USP estão relacionadas
508 a quanto vamos receber de recursos. E as ações internas representam quanto
509 vamos gastar. Portanto, no fundo, essas despesas com pessoal, investimentos etc,

510 estão aí muito bem pesadas, em minha opinião, nas propostas dos planos
511 apresentadas nas páginas 30 e 31. Na verdade, as sugestões que a Controladoria
512 tem é, primeiramente, reforçar o fato de ser fundamental uma revisão do plurianual
513 no primeiro semestre de 2022, no máximo até agosto de 2022, como vem sendo
514 feito pela COP de maneira corriqueira. Outra sugestão tem a ver com a Resolução
515 nº 7344, que apresenta o plurianual como uma política reitoral, algo análogo à
516 política de governo e não de Estado. Por isso, existe uma proposta da CG, no
517 sentido de alterar a variação do plurianual, como está escrito no item 2. Outro ponto,
518 que é o 3, vem aparecendo desde 2018 nas diretrizes - e posso estar sendo muito
519 pessimista, mas tenho certeza que a Lei Kandir não vem nunca mais. Ou seja, está
520 no Senado, já foi feito acordo com o STF, vai, volta etc, então recomendo que seja
521 esquecida a Lei Kandir até que ela suspire. O item 4 é o monitoramento do plano
522 plurianual, mas, mais do que isso, que seja sempre observada - como mostrado
523 pelo Frezatti - a obediência ao percentual de 80% (capítulo II, artigo 3º) para gastos
524 com pessoal. É importante que preservemos isso, para não sermos submetidos a
525 uma visita à UTI de algum hospital oportunamente. O último ponto, o número 5, é a
526 recomendação da alimentação da reserva patrimonial de contingência, uma vez
527 mais. Ou seja, como foi feito nesse ano, aprovado pelo Co, gostaria e recomendo
528 fortemente, que o Co também aprove isso no ano que vem, para que essa reserva
529 atinja o que é previsto na Resolução nº 7783, que foi a modificação feita em 2019,
530 recomendada pela própria COP. Convido os colegas a entrarem no site da
531 Secretaria Geral, é o único que tem agenda pública dos interessados. Por fim, quero
532 agradecer à equipe que faz todo esse trabalho ser possível. A Comissão de
533 Orçamento e Patrimônio - COP, a qual parablenizo pelo trabalho desenvolvido, junto
534 com a CODAGE e com a APO. E a Controladoria Geral, que é formada por mim,
535 pelo Thiago, pela Cássia, pelo Luan, pela Luísa e pelo João. Acho que é
536 exatamente isso, Professor Vahan, agradeço a gentileza.” **Cons.ª Bárbara Della**
537 **Torre**: “Inicialmente, quero homenagear um amigo e companheiro de luta na
538 Universidade, o Almir Sabino, que faleceu na tarde de ontem, por um infarto
539 fulminante, que o retirou do nosso convívio e do convívio de sua família. Coloco aqui
540 meus mais profundos sentimentos a toda família, em especial a sua esposa Leni,
541 que sei que está sofrendo bastante e espero que ela tenha o acolhimento de todos
542 que ela ama nesse momento difícil de lidar com o vazio e a dor que essa perda está
543 causando. Trago toda a solidariedade do Conselho Diretor de Base, composto por

544 vários companheiros que acompanham o Almir há muito tempo na Universidade e
545 também estão sofrendo com essa perda. Faço, então, essa pequena homenagem
546 ao meu amigo e companheiro Almir Sabino, do IEE. Sobre o ponto do orçamento,
547 está claro que a Universidade está enfrentando o melhor dos seus momentos, entre
548 aspas, em que o gasto com folha de pagamento é o menor da história,
549 praticamente. Mas acho que é importante lembrarmos que essa conquista de um
550 saneamento financeiro, como a Reitoria vem falando há algum tempo, se deu às
551 custas de arrocho salarial, de PIDVs - que aumentaram a intensidade do trabalho
552 nas Unidades, ou seja, veio às custas dos trabalhadores, também da política de
553 permanência, das bolsas, das condições de moradia dos estudantes. Então, é
554 importante não esquecer qual é a situação e quem está pagando o maior preço para
555 chegarmos a essa situação. E lembrar os membros do Conselho que a expectativa
556 da nossa categoria com relação ao reajuste é muito grande, porque já são três anos
557 sem reajuste, já acumulamos uma perda, de 2012 para cá, de 40%; nesses últimos
558 três anos, uma perda de 20%. O Fórum das Seis discutiu bastante com o CRUESP
559 sobre a necessidade de reajuste, ainda mais nos últimos tempos, frente ao tamanho
560 da inflação, e agora a proposta que o Fórum das Seis vem fazendo é organizar uma
561 mobilização para que tenhamos um reajuste já no começo de janeiro, e não espere
562 até a data base de maio/2022, porque nossa categoria já está pagando o preço
563 dessa inflação, especialmente agora com a perda do poder de compra. Nesse
564 sentido, quero reafirmar o que o Fórum das Seis votou, que é um reajuste de 20% já
565 em janeiro de 2022, e um plano de recomposição das perdas salariais de 40%,
566 equivalente ao período de 2012 para cá, a ser negociado a partir da data base.
567 Coloco, também, a necessidade de que a próxima Reitoria e que essa Reitoria já se
568 comprometam em negociar com o Fórum das Seis e com o SINTUSP a partir de
569 dezembro, considerando que não haverá mais a Lei Complementar 173, sobre a
570 qual o CRUESP se apoiou bastante para dizer que não era possível fazer reajustes
571 - algo questionável, se considerarmos a autonomia da Universidade. Considerando
572 todos os dados apresentados, a reserva financeira e a projeção do orçamento anual
573 para o ano que vem, peço que se coloquem essas necessidades que atingem
574 bastante nossa categoria, a qual quero chamar para aderir às mobilizações que o
575 Fórum das Seis vai convocar - USP, UNESP e UNICAMP - para não esperarmos
576 passivamente pelas promessas de reajuste, porque mais uma vez lembro que a
577 Reitoria já demonstrou que não se constringe em garantir essa (in)sanidade das

578 contas da Universidade às custas dos trabalhadores e estudantes, que precisam
579 muito das políticas de permanência estudantil, enquanto vimos, mesmo em meio à
580 pandemia, reajustes dos altos salários dentro da Universidade. Quero pontuar isso e
581 reafirmar a necessidade de abertura de negociações já agora em dezembro.”

582 **Cons.ª Raquel Rolnik**: “Muito obrigada, Fábio. Muito importante podermos discutir
583 não apenas a proposta de um plano plurianual, mas também seus fundamentos
584 naquilo que ela está baseada. Minha questão se relaciona ao que a Cons.ª Bárbara
585 colocou, na medida em que foi absolutamente claro, durante toda a discussão do
586 processo eleitoral, inclusive houve um compromisso por parte das duas chapas que
587 concorriam, quanto à recomposição salarial, em função da desgraceira em que se
588 encontram os salários, em todas as categorias. E de uma conjuntura absolutamente
589 especial que foi, por razões distintas, um congelamento não apenas dos salários,
590 mas também de novos claros, que inicialmente se deu por um problema de
591 equilíbrio orçamentário e depois engatou nas resoluções e nas suspensões. 2022
592 não é um ano qualquer, é um ano especial, e acho que ele deveria ser tratado
593 dessa forma, permitindo que essa recomposição possa acontecer. E minha
594 pergunta é: há uma proposta de crescimento de despesas com pessoal de 26% e
595 isso terá que incluir não apenas os reajustes - pois sabemos que a situação de
596 defasagem salarial é maior que 26% em todas as categorias (a menor delas é
597 27,8%), fora as necessidades de novas contratações, sobre o que, durante o
598 processo eleitoral, ambas as chapas se comprometeram a um processo progressivo
599 de recomposição e contratações. Chama-me a atenção que esse percentual de
600 crescimento está muito semelhante ao percentual de crescimento do custeio, que
601 está em torno de 25%. Pergunto se diante desse quadro, não poderíamos pensar
602 em um aumento percentual maior em relação à despesa com pessoal, considerando
603 toda essa situação, e um aumento percentual um pouco menor em relação a custeio
604 e investimentos. Evidentemente, o custeio também terá que crescer para atender a
605 questão de permanência e outros elementos importantes. E por fim, minha pergunta
606 é em relação à reserva de contingência. Considerando que ela está bem, será que
607 não seria o caso de usar uma parte para atender outras necessidades bastante
608 importantes, obviamente destacando ser fundamental termos uma boa reserva, mas
609 se ela está em R\$ 3,2 bilhões, será que R\$ 2,5 bilhões não seriam suficientes?”

610 **Cons. Augusto Alberto Valero Flores**: “Quero agradecer pela fala do Professor
611 Frezatti, foi muito clara novamente, uma exposição muito fácil de seguir e muito

612 interessante. Obrigado pela aula. Tenho só uma dúvida. Fala-se de um aumento de
613 aproximadamente 9,5% para dotação básica de Unidades, mas quando se fala dos
614 Institutos e Museus, esse número não aparece. Não sei se é uma questão de
615 redação, em que podemos subentender que os Institutos e Museus também terão
616 esse aumento ou se isso vai entrar no chapéu das especificidades que estão
617 colocadas de maneira um pouco vaga nesse texto. Lembro que esse texto é muito
618 parecido com outros que li em outros anos. Só sugiro que da próxima vez, os
619 Institutos e Museus tenham uma redação um pouco mais específica. Então,
620 pergunto se esses 9,5% se aplicam também a nós (Institutos e Museus).” **Cons.**
621 **Fábio Frezatti:** “Algumas colocações vão para o mesmo lado, a resposta em si
622 acaba trazendo esclarecimentos para várias colocações. Sobre o que disse a Cons.^a
623 Bárbara, a questão da discussão da reposição antecipada, sempre o Co vai decidir
624 as questões importantes, mas temos instâncias que discutem vários elementos. Por
625 exemplo, claros, progressão horizontal, o reajuste anual. Ou seja, temos instâncias.
626 A partir do momento que temos a chance de discutir o orçamento, essas instâncias
627 podem ser acionadas. Portanto, precisamos entender os limites do que estamos
628 discutindo nesse momento. Com relação ao que falou a Professora Raquel, também
629 acho que é um ano especial, acho que é um momento em que, acostumados a
630 informações negativas, temos que entender as positivas ao longo do tempo, e não
631 imediatamente. E quando falei sobre a metáfora do xadrez, ela é extremamente
632 importante. Se você aumentar, em 2022, os valores referentes a pessoal, a questão
633 do horizonte seguinte - e trabalhamos com cenários, nossa responsabilidade é
634 identificar cenários e monitorá-los -, dependendo da magnitude desse aumento,
635 teremos dificuldades, como tivemos em alguns anos atrás. Vocês se lembram que
636 há alguns anos estávamos em uma situação em que tínhamos caixa e a gestão não
637 olhou para um horizonte tão alongado. Então, ao transformar esse gasto em gastos
638 fixos em uma dimensão de tempo muito curta, podemos gerar um problema muito
639 grande no futuro. Acho que a colocação que a Professora Raquel traz é de todos
640 nós. Como equalizamos diferentes necessidades na Universidade? Certamente,
641 para algumas Unidades, o peso de ter mais servidores técnicos e administrativos de
642 uma forma rápida é vital. Para outra Unidade, é mais interessante a progressão. E
643 temos instâncias adequadas para cada uma dessas conversas. Uma vez aprovado
644 o orçamento, tem um valor bastante relevante que deverá ser tratado ao longo do
645 tempo. E a nossa proposta tem uma preocupação de tecnicidade, para que o futuro

646 grupo reitoral possa ter a dinâmica, o momento de ouvir a comunidade de maneira
647 adequada. Com relação à pergunta do Professor Augusto, o detalhamento acaba
648 aparecendo em dezembro, mas a ideia de ter o repasse, por exemplo, no valor
649 básico, está por trás dessa lógica. Em alguns itens que temos Unidades em que o
650 passado não será repetido no futuro, isso também deve ser tratado,
651 independentemente de uma Unidade de Ensino, um Museu ou um Instituto. Essa é
652 a expectativa que existe em relação a esses elementos em termos de atender a
653 necessidade das várias áreas.” **Cons.^a Ana Maria Loffredo:** “Obrigada Professores
654 Fábio e Renato pelas aulas que tivemos. Minha pergunta é muito mais um
655 esclarecimento e também se alinha às falas da Raquel e da Bárbara. Professor
656 Fábio, como foi falado, 2022 é um ano especialmente singular. E uma dessas
657 singularidades é o fato de que teremos uma nova equipe na Reitoria. É obvio que é
658 praxe existir todas essas questões do planejamento, tudo que foi apresentado pela
659 COP e pela Controladoria Geral, o plano plurianual e tudo é absolutamente
660 pertinente. Minha pergunta é, embora o senhor tenha dito que é um plano que
661 direciona, mas não restringe, o quanto que, nessas porcentagens, essa não
662 restrição poderá contemplar - embora os planos de gestão das duas chapas
663 convirjam para esse comprometimento sobre a questão bem levantada pela Bárbara
664 - qual é a margem de manobra, ou jogo de cintura, para que a nova equipe reitoral
665 possa ser fiel ao seu plano de gestão, sendo que estamos resolvendo questões que
666 vão direcionar o nosso planejamento financeiro para o próximo ano, e também para
667 os anos que virão. Portanto, qual a margem de manobra que a nova equipe poderá
668 ter, alinhando-se a suas propostas de governo? E essa pergunta se alinha às
669 questões já citadas sobre porcentagens direcionadas a pessoal, nos vários âmbitos,
670 como progressão, contratação, etc. Então, como vamos resolver questões
671 financeiras que deverão dar suporte a um novo projeto reitoral? Qual a margem de
672 flexibilidade que poderemos ter para que a nova administração possa colocar em
673 ação aquilo que eles se comprometeram durante o processo eleitoral?” **Cons.^a**
674 **Vânia Ferreira Gomes Dias:** “Quero retomar à questão que já falamos na
675 Universidade, em momentos bastante críticos como esse que temos passado
676 atualmente, que é a respeito de como decidir sobre as contas da Universidade.
677 Acho muito complicado, apesar do grande trabalho que fez a COP, a APO e a
678 Controladoria, discutirmos um assunto dessa magnitude, com essa grave
679 importância para toda a Universidade em todos os seus setores, em uma única

680 sessão do Co. Acho que essa discussão deveria ser mais ampla. Há muito tempo
681 temos falado da necessidade de mais transparência nas contas da USP e ainda não
682 alcançamos essa transparência. A apresentação de hoje, embora esclareça uma
683 parte desse planejamento, ela precisava ser muito mais difundida pela comunidade
684 e do conhecimento de toda a comunidade. E mais do que isso, que tivéssemos voz
685 para opinar no gasto que se fará. Então, percebemos nitidamente que há uma
686 preocupação e um trabalho grande para se estimar como vamos gastar esse
687 dinheiro ao longo de tantos anos, mas vejo pouco o trabalho de procurar reconhecer
688 as necessidades que temos nas bases - nas instituições, nos institutos, nas pessoas
689 -, há uma bruta defasagem salarial, temos colegas de nível básico que estão
690 sofrendo muito com a repercussão da inflação e de toda a carestia que estamos
691 vivendo; e, no entanto, fazemos uma conta que vem de cima para baixo, ou seja, o
692 que é possível gastar para aquilo que temos para se adaptar. Acho que precisamos
693 buscar reconhecer as necessidades que estão colocadas nas bases, principalmente
694 nas categorias que tiveram seus salários mais defasados e suas condições de vida
695 mais precarizadas. Além disso, sabemos que há setores da Universidade que estão
696 sofrendo muito com a falta de recursos. Quero citar o CRUSP, que nesse ano de
697 pandemia, ficou evidenciado o quanto está deteriorado, o quanto que as condições
698 de permanência estudantil estão prejudicadas, e também a situação do Hospital
699 Universitário. Vimos quantas dificuldades que nossos colegas do Hospital
700 Universitário tiveram que travar para enfrentar essa pandemia e sair vivos. Gostaria
701 de colocar no Conselho essa questão de dar mais transparência e chamar a
702 Comunidade a debater esse tema. Acho que não é algo para definirmos em uma
703 única sessão do Conselho Universitário, só a partir das cento e poucas pessoas que
704 estão aqui presentes, sendo que estamos falando de mais de 90 mil pessoas que
705 sofrerão as consequências dessa decisão.” **Cons.^a Ana Lúcia Duarte Lanna:**
706 “Quero comentar duas questões que espero serem pertinentes para esse momento
707 do debate. Mas antes quero dizer o quanto é importante para mim, enquanto
708 diretora de Unidade, ter um orçamento como esse, detalhado e que nos dá uma
709 garantia de responsabilidade, de planejamento e de continuidade. Como o Professor
710 Fábio falou, já vimos em outros momentos a Universidade com muitos recursos e
711 esses são momentos mais perigosos do que os com falta de recursos, de certa
712 maneira, porque a gente se entusiasma, porque temos muito projetos e temos que
713 garantir, sobretudo, a continuidade da Instituição. Então, é respeitando esse

714 princípio geral, que tenho duas questões para colocar. Uma diz respeito à relação
715 pessoal e custeio, mas é mais uma dúvida. O que temos é muito dinheiro, acho que
716 planos estão contemplados em 2022, mas se me lembro corretamente, havia
717 sempre uma proporção - pelo menos desde a gestão da Sueli - de algo em torno de
718 12% a 15% de orçamento com o custeio e 85% com pessoal. Lembro-me nessas
719 gestões sucessivas em que tive o privilégio de participar dessas discussões, a
720 dificuldade enorme de executarmos esses 15% de custeio. Nos últimos 2 anos, em
721 função da pandemia, houve uma contenção muito grande de pessoal e
722 conseguimos executar o custeio, enfim fomos beneficiados com políticas
723 importantes e com uma redução de custos em função da pandemia. Então, quero
724 entender porque, na proporção, chegamos em 82% de pessoal e em 17% de
725 custeio. Qual a razão disso e se haveria um espaço para manter essa relação de
726 17% para 85%, que é o que está na minha memória, mas posso estar errada. Isso
727 me parece garantir o plano plurianual, a segurança dos gastos, a responsabilidade
728 fiscal, as reservas. Acho que tudo isso são balizas e premissas fundamentais para
729 podermos trabalhar, até para não chegarmos ao final do ano com uma dificuldade
730 de execução orçamentária, que também é muito ruim para a Universidade. Vimos
731 isso no período da CPI. Minha outra questão diz respeito ao item 2.2.2., que é
732 manutenção predial. Sei, como dirigente, que tem pelo menos dois patrimônios sob
733 minha responsabilidade - o prédio da FAU-USP e o prédio da Vila Penteadó, em
734 Higienópolis - que os recursos para manutenção predial, por maior que sejam, serão
735 sempre insuficientes. Daí o meu entusiasmo com o fundo patrimonial que foi
736 lançado na semana passada, acho que abre uma perspectiva de podermos fazer,
737 com responsabilidade, a conservação desses bens. Mas também sei que mesmo
738 para os gastos mais cotidianos, 1,20 para bens patrimoniais, biotérios etc é
739 insuficiente para fazer manutenções banais. Como também sei que o '2 x 2', como
740 indicador para edifícios com mais de 85 anos, sendo ou não patrimônio cultural, é
741 insuficiente, porque quando vamos fazer uma contratação, essa restrição coloca o
742 preço de qualquer coisa lá em cima. Então, gostaria de saber se é possível
743 aumentarmos esse fator multiplicador para alínea patrimônio cultural e biotérios, ou
744 permitir que a gente associe patrimônio cultural e idade do prédio, que assim ficaria
745 bom. Vocês nunca nos deixam fazer isso, mas se não pudermos fazer isso, pelo
746 menos aumentar esse multiplicador de 1,2 para algo em torno de 2,5, o que nos
747 permitiria trocar porta, janela, encanamento de água, enfim, coisas dessa natureza.

748 São dois pedidos de esclarecimento.” **Cons. Fábio Frezatti**: “A Professora Ana
749 Loffredo quer saber, no fundo, sobre margem, folga, reserva, no sentido de ter
750 alguma manga. A partir do momento que mostramos o número que temos de
751 receitas e o detalhamento, não há muito espaço de manobra do ponto de vista dos
752 itens que estão no orçamento. Ou seja, isso é o que temos em termos gerais, é tirar
753 de algum lugar para colocar em outro lugar, se você tem prioridades diferentes.
754 Evidentemente há uma menção que foi colocada em termos de relacionamento com
755 o governo e coisas do gênero. Não temos essa variável aqui para colocar em
756 discussão, ou seja, é outra dimensão em termos do que estamos falando. Nesse
757 momento não tenho algo que a agrade, professora. A estrutura do orçamento está
758 dividida de maneira que, se você pretende usar em uma linha, vai sair de outra. É
759 isso que temos nesse momento. Qualquer gestão política ou coisa do gênero foge a
760 esse momento, foge a essa conjunção. Conselheira Vânia, se entendi direito, sua
761 preocupação é de mais discussão em relação aos temas, mais capilaridade ou algo
762 nessa linha. E aí vai depender do que estivermos falando e as respectivas câmaras
763 que discutem o tema dentro de um certo momento. Quanto colocamos, em termos
764 de utilização de reserva, isso também foge a essa dimensão que estamos
765 colocando aqui. Ou seja, quando você tem o orçamento, ele é aprovado. Ter caixa
766 não significa, necessariamente, que se pode gastar. Quando disse que temos várias
767 instâncias e momentos para as discussões, é disso que estamos falando. Então,
768 não tenho uma resposta que possa lhe ajudar a perceber alguma oportunidade
769 diferente. Mas entendo a preocupação de maior discussão. A Professora Ana Lanna
770 trouxe várias questões que não são muito simples. Serei absolutamente sincero. O
771 que sinto, e digo isso em relação a algumas unidades que tenho oportunidade de
772 conversar, é que dentro de uma Universidade tão plural, múltipla, variada, temos
773 Unidades que estão vivendo um momento de gasto de manutenção altíssimo, e
774 temos outras com gastos menores. Então, a montagem do orçamento é muito
775 complicada nessa individualização, mas não significa que não deva ser tratado. Mas
776 vejo uma dificuldade muito grande de fazer projetos. Se tivermos projeto de reforma,
777 de ajustes ao longo do tempo, a gente faz. Agora, tenho certeza que no âmbito da
778 CODAGE, essas questões colocadas em relação aos percentuais possam ser
779 pensadas. Sei que isso é técnico e é técnico do ponto de vista geral, para que
780 possamos tratar de uma maneira isonômica diferentes áreas, mas certamente
781 temos que ter abertura para entender as questões particulares, e elas estão

782 acontecendo em várias Unidades onde a conta média não resolve o problema. É um
783 problema pertinente e importante dentro da Universidade. Outra questão que a
784 Professora Ana Lanna coloca é o olhar. Posso construir uma informação do detalhe
785 para o total ou do total para o detalhe. O que acontece é que alguns números
786 mágicos não são constantes. No momento em que você vem de um período de não
787 acréscimo em termos de novos claros, de reajustes salariais, e temos uma
788 excepcionalidade - como vivemos em 2020 e 2021 -, essas lógicas de longo prazo
789 para ver se mantivermos o perfil, tenho dificuldade. Então quando vemos esse
790 crescimento tão grande, isso se dá porque a base, em si, teve uma consequência
791 em termos de aumento. No ano de 2021, foram estimulados projetos, os quais
792 entendo que podem continuar a ser estimulados para que as Unidades sigam
793 fazendo algo diferente, não como uma simples continuidade. Essa é uma
794 expectativa, mas está no colo da próxima equipe reitoral e sua gestão. Diria que é
795 por aí que números macro podem ser usados.” **Cons. André Lucirton Costa:**
796 “Quero saudá-lo, Professor Vahan, pela gestão reitoral; também saudar o Professor
797 Fábio Frezatti, em nome do qual saúdo toda a COP, a CODAGE, o Professor
798 Renato Jardim, que analisou a apresentação desse orçamento. Acho que esse
799 orçamento foge das características anteriores e traz boas notícias. Na verdade, é
800 um orçamento que devolve um pouco a esperança para todos nós que passamos
801 anos difíceis, não só como Universidade, mas como país e sociedade. Quero
802 ressaltar alguns pontos, que apesar de já terem sido falados tão adequadamente
803 pelos que me antecederam, que nortearam a construção desse orçamento. O
804 princípio básico foi o da sustentabilidade, mas tomando cuidado de não invadir
805 atribuições. As atribuições da Reitoria, do Reitor, do Governo estão mantidas, no
806 momento em que estabelecemos grandes grupos, e há a opção de decisões
807 importantes dentro desses grupos. É lógico que é um cobertor de tamanho único,
808 então, para cobrir um lado sempre é necessário descobrir o outro. E é por isso que
809 temos outro princípio bastante importante, que é orçamento plurianual, que
810 completa o orçamento anual. Porque muitas despesas não são pontuais, então, se
811 decidirmos por determinados aumentos, que eles se perpetuem um tempo,
812 precisamos ver o impacto disso no futuro. Do contrário, podemos tomar uma
813 decisão que comprometa a saúde financeira da Universidade dois ou três anos à
814 frente. Então, o orçamento plurianual é peça fundamental e faz parte desse
815 planejamento de manter a sanidade financeira proposta pela COP. Outro ponto

816 importante é a capacidade de monitoramento. Foi perguntado sobre qual seria o
817 espaço da próxima gestão reitoral. Do meu ponto de vista, há um espaço óbvio no
818 desenvolvimento do orçamento, por exemplo, na necessidade de contratar mais
819 pessoas ou fazer reajuste salarial. Há essa proporção que vai poder caminhar junto
820 com o orçamento. Mas também há a possibilidade de remanejamento, ou
821 reavaliações orçamentárias que, aprovadas pelo Conselho Universitário, darão
822 possibilidade para que a próxima gestão reitoral consiga, eventualmente, propor
823 ações que possam ser do seu interesse. Agora, na avaliação dos membros da COP,
824 esse orçamento é o que garante a sustentabilidade financeira da Universidade. Ele
825 foi feito durante o processo eleitoral, porém antes da eleição. E sempre discutimos
826 muito essa relação sobre o que é um orçamento de Estado e o que é o Governo.
827 Portanto, tenho convicção de que esses elementos estão contidos nos princípios
828 desse orçamento. Essa é minha manifestação como membro da COP.” **Cons.**
829 **Reinaldo Santos de Souza**: “No espírito da intervenção anterior, embora oposta no
830 conteúdo, não vou fazer perguntas, mas quero reforçar alguns registros que
831 considero importantes. Primeiramente, penso que há um problema de fundo, não
832 apenas nessas diretrizes, mas em todas as discussões que fazemos sobre o tema,
833 que é o próprio documento que foi aprovado em 2017, sobre os parâmetros de
834 sustentabilidade. Faço sempre questão de lembrar disso, porque aquela discussão
835 e os próprios parâmetros foram aprovados debaixo de bombas da polícia militar,
836 essa mesma polícia que vem se instaurando na Universidade cada vez mais e que
837 naquele momento reprimiu, durante o movimento que estava à porta da Reitoria,
838 estudantes, funcionários e professores que se manifestavam contrariamente à
839 aprovação daquele documento. Porque, evidentemente, ninguém aqui é a favor de
840 que a Universidade tenha um descontrole das suas contas, o problema é que
841 aquele documento e todas as discussões de diretrizes, de alguma maneira,
842 reproduzem essa mesma lógica. Elas partem de naturalizar uma situação de cortes
843 de verbas, que muitas vezes vêm do Estado ou, no caso das Universidades
844 Estaduais Paulistas, ignoram uma reivindicação histórica, que é a necessidade do
845 aumento do repasse de verbas do Estado para as Universidades. E mais do que
846 isso, os parâmetros de sustentabilidade têm outras metas que para nós,
847 funcionários e funcionárias da Universidade, são bem complicadas, como a relação
848 docente-funcionário; pelos parâmetros, inclusive, seria proibida a contratação de
849 funcionários para repor as perdas que já ocorreram pelos PIDVs. O que significa, na

850 prática, que esses serviços seriam realizados por funcionários terceirizados,
851 supomos nós, porque não está dito de forma explícita, mas é o que provavelmente
852 acontecerá, como já vem acontecendo no últimos anos. Então, quero registrar isso e
853 fazer essa lembrança, de como aqueles parâmetros foram aprovados naquele
854 momento. Apesar disso, e assim já quero apontar para justificar o voto, que não é
855 só meu como também das minhas colegas representantes dos funcionários,
856 traremos neste ponto. É evidente que, em comparação com o que foi a discussão
857 dos últimos anos, temos um ponto melhor, há uma previsão de pelo menos 25% ou
858 26% a mais no ano que vem para despesas com pessoal. Mas como já foi dito aqui,
859 a reivindicação do Fórum das Seis, que acabamos de protocolar - e reforço aqui o
860 pedido, já que o Professor Vahan é o Presidente do CRUESP e, portanto, caberá a
861 ele chamar ou não reunião - uma atualização da pauta de reivindicações; e só pela
862 nossa reivindicação de um reajuste que repõe os últimos dois anos - de maio de
863 2019 até agora -, seria necessário 20% de reajuste salarial. Fora toda a discussão
864 que teríamos de reajuste de benefícios, de contratação de docentes e de
865 funcionários. Então, os 25%, que para quem não teve nada nos últimos anos parece
866 muito, em um momento de aumento galopante da inflação e com as perdas
867 acumuladas, não é tanto assim. Penso que, se vamos ter uma política real de
868 recomposição das perdas acumuladas - e as duas chapas concorrentes à nova
869 gestão reitoral falaram sobre isso na campanha - só dos últimos dois anos temos
870 esse dado que dei agora. Se pegarmos de 2012 para cá, são 40% de perdas
871 acumuladas, então talvez precisássemos fazer ajustes, pensando em coisas que já
872 foram ditas aqui, em aumentar um pouco esse nível desse comprometimento, dispor
873 das reservas financeiras para recompor essas perdas, e nada disso está muito
874 previsto nesse momento. Mas, como há pelo menos uma previsão de algum nível
875 de reajuste, nós, representantes dos funcionários, não votaremos contra, mas
876 também não votaremos a favor, por conta desses limites que acabei de expor.
877 Então, vamos nos abster dessa votação.” **Cons. Fábio Frezatti**: “Cons. Reinaldo,
878 quero mastigar algo que está no escopo e no papel da COP. Vou me limitar a isso
879 sempre. Com relação a parâmetros de sustentabilidade, temos a obrigação de
880 trazer uma referência que permita à Universidade ter um olhar de longo prazo.
881 Somos obrigados a dizer 'isso aqui é febre, abaixo disso não, acima disso é mais do
882 que febre'. Isso é uma tentativa de olhar não só para o curto prazo e evitar que
883 possamos voltar aos problemas que tivemos no passado e que tem sido muito

884 custoso para a Universidade como um todo. Com relação a questões de pauta
885 eleitoral ou percentual de aumento colocado nas discussões dos candidatos à
886 Reitoria, não posso me envolver porque temos câmaras adequadas para isso.
887 Temos momentos adequados, temos agentes e interlocutores adequados em
888 relação a isso. E, novamente, quero aproveitar esse exemplo em relação ao que
889 mostramos. Se olharmos só o ano de 2022, cabe um monte de coisa. Mas e
890 depois? 2023, 2024, 2025? Então, a provocação que o plurianual nos proporciona é
891 essa. A palavra sustentabilidade tem por objetivo levar a Instituição de uma forma
892 adequada e saudável para um horizonte maior. É isso.” A seguir, o **M. Reitor** passa
893 à votação. **Votação**. Pelo painel eletrônico obtém-se o seguinte resultado: Sim = 87
894 (oitenta e sete) votos; Não = 1 (um) voto; Abstenções = 17 (dezesete) votos; Total
895 de votantes = 105 (cento e cinco). É aprovado o parecer da COP, favorável à
896 proposta de Diretrizes Orçamentárias da USP para 2022. A seguir, o **M. Reitor**
897 passa ao item 2 - **MINUTA DE RESOLUÇÃO - 2.1- PROCESSO 2021.1.4133.1.6 -**
898 **AGÊNCIA USP DE INOVAÇÃO** - Proposta de Resolução que dispõe sobre a
899 Política de Inovação da Universidade de São Paulo, em consonância com as
900 legislações do Estado de São Paulo e da União. Ofício do Coordenador da AUSPIN,
901 Prof. Dr. Marcos Nogueira Martins, ao Secretário Geral, Prof. Dr. Pedro Vitoriano
902 Oliveira, encaminhando a minuta de Resolução sobre a Política de Inovação da
903 Universidade de São Paulo, solicitando que seja apreciada pelo Conselho
904 Universitário (18.03.21). **Parecer PG P. nº 37180/2021**: informa que do ponto de
905 vista da competência do órgão para apresentação da proposta de Resolução, a
906 legislação federal e a do Estado de São Paulo conferem ao Núcleo de Inovação
907 Tecnológica, no caso da USP a AUSPIN, competência para gerir a política de
908 inovação das Instituições Científicas, Tecnológicas e de Inovação. Com relação à
909 minuta, apresenta a análise jurídico-formal em forma de itens, bem como as
910 sugestões de alterações no anexo da Resolução. Encaminha os autos à AUSPIN,
911 para ciência e análise dos pontos suscitados (27.05.21). Ofício do Coordenador da
912 AUSPIN, encaminhando nova minuta com as alterações sugeridas pela PG
913 (07.07.21). **Parecer PG. P. nº 37201/2021**: informa que retorna os autos com nova
914 versão da minuta de Resolução, cuja redação final foi elaborada pela AUSPIN em
915 conjunto com a PG, não havendo óbices jurídicos a serem destacados, podendo
916 prosseguir para a análise de mérito pelas instâncias competentes. Encaminha os
917 autos para apreciação pela COP e CLR e, se em conformidade, ao Co. A

918 Procuradora Geral Adjunta em exercício acolhe o parecer e, sob o aspecto
919 estritamente formal, sugere apenas iniciar as enumerações da minuta com letra
920 minúscula, além de padronizar no Anexo as referências a: servidores técnico-
921 administrativos (pois o subitem 3.1.5 fala em "funcionários"); Unidades/órgãos (com
922 letra maiúscula e sem o aposto "de Ensino", especialmente nos subitens 1.3, 3.1.8,
923 3.2.2 e 3.5.5); e excluir a menção "Departamentos" no subitem 3.1.8. Solicita a
924 informação se a proposta foi submetida ao Conselho Executivo ou ao Conselho
925 Superior da AUSPIN (26.07.21). Ofício do Coordenador da AUSPIN ao Secretário
926 Geral, encaminhando nova minuta com as correções solicitadas pela PG e
927 informando que a proposta foi aprovada pelo Conselho Superior da Agência
928 (27.07.21). **Parecer da COP:** aprova o parecer da relatora, favorável à proposta de
929 resolução que cria a Política de Inovação da Universidade de São Paulo, em
930 consonância com as legislações do Estado de São Paulo e da União (17.08.21).
931 **Parecer da CLR:** delibera baixar os autos em diligência para esclarecimentos junto
932 à AUSPIN (24.09.21). **Parecer da CLR:** aprova o parecer do relator, Prof. Dr. Edson
933 C. Wendland, favorável à proposta de Resolução que dispõe sobre a Política de
934 Inovação da Universidade de São Paulo, em consonância com as legislações do
935 Estado de São Paulo e da União (22.10.21). Minuta de Resolução preparada pela
936 Secretaria Geral. **M. Reitor:** "O item seguinte é uma Resolução que recebi pedido
937 de retirada de pauta, mas justamente o motivo do pedido de retirada de pauta é a
938 discussão do tema. Vou começar discutindo e aí verificaremos se vale a pena retirar
939 de pauta ou não. É a Resolução sobre a Política de Inovação da USP, proposta pela
940 Agência USP de Inovação e foi analisada pela COP e CLR." **Cons.^a Liedi Légi**
941 **Bariani Bernucci:** "Sobre a política de inovação que veio para a nossa análise, ela
942 passou pela CLR e pela COP. A política de inovação, não tratando agora
943 exatamente do documento - o documento é um documento simples porque se refere
944 a várias resoluções, em todas as suas situações que possam interferir em qualquer
945 das atividades da Universidade - ela se refere a resoluções que existem. A política
946 de inovação é uma realidade em nosso país, existe toda a política governamental de
947 inovação e a Universidade de São Paulo tem feito, através da AUSPIN, todo um
948 programa para incentivar a inovação. Considero muito importante para a
949 universidade essa política de inovação, principalmente para a Universidade São
950 Paulo, porque ela é uma política que gera uma transparência em todo o processo,
951 as pessoas aqui, não só os jovens, alunos, alunos de pós-graduação e jovens

952 docentes, mas todos os docentes que façam inovação poderão continuar na
953 Universidade e além de tudo, poderão desfrutar de uma inovação que ele faz
954 juntamente com a Universidade, então é uma política muito transparente. Do ponto
955 de vista da Universidade de São Paulo, é um ganho para ela e é um ganho para
956 essas pessoas que têm um talento pela inovação. Ela vai agregar valores à
957 Universidade, no nosso entendimento do que está no documento e ela agrega
958 valores a essas pessoas que fazem a inovação. Além de tudo ela possibilita que
959 essas pessoas continuem na Universidade, porque não há nenhum conflito entre a
960 pessoa que faz inovação dentro da Universidade e ela ser obrigada a sair para fazer
961 essa inovação exclusivamente em uma empresa, ela poder fazer as empresas
962 nascentes, ser uma empresa filha da Universidade, onde a Universidade também
963 desfruta daquilo que ela investiu, porque a Universidade investiu no conhecimento
964 daquela pessoa, ela gerou uma inovação, ela desfrutará, mas com a Universidade.
965 É um documento que promulga todo esse movimento pela inovação e torna
966 transparente, esse é um dos grandes ganhos. Temos que começar a fazer esse
967 processo, que é protegido pelas Resoluções da Universidade de São Paulo e
968 poderemos monitorar todo esse processo. A análise da COP é positiva em relação a
969 esse documento da AUSPIN para inovação.” **Cons. Floriano Peixoto de Azevedo**
970 **Marques Neto**: “Esse processo, do ponto de vista da matéria que compete à CLR,
971 foi bastante discutido, porque inicialmente houve duas interações da Procuradoria
972 Geral com a AUSPIN, foram feitos comentários no primeiro parecer, incorporados
973 pela AUSPIN na minuta da Resolução, depois houve ainda alguns ajustes
974 solicitados pela PG, que também foram incorporados pela Agência, chegaram à
975 CLR, a CLR pediu esclarecimentos, que foram prestados pela AUSPIN e ao final,
976 com um parecer do Prof. Edson Wendland, a CLR entendeu que a proposta pode
977 ser aprovada, seja porque não tem nenhum conflito de legalidade, nem conflitos
978 com o Estatuto e com o Regimento da USP, seja porque ela oferece um ganho a
979 partir da seguinte constatação: a USP, a sua vocação produz inovação, produz
980 inovação por parte de seus professores e dos alunos de pós-graduação
981 principalmente. Essa inovação, quando é uma inovação relevante, é apropriada pelo
982 mercado e essa relação entre a Universidade, o saber que produz e o
983 aproveitamento da iniciativa de inovação, que aliás é um dos objetivos da
984 Universidade para o desenvolvimento do país, precisa ser transparente, regrada e,
985 de certa forma, ter uma sinalização com uma Resolução clara, que oriente a todos

986 aqueles que querem produzir inovação, pesquisa e outros que irão ter depois
987 desenvolvimento em produtos e serviços, que saibam quais são as regras, que isso
988 não seja feito na clandestinidade, que isso não seja feito na perspectiva da
989 individualidade de cada professor, de cada centro de pesquisa, de cada grupo de
990 pesquisa. Portanto, o parecer da CLR, do ponto de vista formal, de legalidade e de
991 adequação, foi favorável.” **Cons. Luiz Henrique Catalani**: “Venho aqui na qualidade
992 de interessado direto, já que sou também Coordenador do Centro de Inovação da
993 USP, mas estou claramente aqui fazendo a defesa de um documento que foi
994 ordenado na AUSPIN, sob a coordenação do Prof. Marcos Nogueira Martins. O
995 documento foi feito pela AUSPIN, acompanhei o melhor que pude, mas foi lá que
996 ele nasceu, então ele não é um documento de normas, vamos deixar bem claro, é
997 um documento de princípios, é uma carta de intenções, como disse a Professora
998 Liedi, ele trata de dar transparência e segurança jurídica a todos os processos que
999 envolvem inovação e, em particular, aqueles processos que envolvem relação direta
1000 com a iniciativa privada, que de fato é o mais complexo de todo esse processo.
1001 Claro que a provocação inicial desse documento veio da promulgação do Marco
1002 Legal em 2016, na gestão da Presidente Dilma Rousseff, e que criava premissas ou
1003 avançava na evolução das premissas básicas para atividades de inovação dentro do
1004 modelo básico da tripla hélice onde a coordenação de atividades da iniciativa
1005 privada, iniciativa pública e universidade eram revistas. Esse Marco foi
1006 extremamente importante em 2016 e depois teve um Decreto em 2018, que foi
1007 amplamente celebrado pelas associações, pelas sociedades científicas, a SBPC se
1008 colocou especialmente favorável a esse Marco, a ABC, o CNPq e a Capes também.
1009 E a partir daí todas as incertezas tiveram que, de alguma forma, se recompor dentro
1010 desse novo Marco e é isso que a USP está fazendo agora. Na verdade, está
1011 fazendo com certo atraso, a maioria das universidades brasileiras, inclusive as
1012 nossas coirmãs, já fizeram a recomposição das suas normativas internas referentes
1013 aos processos que envolvem produção de inovação e o ensino do
1014 empreendedorismo. Então, qual foi a escolha da Agência, foi fazer uma Resolução
1015 relativamente simples, diferente até de alguns modelos de outras universidades que
1016 tentamos usar aqui, foi feito um documento bem mais simples, onde é colocado os
1017 princípios básicos que regem isso. E na Resolução, que é um documento simples
1018 de duas páginas, você vê ali no artigo 2º que existe a perspectiva de
1019 regulamentação de todas as atividades de inovação. Em uma segunda etapa, onde

1020 isso vai ser devidamente discutido cada uma delas e passar por todos os níveis de
1021 aprovação da Universidade. Esta é uma grande vantagem, porque se observarem o
1022 artigo 2º, são 13 itens distintos, onde podemos, em normativas específicas e
1023 individualizadas, analisar profundamente e no futuro reavaliar o seu sucesso e
1024 modificá-las individualmente, sem ter que modificar todo esse texto cada vez que
1025 precisarmos fazer isso, essa é uma das grandes vantagens desse texto tal como
1026 está proposto. E ele é feito de duas partes, a primeira parte, que é a Resolução
1027 propriamente dita e tem um anexo, que é um anexo que dispõe de princípios,
1028 valores e diretrizes dessas atividades. É claro que ele foi baseado no que a USP já
1029 é, ela nasceu uma universidade empreendedora, inovadora, não precisa lembrar
1030 aqui que seis das sete unidades originais dessa universidade eram
1031 profissionalizantes e metade delas pelo menos já produziam tecnologia, já
1032 produziam atividades em colaboração com o setor privado, isso está no nosso DNA.
1033 Na verdade existe um programa que a Agência desenvolveu, que é tentar descobrir
1034 as empresas com DNA USP. Foi feito um levantamento, hoje nós temos mais de
1035 2.000 empresas nesse banco de dados, que é o banco DNA USP, são empresas
1036 que foram formadas por alunos, ex-alunos, professores, ex-professores,
1037 funcionários ou ex-funcionários. Uma avaliação bastante conservadora dá conta de
1038 que esse montante de empresas são responsáveis por 30 mil postos de trabalho no
1039 Brasil, com faturamento que - de novo bem conservador - algo em torno de R\$ 16
1040 bilhões/ano só por conta dessas empresas. A Universidade produz inovação, ela é
1041 forte em inovação, ela é reconhecida como a melhor Universidade na produção de
1042 inovação e empreendedorismo. Existe um *ranking*, que é o *ranking* das
1043 Universidades Empreendedoras, que é da Confederação de Empresas Juniores do
1044 Brasil - a Brasil Júnior; eles tiveram esse prêmio, que é o RUE - *ranking* das
1045 Universidades Empreendedoras - e a USP tirou o primeiro lugar em todas as
1046 edições, três edições até agora, estamos esse ano na quarta edição. Provavelmente
1047 hoje sai o resultado do setorial São Paulo e a expectativa é que a USP irá ganhar de
1048 novo; também ganhamos um prêmio a cerca de 10 dias atrás da Associação
1049 Brasileira de Startups como a 'Universidade do Ano em Startups', essa é a USP. A
1050 partir dessa práxis já instalada, foi levantado esse documento de intenções e não
1051 tem nada lá que a gente já não faça. Estamos dando uma ordenação jurídica, uma
1052 segurança jurídica em um documento que já tem um certo atraso. Se você olhar o
1053 anexo do documento, ele é dividido em três partes: o princípio que norteia a política

1054 básica de inovação, dos nossos valores, a importância que tem essas ações no
1055 ensino do empreendedorismo. Então, veja, a USP faz inovação porque ela produz
1056 bens e serviços em novidade, mas principalmente ela produz inovadores,
1057 empreendedores, essa é a nossa principal missão aqui, então, dentro desse
1058 processo os processos de inovação são os processos básicos de ensino e estão
1059 listados, em particular, no item 3 das Diretrizes Gerais; detalhe, veja bem, nunca
1060 está dizendo ali que ‘deverão ser’, ‘poderão ser’, ‘recomenda-se que’, significa que
1061 não existe nenhuma imposição de que a Universidade vai impor a todos os
1062 docentes que façam inovação, é claro que se você pretende que o seu aluno seja
1063 inovador, você tem que ter um docente inovador, se você pretende que o seu aluno
1064 seja empreendedor, o seu docente tem que ser empreendedor; empreendedor no
1065 sentido de entender o que é essa atividade de inovação. O documento é
1066 relativamente simples, existe alguns questionamentos, faço um destaque sobre o
1067 questionamento do documento com relação a, digamos assim, definição do que é
1068 inovação. Definição de inovação é uma coisa que as pessoas, de fato, têm
1069 problemas para entender o que é. A palavra ‘nova’ no meio de inovação parece que
1070 confunde bastante as pessoas. O que é inovação? Inovação, no conceito mais
1071 simples, é transformar conhecimento científico em processos e produtos. No Manual
1072 de Oslo, que é o manual que reza todo esse processo, é um Manual da OCDE, essa
1073 definição de inovação evolui a cada edição nova, vocês podem ver ali que no
1074 Manual de 2018 o conceito de inovação é muito mais complexo, então o conceito
1075 que a gente está dando é relativamente simplório, mas é claro que é um conceito
1076 que evolui a cada ano. Por isso defendo, porque acho que tem muito que se fazer,
1077 isso é só o primeiro passo, muito tem que ser feito em relação a esse documento.”

1078 **Cons. Marcílio Alves**: “Li esse documento do Prof. Marcos, até agradeço também a
1079 ele porque sou um usuário da AUSPIN, tenho patentes, etc, então me envolvo um
1080 pouco com essa parte de inovação dentro das minhas atividades e acho que é muito
1081 importante, como a professora Liedi destacou, essa transparência que um
1082 documento desses pode trazer ao processo de inovação que é feito aqui dentro da
1083 Universidade. Só por isso o documento precisa realmente ser bem-vindo, porque ele
1084 traz essa possível transparência em todos os aspectos do processo de inovação e
1085 que é importante para balizar a atividade docente, para ele se situar e também os
1086 alunos dentro desse processo, no entanto, eu, pela leitura que fiz do documento,
1087 ainda achei que ele está cru, precisa um pouco mais de atenção, alguns itens,

1088 explicações, definições. Entendo o caráter geral do documento, mas acho que é um
1089 assunto que precisa estar tudo bem transparente, tudo bem claro, e trago alguns
1090 exemplos que me causaram um pouco de confusão na leitura: no item 2.2 -
1091 inovação indissociável dos processos de ensino, interpretei que parece que pelo
1092 documento, pela leitura, que os processos de ensino deveriam estar sempre
1093 atrelados a processo de inovação, quando isso não é necessário, tem disciplinas
1094 que nem passam ao largo de inovação, depois eu reverti um pouco a leitura, até
1095 pelas palavras do Prof. Catalani, entendendo então que o texto é assim: quando se
1096 fala em inovação, pode-se estar trabalhando também com ensino. Mas causou
1097 dúvida, em termos da redação do item, depois que na admissão a processo de
1098 iniciação científica, de pós-graduação, etc, deve-se valorizar os envolvidos com
1099 inovação. E aí entendi assim: muitos processos de seleção de pós-graduação não
1100 têm nada a ver com inovação, então, também me causou confusão isso. E também
1101 o fato que a inovação deve permear as atividades de cultura e extensão, o item 3.4,
1102 não entendi como isso foi redigido nesse aspecto, e dois outros itens que acho que
1103 deveriam ser bem claros, mas para mim não são, é que a USP ou as Unidades
1104 podem constituir fundos de investimento e comprar opções de participação. Isso,
1105 para mim - não sei o aspecto legal disso, parece que a USP poderia comprar ações
1106 dessas empresas - não sei eu só li essa palavra 'opções de participação', então
1107 juntando ao fato de que para a próxima gestão reitoral está planejado uma Pró-
1108 Reitoria adjunta de Inovação - é uma das plataformas da chapa que venceu - estou
1109 entendendo que seria mais oportuno esse tema ser discutido nesta Pró-Reitoria,
1110 com todos esses detalhes, resolver todas essas dúvidas e aí sim trazer para o Co
1111 para aprovação. Esse é o encaminhamento que daria para que essa discussão seja
1112 remetida para o futuro.” **Cons. Manfredo Harri Tabacnicks**: “Fiquei muito feliz
1113 quando vi esse documento da AUSPIN em discussão, porque ele de fato traz à tona
1114 um problema que a gente vem enfrentando há muito tempo e é justamente a
1115 valorização do trabalho de inovação e de empreendedorismo, que às vezes - não
1116 estou acusando ninguém - é feito meio como decorrente, meio no canto do
1117 laboratório, meio em segundo plano e às vezes sem um regramento, sem o
1118 reconhecimento e sem a possibilidade de ser cuidado pela Universidade. Então, um
1119 documento como esse, com sugestões, normas, propostas de uma forma clara e
1120 transparente, acho que é muito bem-vindo. Lembro aos colegas que quando
1121 qualquer um de nós recebe ou vai para o MIT (*Massachusetts Institute of*

1122 *Technology*) ou vai para Harvard, ficamos todos muito felizes, valorizamos essas
1123 Universidades, basta cruzar no Google - Harvard Empreendedorismo ou Inovação
1124 em notícias e você vai entrar em um cipocal de notícias de inovação mostrando a
1125 importância da inovação e do empreendedorismo nessas universidades que hoje
1126 nós tanto valorizamos. De forma que acho que isso chega em um ótimo momento, é
1127 hora da USP crescer, é hora da USP valorizar o seu trabalho de inovação e dar
1128 visibilidade a esse trabalho junto à sociedade. E é isso que estamos fazendo,
1129 estamos valorizando as atividades de inovação em nossos cursos, em nossas
1130 atividades e com isso trazer mais para o nosso dia a dia essas atividades.
1131 Parabênzo a AUSPIN por ter feito esse documento, ele pode estar um pouco
1132 incompleto, talvez precise de uma revisão em algum prazo, estamos começando, é
1133 claro que quando você começa um processo você não acerta todos os itens, você
1134 precisa eventualmente de uma revisão, mas quero aqui parabenizar e encaminhar
1135 absolutamente *in conteste* a favor desse documento, eventualmente como já disse,
1136 sugerindo uma revisão depois de um prazo para verificar o que foi bom e o que foi
1137 ruim, porque esse documento não é uma regra ele é uma carta de intenções, como
1138 disse o Prof. Catalani, então nessa carta de intenções eu acho que vale colocarmos
1139 nossas intenções, algumas não vão dar certo, algumas vão errar, isso faz parte,
1140 algumas vamos esquecer, então, acho que uma revisão futura após um pouco de
1141 experiência, como a gente diz, quilometragem, podemos rever e verificar se esse
1142 nosso documento está de acordo com a nossa prática.” **Cons.ª Bárbara Della**
1143 **Torre**: “Sobre essa minuta feita pela Agência de Inovação da USP gostaria de me
1144 somar aos que pediram para retirar de pauta a votação desse documento e abrir o
1145 debate com a comunidade acadêmica, não só os membros desse Conselho, mas
1146 toda a comunidade acadêmica - estudantes, trabalhadores e professores que não
1147 estão aqui -, porque acho que essa minuta propõe uma mudança de paradigma na
1148 Universidade pública muito profunda, que apesar de ser verdade o que o Prof.
1149 Catalani disse, que muito disso já acontece aqui na Universidade, não acontece de
1150 uma forma regulamentada ou institucionalizada, do ponto de vista de quais são os
1151 valores da Universidade, quais são os princípios que a Universidade tem que ter.
1152 Em minha opinião, o que essa minuta propõe é um abandono total da função social
1153 da Universidade orientada para o bem público, para a melhoria da vida do povo e da
1154 elevação cultural de todos os povos, e que introduz na Universidade, de uma
1155 maneira mais definitiva do que já vem acontecendo ao longo dos ataques dos

1156 últimos anos, das últimas décadas, a lógica de mercado sobre os signos da
1157 inovação e do empreendedorismo, que é uma palavra que vimos bastante nos
1158 últimos anos. Para falar sobre os trabalhos bastante precários, por exemplo, como
1159 os trabalhadores de aplicativo de entrega, que são pequenos empreendedores, na
1160 verdade é uma grande precarização, então sob essa palavra bonita pode-se
1161 introduzir bastante coisa danosa para a lógica da universidade pública, democrática,
1162 que tem que ser, em minha opinião, mantida dentro dessa universidade, contra esse
1163 pragmatismo cujo objetivo é o lucro e a produtividade das empresas, que em minha
1164 opinião, irá orientar as pesquisas e acabar com a autonomia universitária, é uma
1165 fusão da universidade com as empresas bastante prejudicial e que irá acarretar,
1166 também, o fim da liberdade de pesquisa, no fim da liberdade de cátedra dentro das
1167 salas de aula e a perseguição de funcionários, professores, estudantes e
1168 pesquisadores que não queiram entrar nesse regime de trabalho guiado por essas
1169 grandes corporações. Para tentar entrar um pouco mais no conteúdo desse
1170 documento, essa minuta tem bastante semelhança, em minha opinião, é uma
1171 implementação, na USP, do Marco Legal da Ciência, Tecnologia e Inovação lá de
1172 2016, mas é também bastante semelhante em pontos bem iguais nas propostas
1173 com o projeto 'Future-se' do Weintraub e do Bolsonaro, que foi rechaçado em 2019
1174 pelos estudantes e pelas universidades federais, inclusive pelos seus conselhos
1175 universitários. 'De conteúdo' - Permite o compartilhamento e uso de instalações
1176 públicas, recursos humanos e capital intelectual pelas empresas. Se isso não é
1177 privatização do uso público o que seria então isso. Permite que funcionários e
1178 professores, além de serem utilizados por essas empresas que irão estar aqui
1179 dentro da USP fazendo toda essa pesquisa inovadora, que sejam remunerados,
1180 afastados, licenciados para realizar essas atividades de empreendedorismo durante
1181 o seu horário de trabalho. Qual é o problema disso? É que parte da autonomia
1182 universitária se estrutura na estabilidade dos professores e dos funcionários que
1183 podem trabalhar sem o peso ou pelo menos com menos peso da pressão de
1184 interesses de uma ou outra administração, seja da Reitoria, seja da empresa que
1185 está ali fazendo a parceria aqui dentro da universidade. Outra estrutura da
1186 autonomia universitária é a transparência no processo de seleção, nessa minuta
1187 não diz, mas no Marco Legal da Ciência diz - e no projeto 'Future-se' também diz -
1188 que é possível fazer contratação sem concurso público por via dessas parcerias.
1189 Vamos ver se isso não acaba entrando nesse projeto. Um quarto elemento é que o

1190 regime de dedicação exclusiva dos professores é fundamental para que os
1191 professores se dediquem ao tripé ensino, pesquisa e extensão e não a bicos,
1192 mesmo que sejam bons bicos, bem remunerados por essas empresas. Isso é um
1193 problema. Do ponto de vista dos funcionários, em minha opinião, tem um problema
1194 importante, que é a política salarial, porque muitos funcionários irão encontrar uma
1195 forma de contornar o arrocho salarial, que em vários momentos vemos que a
1196 Reitoria produz na vida dos trabalhadores, com esses 'bicos empreendedores' que
1197 não são incorporados ao salário e nem serão incorporados na sua aposentadoria, e
1198 isso diz lá na minuta. Isso causando uma divisão profunda na nossa categoria aqui
1199 dentro da USP, com condições diferentes de remuneração e de regime de trabalho.
1200 Enfim, na minha opinião, bastante caótica essa situação. Outro elemento é o que
1201 permite que os membros da comunidade acadêmica se tornem acionistas de
1202 empresas, que comercializem essas ações. Estou pensando aqui no Hospital
1203 Universitário onde trabalho, como seria isso, parceria com uma grande instituição
1204 financeira que controla planos de saúde que daí passariam a usar o Hospital para
1205 atender convênio médico ao invés do SUS. Como que seria isso? Acho que é um
1206 projeto bem perigoso, que deveria ser bastante discutido com a comunidade
1207 acadêmica e me espanta um pouco que tenha surgido isso agora, no dia 30 de
1208 novembro, já entrando em dezembro, no fim da gestão, nos últimos momentos do
1209 ano, sem questionar com a comunidade acadêmica sobre os valores que estão
1210 sendo propostos. Quais são os valores da política de inovação da USP? A inovação
1211 e o empreendedorismo que geram valores para a Universidade. Será que a
1212 comunidade acadêmica concorda com isso? Concorda que o papel da Universidade
1213 tem que ser agente catalizador para inovação nas empresas? Será que a
1214 comunidade concorda que a propriedade intelectual, patentes, como o outro
1215 professor comentou aqui, é o melhor meio de difundir o conhecimento gerado na
1216 Universidade? Somo-me aos demais que colocaram a importância de retirar da
1217 pauta e abrir essa discussão com a comunidade acadêmica.” **Cons. Marcos Garcia**
1218 **Neira**: “Gostaria de ressaltar a importância de regular as chamadas ‘atividades de
1219 inovação’. Muitos dos que me antecederam mencionaram a relevância da
1220 transparência, então quero destacar esse aspecto. Fizemos alguns destaques do
1221 texto e não há outra maneira a não ser menciona-los, então, vou trabalhar dessa
1222 forma e depois se a mesa assim entender podemos encaminhar o nosso registro.
1223 No item 3.1.2 diz: ‘é recomendável que as atividades de inovação e

1224 empreendedorismo sejam valorizadas quando das avaliações para a progressão da
1225 carreira de docentes e servidores técnicos e administrativos'. Pergunto: quais
1226 atividades não devem ser valorizadas nas avaliações da progressão da carreira
1227 docente? Do modo como está redigido se estabelece, se não a obrigatoriedade, ao
1228 menos o reconhecimento dos que exercem atividades de inovação e
1229 empreendedorismo devam ser priorizados. No item 3.1.6 diz: 'mediante
1230 contrapartida financeira ou econômica e observada a legislação vigente, a
1231 infraestrutura da USP estará disponível para fomentar a inovação e o
1232 empreendedorismo, desde que não prejudique suas atividades de ensino, pesquisa
1233 e extensão universitária, por meio de: (abre dois subitens) - compartilhamento ou
1234 permissão de utilização de seus laboratórios, equipamentos, instrumentos...', e
1235 também no segundo subitem ' - permissão de uso e licenciamento ou cessão de sua
1236 propriedade intelectual em projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação...'
1237 Pergunto: como interpretar este item se não em sua literalidade, que a Universidade
1238 cederá sua infraestrutura para exploração de empresas que tenham interesse em
1239 inovação? O item posterior, no nosso entender, é um pouquinho mais problemático,
1240 pois estabelece uma parceria USP x Empresa privada por meio de compra de
1241 opções de participação. Na sequência do documento, o caráter orientador e
1242 totalizante do que se chama inovação e empreendedorismo avança no tripé Ensino,
1243 Pesquisa e Extensão, em todos eles a mesma ênfase de que é recomendável a
1244 submissão a tais princípios e políticas, culminando no item 3.5 - Criação de
1245 Empresas, que praticamente redesenha a missão da Universidade – 'É prioridade
1246 da USP fomentar e incentivar a criação de empresas...', observe-se o termo usado –
1247 'prioridade', em outras palavras, não temos mais a missão de produzir
1248 conhecimento por meio de pesquisas ou formar cidadãos e profissionais por meio
1249 do ensino ou mesmo atender a sociedade por meio da cultura e extensão, mas criar
1250 empresas. Parece-me que, sem qualquer traço de exagero, que é uma reforma
1251 bastante marcante na missão da Universidade de São Paulo, algo que merece a
1252 nossa atenção, o nosso cuidado. Como já foi dito também, temos algum tempo para
1253 revisar o texto, para refletir sobre ele e colocá-lo em discussão." **Cons. Reinaldo**
1254 **Santos de Souza**: "As duas últimas falas me contemplaram bastante, mas quero
1255 me manifestar por achar importante a discussão que ocorre, porque quando esse
1256 documento foi encaminhado, dava a impressão, pelos pareceres, que a discussão
1257 era só se a Resolução estava adequada à legislação e a discussão obviamente não

1258 é essa, infelizmente. Inclusive, a Resolução está adequada à legislação, ao Marco
1259 Legal da Ciência, como já foi dito aqui; não é essa a discussão, a discussão é
1260 mesmo do que essa política representa, ou seja, a política de inovação que está
1261 sendo proposta e quais as implicações que isso tem para a discussão sobre o
1262 caráter da Universidade. Acho que pelo menos aqui as falas estão sendo mais
1263 diretas do que estava quando o documento foi encaminhado, porque elas estão
1264 entrando no mérito do problema mesmo, ou seja, se está discutindo a política e o
1265 que essa política representa. Algumas pessoas defendendo e outras, como é o meu
1266 caso, questionando esse conteúdo. Chama-me a atenção - como sempre quando se
1267 discuti esse tipo de situação - uma certa naturalização desse tipo de proposta, como
1268 se fosse simplesmente uma adequação ao ritmo natural das coisas, ou seja, o
1269 mundo caminha para isso e temos que nos adequar. Isso é sempre um problema,
1270 porque se ignora aqui todas essas políticas. Elas enfrentam, elas são fruto de
1271 conflitos, elas têm embates, críticas, tem luta política em torno delas, por exemplo,
1272 mesmo o Marco Legal da Ciência, que foi aprovado ainda no governo Dilma no
1273 apagar das luzes, teve muitos questionamentos e segue tendo questionamentos,
1274 porque foi aprovado o Marco Legal da Ciência, mas ele precisa de regulamentações
1275 diversas. No âmbito das universidades federais há muita luta em relação a esse
1276 tema, o Sindicato Nacional dos Docentes se posicionou contrário, fez campanha,
1277 segue fazendo campanha contra todas as implicações desse projeto. De forma que
1278 não é porque há um ritmo natural das coisas que a gente tem que se adequar. Não.
1279 Temos que discutir qual é o objetivo da Universidade e o que queremos com isso.
1280 Como eu disse, a fala da Bárbara e a do Prof. Marcos me contemplaram bastante,
1281 mas só faria um adendo de um outro elemento. Vejo que há sempre certa ilusão, e
1282 até compreendo, em parte, porque de fato a gente discutiu no ponto anterior das
1283 Diretrizes Orçamentárias, vivemos aí uma política de arrocho salarial, de ataques às
1284 universidades públicas do ponto de vista da garantia do seu financiamento,
1285 sofremos no ano passado com um Projeto de Lei do Governo do Estado que nem
1286 mais me lembro o nome e possivelmente virão outros, enfim, esse sufocamento que
1287 às vezes as instituições públicas e as universidades públicas tem sofrido, inclusive
1288 até com os ataques também ideológicos e financeiros. Isso faz com que, muitas
1289 vezes, a gente queira buscar atalhos e pense que a iniciativa privada poderá ser um
1290 caminho, a tábua de salvação da universidade pública, mas obviamente isso, em
1291 minha opinião, ainda mais em se tratando de Brasil, é uma total ilusão. Pensar que

1292 há um setor da iniciativa privada, do empresariado disposto a investir maciçamente
1293 em tecnologia isso nunca existiu no Brasil, ou seja, o que há de investimento em
1294 Ciência e Tecnologia no Brasil sempre foi majoritariamente e prioritariamente
1295 público, o Estado sempre teve que entrar com isso, a iniciativa privada se atrela à
1296 universidade não para ajudar de forma desinteressada o desenvolvimento da
1297 ciência e do conhecimento, ou seja, se atrela, na verdade, para sugar os recursos
1298 públicos; e por essa proposta e por aquilo que já está no Marco Legal da Ciência,
1299 para sugar os recursos humanos inclusive da universidade, ou seja, para usar os
1300 seus equipamentos, para usar os seus docentes e funcionários. Em minha opinião,
1301 essa proposta e essa política que está expressa nessa proposta e em outras, como
1302 no próprio Marco Legal da Ciência já citado, não tem ganho nenhum para a
1303 Universidade - pensando a Universidade da forma como a gente defende, sendo
1304 uma universidade pública, socialmente referenciada. Não tem ganho nenhum, essa
1305 proposta só pode ter ganho, primeiro, para a iniciativa privada que se atrelar a ela
1306 para usar os seus recursos e talvez para alguns, individualmente, que irão também
1307 ter alguma benesse com o atrelamento a essa iniciativa privada, mas para a
1308 Universidade enquanto instituição pública, socialmente referenciada, é um ataque
1309 profundo. É preciso aqui reforçar essa questão, e por fim, portanto, uma política que
1310 altera e ataca de forma tão profunda os pilares da Universidade ... não diria nem
1311 que ela introduz um quarto pé, deixaria de ser tripé e aí introduz um quarto pé que
1312 seria a inovação, acho que na verdade ela substitui o tripé por um único, que seria
1313 essa política de inovação e empreendedorismo, ligação com a iniciativa privada, etc
1314 e uma pressão para todo mundo aderir a isso. Algo tão profundo como isso não
1315 pode ser discutido, não pode ser aprovado em uma reunião do Conselho
1316 Universitário no dia 30 de novembro, com a pauta que foi divulgada 5 dias antes,
1317 que a gente nem sabia que estava sendo discutido isso, no final de uma gestão
1318 reitoral. Não pode. Por isso que pedimos a retirada de pauta, mas acho importante
1319 que a discussão tenha iniciado, porque nós já podemos entrar, como alguns
1320 entraram - inclusive eu - no conteúdo do tema que vai ter que ser fruto de um
1321 debate muito mais amplo do que esse feito apenas aqui no Conselho Universitário.”

1322 **Cons. Edson Wendland**: “Quero fazer algumas considerações sobre esse
1323 processo que tive, talvez, a felicidade de relatar na Comissão de Legislação e
1324 Recursos. É um assunto naturalmente importante e fundamental, conforme já foi
1325 levantado e talvez o primeiro esclarecimento seja com relação à chegada desse

1326 documento na data de hoje. Isso ocorre justamente porque ele chegou na CLR há
1327 mais tempo e, na leitura da proposta, tive várias das dúvidas que os colegas já
1328 levantaram. Por essa razão, a própria CLR analisou o documento com um pouco
1329 mais de detalhe, com um pouco mais de tranquilidade, inclusive solicitando uma
1330 reunião com o Prof. Marcos Martins, da AUSPIN, que foi o órgão que propôs o
1331 documento, para entender melhor o espírito da proposta. É claro que do ponto de
1332 vista jurídico não há nenhuma irregularidade, o documento é perfeito, atendendo à
1333 Legislação Estadual e Federal, e nesse contexto vou relatar um pouco a questão do
1334 histórico de evolução que leva a necessidade dessa política de inovação e
1335 empreendedorismo na Universidade. Isso remonta ao milênio passado, digamos
1336 assim, porque começa com a Lei da Propriedade Industrial de 1996, que evolui para
1337 a Lei dos Direitos Autorais de 1998, passa pela Lei da Proteção a *Software* de 1998
1338 e evolui temporalmente até chegar na Lei Federal 13.243 de 2016, que dispõe sobre
1339 o Marco Regulatório em Ciência, Tecnologia e Inovação e depois os Decretos
1340 Federais de 2018 e o Decreto Estadual de 2017, então, toda essa documentação
1341 define as bases legais e jurídicas para política de inovação e empreendedorismo no
1342 país como um todo, e é claro que para poder emitir esse parecer na CLR, foi
1343 necessário olhar um pouco essas questões. E digo isso renovando, reforçando essa
1344 importância da USP discutir essa questão pelo o que já foi mencionado pelos
1345 colegas anteriormente, porque nesses últimos anos, talvez 25/30 anos, muita coisa
1346 mudou no país em termos de legislação e é necessário que a gente faça as devidas
1347 adequações no âmbito da Universidade para justamente regulamentar o
1348 relacionamento com a sociedade nesses quesitos de inovação e
1349 empreendedorismo. É por isso que essa Resolução não define exatamente como é
1350 que vai funcionar cada um dos quesitos, mas ela define quem vai ser o Núcleo de
1351 Inovação na Universidade, então vou ler aqui a parte dessa minuta da política de
1352 inovação, que é justamente o artigo 2º - 'Para a aplicação desta política, a
1353 Universidade publicará regulamentação específica e planejamento de curto, médio e
1354 longo prazo, com objetivos, metas e ações...' - para aquela lista de temas que tem
1355 que ser abordados, como por exemplo, a gestão do núcleo de inovação tecnológica,
1356 que é o primeiro termo ali e também a questão do compartilhamento de
1357 equipamentos e essas questões todas. No parágrafo primeiro fala que 'a
1358 regulamentação prevista no *caput* a ser baixada por Resolução ou Portaria será
1359 proposta às instâncias competentes pela Agência USP de Inovação, que é o Núcleo

1360 de Inovação Tecnológica da USP, na forma da legislação vigente.’ Então, essa
1361 Resolução, na prática, define quem vai ser responsável por propor a
1362 regulamentação de todas essas questões que são importantes para a Universidade.
1363 Conforme foi mencionado aqui que algumas atividades já são desenvolvidas, então,
1364 na CLR analisamos sob esse aspecto da legislação, da regulamentação jurídica e
1365 verificamos realmente a necessidade de que a gente regulamente essa situação
1366 para dar respaldo, tanto aos docentes quanto aos servidores, aos dirigentes e
1367 também aos parceiros nessa atividade de cooperação com a sociedade. É claro que
1368 a gente fica em dúvida em como definir inovação, eu estava pensando como tornar
1369 isso talvez compreensível, como eu entendo a inovação e procuro me associar a
1370 outras áreas do conhecimento, tendo em vista a questão da diversidade temática da
1371 Universidade. Estamos acostumados a ver o conceito de criatividade, que também é
1372 difícil de definir, mas que define as nossas atividades nas artes plásticas, nas artes
1373 literárias, etc, que se baseiam fortemente na criatividade, assim como a questão do
1374 talento, que é muito necessário na área musical, na área esportiva e em todos os
1375 momentos procuramos fortalecer, alimentar o desenvolvimento da criatividade e do
1376 talento. Na área tecnológica, o nome que usamos é justamente inovação, então é
1377 importante que a Universidade possa alimentar e desenvolver essa criatividade na
1378 área tecnológica, que resume o conceito de inovação, portanto é importante que a
1379 Universidade possa promover a inovação. E aí vou citar um aspecto muito recente
1380 que todo mundo vivenciou, que foi um produto da Universidade de São Paulo
1381 relacionado à questão da Covid-19, que é justamente a questão do respirador
1382 mecânico que foi desenvolvido na Poli. E a grande dificuldade que se coloca é
1383 justamente como colocar esse tipo de benefício em favor da sociedade sem cometer
1384 nenhuma irregularidade do ponto de vista da legislação Estadual, Federal e também
1385 interna da Universidade. Portanto, precisamos criar mecanismos que permitam esse
1386 tipo de desenvolvimento, isso vai também na direção da telemedicina, que é uma
1387 nova tendência de inovação. Falei da inovação, ia falar da questão da energia solar
1388 e eólica que são tendências e que temos que gerar conhecimento e transferir para a
1389 sociedade, mas também da questão do empreendedorismo, que não é
1390 necessariamente uma relação apenas com empresas, mas é uma questão de
1391 liderança. A Universidade de São Paulo como a melhor universidade do país deve
1392 formar líderes e o empreendedorismo é uma atividade de liderança que não se
1393 aplica apenas a empresas com objetivo de lucro, mas se aplica também em

1394 questões sociais, em questões ambientais, basta imaginar uma organização não
1395 governamental que tem objetivo específico de implementar ações sociais. Para que
1396 os nossos alunos, os nossos egressos possam desenvolver isso eles devem ter
1397 contato com esses conceitos de liderança, de empreendedorismo, para depois
1398 poderem gerenciar essas questões. Como o tempo está curto, não vou poder me
1399 alongar sobre isso, mas acho que a inovação e o empreendedorismo são
1400 importantes para a Universidade de São Paulo, eles trazem benefícios para a
1401 sociedade e não apenas lucro, temos que ver isso de uma forma mais ampla
1402 também, das ações sociais. E, finalmente, dizer que o Marco Legal 2018 já foi
1403 definido, a Unicamp aprovou a política de inovação em 2019, a Unesp aprovou em
1404 2020 e a Universidade de São Paulo deve também avançar nessa questão. Só
1405 lembrando que a regulamentação de todos aqueles itens será assunto posterior e o
1406 documento trata apenas de princípios e recomendações, por essa razão o
1407 documento teve parecer favorável na CLR.” **M. Reitor**: “Temos ainda um número
1408 muito grande de inscritos e vou cumprir a pauta, porque a próxima reunião é um
1409 assunto centralizado no Orçamento, então temos que cumprir a pauta hoje. Acho
1410 que temos colegas que têm compromisso à noite, então vamos tentar respeitar os
1411 tempos para tentarmos concluir a reunião em horário adequado. Assim sendo, vou
1412 pedir a gentileza, por favor, preparem-se para que sua mensagem possa ser
1413 transmitida em 5 minutos.” **Cons. Emanuel Carrilho**: “Prof. Vahan, eu voto pela não
1414 retirada de pauta, porque é um assunto de suma importância para a Universidade
1415 de São Paulo. Estou aqui, neste púlpito, com uma felicidade que espero há mais de
1416 30 anos para que esse assunto fosse discutido na Universidade de São Paulo. Não
1417 sou tão velho assim, mas comecei cedo como aluno de Iniciação Científica,
1418 representante discente no Conselho do Departamento e lá havia briga entre os
1419 docentes que faziam pesquisa básica versus aplicada, porque havia uma distinção
1420 entre o dinheiro do CNPq, que seria abençoado, porque era para pesquisa básica, e
1421 os professores que faziam inovação e teriam o dinheiro vindo da iniciativa privada,
1422 esse dinheiro não era abençoado. Assim, desde essa idade acadêmica, já vi esse
1423 debate que trazia essa discussão. Depois, um pouco mais tarde, há 20 anos, trago
1424 uma experiência muito simples sobre patenteamento - foi mencionado aqui Havard
1425 e IMT como o símbolo de pujança tecnológica, inovação e conhecimento, isso é
1426 inegável e inconteste -, estava no laboratório fazendo minha pesquisa e preparando
1427 uns *slides*, veio um pessoal da Agência de Inovação, do escritório de tecnologia e

1428 transferência e disse: 'precisamos revisar a patente e tudo certo, temos que fazer o
1429 depósito até as 4 horas da tarde'. Perguntei: 'mas porque às 4 horas da tarde temos
1430 que fazer o depósito de uma patente? Porque o seu professor vai começar uma
1431 palestra às 4 horas da tarde em uma outra Universidade com fuso horário diferente.'
1432 Então, estava o laboratório trabalhando em consonância com as normas e isso é de
1433 conhecimento comum. Esse conhecimento comum vem da educação, vem do uso,
1434 vem do fazer esse tipo de inovação e ação. Por exemplo, agora, mais próximo, dez
1435 anos atrás, tive eu mesmo a oportunidade de fazer uma inovação na pós-
1436 graduação, quando o Prof. Vahan era o Pró-reitor de Pós-graduação e eu era o
1437 Presidente da CPG, e instauramos no nosso programa que todos os alunos de Pós-
1438 graduação, na matrícula, junto com o projeto de pesquisa, deveriam fazer uma
1439 busca bibliográfica nos bancos de patentes para seus trabalhos e, se encontrando
1440 alguma coisa, justificar o que sua pesquisa seria diferente e o que você poderia
1441 fazer para inovar e para fugir daquela patente e se sua pesquisa valia a pena
1442 prosseguir ou não. Eu não consigo contar quantos alunos chegaram falando que
1443 ficaram felizes de ter encontrado uma patente e ficaram felizes de ver a
1444 oportunidade de fazer algo inovador e que ajudou muito na pesquisa deles. Há 5
1445 anos, em um caso também bastante particular, em meu laboratório, um aluno que
1446 era extremamente básico, querendo saber apenas de *papers*, bastante produtivo,
1447 pedi uma vez para ele entregar um relatório para depositar na Agência USP de
1448 Inovação, uma patente. Ele me xingou até, mas fez. Ganhamos a Olimpíada USP
1449 de Inovação em 2013 com o trabalho dele e ele aprendeu a fazer a patente nas idas
1450 e vindas com o escritório. Em uma dada oportunidade, um ano depois ou dois, ele
1451 chega com um outro relatório de patente e eu o questionei como é que ele negocia
1452 uma patente com escritório e com a Agência sem me contar; ele respondeu: 'não
1453 Professor, ninguém está sabendo disso, eu já escrevi na forma de uma patente.'
1454 Isso aconteceu porque ele aprendeu a fazer patente, ele aprendeu como é que faz.
1455 Assim, é só uma questão de educação. Podemos ter toda proteção, podemos iniciar
1456 o processo muito antes e sem atrapalhar qualquer processo acadêmico. Hoje, há a
1457 oportunidade, aqui, de iniciarmos um ciclo virtuoso, porque incentivando inovação e
1458 empreendedorismo vai só acarretar mais impostos, mais empregos e mais retorno
1459 para a Universidade. Isso sim é inovação; isso não é um modismo, isso é uma
1460 necessidade. O futuro das Nações depende do poder que elas detêm pelo
1461 conhecimento e pela capacidade de empreender, não simplesmente pelos

1462 conhecimentos arquivados nas teses e nos livros, portanto, voto favorável aos
1463 relatórios”. **Cons. Adrian Pablo Fanjul**: “Pedi a palavra para referir-me a esse
1464 ponto, mas não poderia, hoje, fazer o uso da palavra no Conselho Universitário sem
1465 expressar o momento e a honra que significa, para a Faculdade cuja congregação
1466 represento, uma das suas docentes, sua Diretora, Professora Maria Arminda do
1467 Nascimento Arruda, tenha sido eleita, pela Assembleia Universitária, como Vice-
1468 reitora. Parabenizo a todos os candidatos que concorreram. Vou passar agora a me
1469 referir à necessidade de retirada de pauta. Por uma parte, considero o caráter
1470 normativo da resolução um pouco confuso, precisamente pelo fato de estar elevada.
1471 A princípio pensamos que, por exemplo - não nego a importância de uma política
1472 neste sentido - outras universidades já têm uma política atualizada de direitos
1473 humanos e na USP ainda não temos essa discussão. Sendo que a USP produz
1474 inovação, na medida em que aqui foi explicada pelo Prof. Marcos, qual seria a
1475 urgência de aprovar esse documento sem que passe pelas Unidades? Se aprovada,
1476 sinto que ela conflita com, por exemplo, a regulamentação interna sobre a avaliação
1477 institucional docente, já que estabelece um critério geral por cima dos projetos
1478 acadêmicos dos departamentos das unidades e dos docentes, mesmo que apareça
1479 apenas como recomendação. Falou-se nas definições de inovação, não é
1480 necessário lembrar que constantemente todos na USP inovamos no sentido da
1481 criatividade e da originalidade de novos problemas e respostas em projetos de
1482 pesquisa e publicações, precisamente, por sua originalidade. Então, digamos, onde
1483 aponta a necessidade de instrumentos como esse. Temos várias definições de
1484 inovação e na nossa Universidade tem pesquisa sobre o que se entende por
1485 inovação. Eu recomendo, por exemplo, a leitura da distinção estabelecida pelo
1486 nosso colega Marcos Barbosa de Oliveira - da Faculdade de Educação da USP, que
1487 também atua na FFLCH - entre inovação empresarial e inovação social. Esta última
1488 caracterizada pela ciência de interesse público, voltada para os problemas sociais,
1489 econômicos e ambientais, especialmente, os setores mais pobres da população,
1490 buscando soluções que chegam aos beneficiários sem passar pelo mercado. Seus
1491 principais campos de investigação dessa inovação social diz respeito às doenças
1492 negligenciadas, à medicina preventiva, às consequências nefastas do modelo
1493 tecnológico de agricultura (estou citando o Prof. Marcos Barbosa de Oliveira), à
1494 forma de agricultura alternativa, como a agroecologia, a permacultura, a agricultura
1495 orgânica familiar e outras. Por outra parte, não tem uma definição específica de

1496 empreendedorismo, o que torna, do meu ponto de vista, a aprovação do documento
1497 como está, mais arriscada. Não se trata aqui das muitas acepções do verbo
1498 empreender, mas da sua circulação discursiva na atualidade. Em verdade, o
1499 empreendedorismo é especificado no documento, nas enumerações de possíveis
1500 parceiros, além dos parceiros com os quais temos constantes parcerias, como
1501 governos e outras universidades, que não precisam ser indicados no documento,
1502 somente aparecem empresas. Aqui, o Professor Edson disse que não pode ser
1503 somente empresa, mas no documento somente empresas aparecem, e acabamos
1504 de escutar a palavra do relator de que isso poderia ampliar-se. Por que não
1505 aparece, por exemplo, movimentos sociais, movimentos culturais, movimentos de
1506 direitos humanos e outras instâncias da sociedade que constituem, hoje, uma
1507 parceria fundamental para o impacto da pesquisa em muitas áreas? Por último, isso
1508 vai em relação ao caráter embutido que o documento pode ter. Vou lembrar que, em
1509 maio deste ano circulou, por todas as unidades, formulários propostos pela
1510 Comissão de Avaliação Institucional para a Avaliação Institucional que teremos no
1511 ano que vem. A Comissão de Projeto Acadêmico, da nossa Faculdade, enviou uma
1512 resposta à CAI a respeito de certa insistência que se percebia, naqueles
1513 formulários, em relação ao empreendedorismo, sobretudo no campo da pesquisa, e
1514 nossa comissão respondeu que o tema empreendedorismo 'é pouco adequado para
1515 a descrição das atividades de nossa Unidade e não resume, de maneira precisa, o
1516 objetivo das nossas atividades de ensino, pesquisa e extensão, internacionalismo e
1517 gestão'. Formamos e atuamos como docentes pesquisadores e a natureza da nossa
1518 atuação não será contemplada pelos itens relacionados ao empreendedorismo,
1519 digamos, por exemplo, por já existir essa definição de uma instância tão importante
1520 da minha Faculdade, criada pela própria Congregação, em relação a algo que já
1521 vem como projeto em minutas da Comissão de Avaliação Institucional, então, como
1522 representante da Congregação, queria pedir a retirada de pauta." **Cons. Marcelo**
1523 **Zuffo**: "Realmente é uma infelicidade discutirmos um documento tão importante na
1524 última reunião do Conselho Universitário de uma gestão. Nesse documento, a
1525 inovação é algo fundamental para a Escola Politécnica e nós fizemos uma lição de
1526 casa enorme, porque esse documento circulou por toda Escola e houve um debate
1527 muito forte. Somos favoráveis à aprovação do documento sem prejuízo a esse
1528 debate de inovação que foi inaugurado aqui. Queria agradecer as palavras do
1529 Professor Adrian porque a inovação é um diamante, ela tem várias dimensões e

1530 realmente sou, como vocês sabem, um fervoroso adepto da inovação aberta e não
1531 necessariamente aquela inovação que passa pela empresa, como foi muito bem
1532 colocado; mas ela passa também pelas empresas, ela passa por todas as
1533 dimensões da sociedade: todas. Se não fosse a inovação, não estaríamos no
1534 estágio que estamos hoje na humanidade. De fato, pelo próprio trâmite deste
1535 documento, ele foi submetido pelo professor Marcos, em março, e temos uma
1536 Universidade muito robusta, portanto, às vezes muito lenta do trânsito da
1537 documentação e foi o que aconteceu, infelizmente, pela nossa constatação. Esse
1538 documento chegou tardiamente a esse Conselho Universitário, mas acreditamos
1539 que é um bom documento, porque, infelizmente, a Universidade de São Paulo
1540 responde a uma legislação de esfera federal e de esfera estadual e nós vivíamos,
1541 por um bom tempo, esse dilema. Concordando totalmente com as palavras do
1542 Professor Catalani, esse documento original é um documento de primícias de
1543 orientações que pode ser melhorado, desde que pacifiquemos a questão que, no
1544 meu entendimento, é complicada por conta desse vácuo jurídico que a Universidade
1545 se encontra e que também me traz muita vergonha em relação às outras
1546 universidades estaduais, que já avançaram nessa pauta há um bom tempo atrás.
1547 Assim, depois de ter consultado várias lideranças da Politécnica, é unânime que o
1548 ótimo é inimigo do bom, que é do possível; que essa discussão não se esgote,
1549 porque talvez, além do ensino, da pesquisa e da extensão, a Universidade de São
1550 Paulo vai entrar numa quarta dimensão, que é a dimensão da inovação. Eu
1551 corroboro totalmente com os argumentos apresentados pelos colegas anteriores,
1552 acho que nada deve ser jogado fora; mas pelos argumentos expressos, somos pela
1553 aprovação desses documentos e pela continuidade do debate na Universidade e
1554 que temos que abranger todas as dimensões da inovação, sem prejuízo a nenhum.”

1555 **Cons.ª Letícia Chagas:** Sou representante discente pelo Coletivo Juntos e sou da
1556 Faculdade de Direito de São Paulo (FD-USP). Queria me somar à fala de vários
1557 outros colegas que trouxeram a importância de que retiremos de pauta a questão da
1558 política de inovação da USP, da sessão de hoje do Conselho Universitário. Há uma
1559 série de motivos para isso, alguns dos meus colegas já trouxeram aqui, mas eu
1560 queria retomar alguns deles, porque alguns dos que defendem que votemos essa
1561 proposta hoje se abstiveram de comentar. A primeira questão é que se trata de uma
1562 política extremamente importante e que deve ser debatida com cada unidade da
1563 Universidade. Imagino que não foram todas as unidades que tiveram a oportunidade

1564 que o pessoal da Poli e da FEA tiveram, de terem discutido amplamente. Nós aqui,
1565 de várias unidades, tivemos conhecimento dessa política apenas nos últimos 5 dias,
1566 foi algo que não foi debatido com a Universidade, mais que isso, na proposta que
1567 tivemos acesso, a explicação da proposta inicial tem alguns argumentos que não se
1568 sustentam como se demonstra pela fala dos próprios conselheiros que aqui fizeram.
1569 O primeiro argumento de que deveríamos votar essa pauta hoje é que se trata de
1570 uma resolução que garante segurança jurídica à Universidade e garante
1571 transparência. Isso, obviamente, não se subsiste e não se sustenta, porque o
1572 próprio caráter dessa resolução é extremamente principiológico, então, não temos
1573 nada que traga mais segurança jurídica, pelo contrário, retira o pouco da segurança
1574 jurídica que temos hoje. Tivemos um conselheiro que trouxe aqui alguns pontos
1575 importantes, a exemplo do ponto 3.1, que traz que vamos precisar agora, com essa
1576 resolução, considerar que a inovação e o empreendedorismo sejam valorizados,
1577 quando da progressão da carreira docente. Isso abre margem para uma série de
1578 dificuldades que não estão sendo discutidas aqui e não foram discutidas com o
1579 conjunto das entidades da USP, mais do que isso, alguns docentes trouxeram que a
1580 política de inovação na Universidade já existe, portanto, essa resolução não traria
1581 nada de novo. Mas isso também, por si só, não garante segurança jurídica alguma,
1582 sobretudo, porque temos hoje nos tribunais de contas, tanto da União quanto do
1583 Estado de São Paulo, uma série de dificuldades que são trazidas quando se está
1584 falando de universidades públicas fazendo parcerias com entidades privadas. Não
1585 são dificuldades jurídicas que são triviais, ao contrário, essa própria resolução traz
1586 uma série de exemplos: como vamos lidar com professores que hoje atuam na
1587 Universidade sobre regime de dedicação exclusiva fazendo parcerias com entidades
1588 privadas; como vamos falar de ceder espaços da nossa Universidade para
1589 empresas, como está colocado hoje nesta resolução, embora isso já aconteça,
1590 muitas vezes, na Universidade, acontece sobre uma extrema insegurança jurídica, a
1591 despeito de já termos legislação que trata desse tema e essa insegurança é trazida
1592 porque realmente essa política é descabida e é muito mais benéfica para as
1593 empresas do que para a universidade pública como um todo. Como o Prof. Adrian já
1594 trouxe na fala dele, aqui na Universidade nós produzimos, sim, inovação e
1595 pesquisas de qualidade. Como já disse, aqui na universidade já produzimos
1596 inovação, essa política de inovação que está sendo colocada, é uma política
1597 específica que é muito mais benéfica para as empresas do que para a Universidade

1598 em si. Vou dar um exemplo de uma política que é muito consolidada não só na
1599 USP, mas em outras universidades estaduais e federais, que é a figura das
1600 fundações de apoio. São entidades privadas dentro da Universidade que, muitas
1601 vezes, contam com docentes no seu corpo de diretores e que se utilizam do nome e
1602 do prestígio da Universidade para angariar fundos privados para os professores,
1603 muitos dos quais deveriam estar exclusivamente dedicados à Universidade e
1604 conseguem ganhar mais do que o seu salário por trabalhar para estas entidades
1605 que são privadas. Isso não é uma discussão jurídica trivial, isso não nos traz
1606 respostas, nos traz mais insegurança. Nada nos garante que essa resolução não
1607 seja questionada, lá na frente, no Tribunal de Contas do Estado, por isso
1608 precisamos, cada vez mais, discutir e não aprovar na última sessão do Conselho
1609 Universitário do ano, sem ter uma discussão com toda a universidade, já que essa
1610 resolução vai valer para toda a Universidade e não só para a Poli e para a FEA. E,
1611 por último, já queria entrar também no mérito, que não é o mérito jurídico dessa
1612 resolução, mas discutir quais são as prioridades da Universidade. Eu sei quais são
1613 as prioridades, mas acho muito importante explicitar neste ambiente, que é um
1614 ambiente majoritariamente branco, um ambiente que pessoas negras são
1615 extremamente minoria por aqui. Em uma das primeiras falas, vimos um professor
1616 que disse que a USP nasceu como uma universidade inovadora - e sabemos
1617 inovadora para quem ela nasceu: para estudantes como eu que não foi. Mais do
1618 que isso, vimos um professor dizendo que se queremos que o discente seja
1619 empreendedor, precisamos que o docente também seja empreendedor. Estamos
1620 falando aqui em uma Universidade que cada vez mais deveria estar discutindo raça
1621 e diversidade, mas a despeito disso, não temos no corpo docente nem 10% de
1622 docentes negros na Universidade. Como queremos produzir estudantes que sejam
1623 cada vez mais aptos para Universidade, se não estamos discutindo contratação de
1624 professores, se não estamos colocando cotas raciais também nos concursos de
1625 professores. É essa a prioridade da USP ou nosso M. Reitor só fala de raças um dia
1626 antes das eleições para Reitoria no jornal Folha de São Paulo? Essa não deve ser a
1627 prioridade da Universidade, se queremos discutir inovação, no mínimo, deve ser
1628 discutida com todas as unidades e não aqui nessa última reunião do Conselho
1629 Universitário.” **Vânia Ferreira Gomes Dias**: “Queria expressar a minha surpresa
1630 com a naturalidade com que se fala aqui, neste espaço, do uso da universidade
1631 pública, que é financiada com recursos públicos, a serviço de interesses de

1632 empresários privados. É claro que inovação pode ser entendida de uma outra
1633 maneira, mas a maneira como o documento expressa e a maneira como a
1634 Universidade está mudando com essa política de inovação está diretamente
1635 atrelada às empresas e ao mercado. Com esse argumento de criação de empregos,
1636 a estrutura pública e os servidores públicos vão ser utilizados para produção de
1637 produtos e serviços e serão vendidos para o público que financia. Isso não é um
1638 completo descalabro? Isso para gerar mais acumulação, mais injustiça social e mais
1639 problemas para uma sociedade na qual deveríamos estar encontrando soluções e
1640 dando condições de enfrentar todas as suas mazelas, dificuldades e desigualdades.
1641 Entendo que a inovação seja alguma coisa importante e deve acontecer dentro das
1642 universidades, mas não atrelada ao mercado, não atrelada às empresas privadas,
1643 inclusive, pode cercear essa produção científica e acadêmica naquilo que for do seu
1644 interesse. É preciso rever isso. É um completo absurdo o que estamos falando aqui
1645 com tanta naturalidade, como se fosse normal”. **Cons. Marcos Silveira**
1646 **Buckeridge**: “Sou Diretor do Instituto de Biociências - só para que fique claro aqui
1647 para as pessoas que não me conhecem - fui Diretor do Laboratório Nacional de
1648 Ciência e Tecnologia do Bioetanol (CTBE), coordeno o Instituto Nacional de Ciência
1649 e Tecnologia do Bioetanol (INCT do Bioetanol), dou disciplina de Biotecnologia de
1650 Plantas, portanto, estou imerso em inovação em toda a minha carreira, desde que
1651 eu comecei com Iniciação Científica. Só que eu faço também pesquisa básica e eu
1652 também dirijo um programa no Centro de Síntese USP Cidades Globais, do Instituto
1653 de Estudos Avançados (IEA), que é um programa dedicado à inovação social, a
1654 levar o bem-estar às pessoas que vivem nas cidades. De forma que apenas queria
1655 deixar aqui o meu ponto sobre inovação, seguindo o que disse o Cons. Marcelo
1656 Zuffo, o Cons. Catalani e outros colegas. A inovação começa com uma descoberta
1657 básica e a partir dessa descoberta básica, geralmente em média dali a 10 anos, isso
1658 pode se tornar algo aplicável. E esse algo aplicável vai ser colocado na sociedade,
1659 isso pode ocorrer tanto através de uma nova lei, se for uma inovação do lado mais
1660 próximo das humanidades, como pode ser o equipamento como esse trabalho
1661 brilhante que foi realizado pelo Prof. Zuffo e pelo Prof. Raul Lima, na Poli, que levou
1662 à produção do respirador, que salvou uma montanha de vidas. Assim, a inovação
1663 começa com uma página em branco, alguém tem que descobrir alguma coisa, então
1664 não exclui a pesquisa, não exclui a graduação. Eu ensino os meus alunos de
1665 graduação, eu não sou um inovador em cheio, como é o caso de Zuffo, por

1666 exemplo, mas trabalho na pesquisa básica e acho importante que isso ocorra, por
1667 isso, os meus alunos de graduação têm que aprender, têm que ouvir uma aula com
1668 o Glauco Arbix para entender o que significa inovação. Aprendi o conceito de
1669 inovação com colegas alemães que mudaram a minha ideia, porque eu tinha uma
1670 ideia de que inovação era algo relacionado somente às empresas e na realidade
1671 não é. A inovação é qualquer coisa que seja nova e uma universidade,
1672 principalmente, uma universidade como a Universidade de São Paulo, tem que
1673 produzir coisas novas, é por isso que estamos entre as 100 maiores e melhores
1674 universidades do planeta, é porque produzimos novidade e a produção de novidade
1675 está colocada nesse documento. Eu até, no início, assinei para retirar de pauta,
1676 porque entendia que isso teria que ser discutido de outras formas, mas depois,
1677 lendo o documento e conversando com vários colegas, vi que, na realidade, essa
1678 resolução trazida pelo Cons. Marcos Martins contempla tudo isso que eu falei para
1679 vocês. Contemplando tudo isso, por que não colocá-la e depois aperfeiçoá-la?
1680 Gostaria só de dizer que considero, inclusive, antes de terminar, o ativismo
1681 inovação. Tenho trabalhado com eles e vi que os ativistas de arborização urbana de
1682 outras áreas da cidade são extremamente inovadores. Eles começam da página em
1683 branco e produzem ideias que, trabalhando junto conosco, podem levar à inovação
1684 que vai cair dentro de uma empresa. Então, vamos excluir os ativistas, vamos
1685 excluir a sociedade? Precisamos começar a pensar que as empresas também
1686 fazem parte da sociedade e que o dinheiro que está lá é um dinheiro que pode vir
1687 para cá, que não tem problema, afinal, todos pagam impostos. Então, por esses
1688 motivos todos, gostaria de conclamar os colegas a votarem a favor da aprovação
1689 dessa proposta de hoje.” **Cons. Junior Barrera:** “Gostaria de apoiar as palavras
1690 que o Prof. Buckeridge acabou de dizer, a posição da Prof.^a Liedi e do Prof. Marcelo
1691 Zuffo, que são pessoas envolvidas com inovação. É claro que tem coisas a serem
1692 aperfeiçoadas nesse documento, mas a inovação é uma coisa muito presente, muito
1693 contemporânea e muito importante para a sociedade, assim, o documento tem que
1694 ser aprovado o mais cedo possível e, em seguida, fazemos ajustes. Por exemplo,
1695 um ajuste que acho que precisamos dar uma olhada e uma melhoradinha é a
1696 questão da participação dos Institutos e dos Departamentos, que parece que a
1697 gestão está muito centralizada na AUSPIN. Devíamos olhar para a participação
1698 também dos locais onde ocorre a pesquisa e geração do conhecimento, mas esse é
1699 um detalhe pequeno, é um aspecto pequeno que podemos resolver internamente

1700 fazendo ajustes. Então, acho muito importante e muito contemporâneo para
1701 sociedade e para USP que esse documento seja, de fato, aprovado.” **Cons. Fábio**
1702 **Frezatti**: “Dentro de uma discussão de um tema que nós temos no extremo, quem
1703 nem aceita que essa conversa de inovação e empreendedorismo chegue ou vá para
1704 fora da Universidade – até mesmo aspectos pontuais -, quero me aliar ao grupo do
1705 Prof. Marcos, que foi o penúltimo a comentar e, de alguma forma, trouxe uma visão
1706 abrangente. Nós existimos para gerar conhecimento, mas algumas das nossas
1707 unidades têm ligação direta com entidades, com as organizações, não temos o que
1708 fazer se nós não tivermos contato. Nós temos compromisso com geração de
1709 emprego, então, por trás dessa conversa, vamos contribuir para que o Brasil tenha
1710 pessoas trabalhando, isso é esperado da Universidade. A outra questão que eu
1711 queria trazer é que essa discussão realmente coloca, pelo menos, um chão para
1712 que comecemos a trabalhar o tema, assim, digo que há transparência, porque não
1713 ter nada é pior que aperfeiçoar, se existe uma insatisfação, destaques. Põem alguns
1714 destaques para discutir, mas estou muito solidário com meu colega de São Carlos,
1715 porque algumas discussões atravessam décadas e dizer que na penúltima reunião
1716 do conselho não podemos discutir um tema tão importante não faz sentido, até
1717 porque é importante que o novo grupo reitoral comece com alguma coisa e
1718 aperfeiçoe. Assim, eu também quero me manifestar a favor da discussão dessa
1719 pauta ainda hoje.” **Cons.^a Ana Lucia Duarte Lanna**: “Querida fazer uma proposta
1720 que é mais um encaminhamento, Prof. Vahan. Estou entendendo que já discutimos
1721 o documento, ou seja, não vamos começar a discutir agora, estou entendendo que
1722 estamos discutindo. Meu encaminhamento é porque me lembro também - acho que
1723 eu estou ficando muito velha, porque lembro de tanta coisa que está me dando
1724 aflição - que em outras ocasiões aprovamos o documento e deixamos todos os
1725 destaques para serem objetos de uma reunião subsequente. Então acho que talvez
1726 essa seja uma posição um pouco diferente da que tem sido apresentada aqui, que
1727 era que aprovamos esse documento e, na implementação, essas questões vão
1728 sendo regulamentadas, se eu entendi que o Prof. Catalani falou no início. Mas a
1729 minha proposta seria que aprovássemos ou não o documento, sem prejuízo de
1730 destaques, mas que os destaques fossem sistematizados e objeto de deliberação
1731 numa próxima reunião do Conselho Universitário. Eu queria dizer isso para falar que
1732 sou uma professora das Humanidades e discordo de muitos pontos do documento,
1733 mas devo confessar que me senti contemplada na compreensão de inovação que

1734 ele apresenta, portanto, acho que ele tem, enquanto documento, um potencial muito
1735 inclusivo. Acho que isso é, talvez, a grande qualidade dele, ainda que eu concordo
1736 com os meus colegas nos pontos que foram apresentados aqui, com os quais tenho
1737 muita preocupação, sobretudo com uma centralização muito grande na AUSPIN e
1738 pouca escuta em relação às unidades e as suas diferenças. Mas acho que tem um
1739 princípio geral, que é muito importante, que seja salvaguardada.” **M. Reitor**: “O teu
1740 encaminhamento é implícito, porque o documento diz: ‘para aplicação desta política
1741 a Universidade publicará regulamentação específica item por item.’ Certamente a
1742 futura gestão vai montar uma equipe para poder fazer isso, porque é tópico,
1743 inclusive, da gestão.” **Cons.^a Raquel Rolnik**: “Aprendi muito nessa discussão de
1744 hoje e aprendi aquilo que já sabemos, mas, muitas vezes, esquecemos: a
1745 Universidade é muito diversa e ela tem o direito de ser diversa, portanto, aquilo que
1746 é produzido no âmbito de uma produção e que se transforma em produtos no
1747 mercado, existe na Universidade e requer e merece ser regulamentado. Deu para
1748 entender isso perfeitamente. No momento em que defendemos a diversidade, temos
1749 que entender - e aqui remeto às palavras do Cons. Marcelo - que se a Poli teve a
1750 oportunidade de discutir amplamente esse documento, a FAU não teve essa
1751 oportunidade. E temos um curso de Design que está extremamente ligado ao
1752 conceito de inovação. Imagino que outras unidades também não puderam ter essa
1753 oportunidade. Mais do que dizer ‘esta aqui não serve’, a minha colocação vai no
1754 sentido de podermos construir um documento que amplia o conceito de inovação,
1755 que contemple os aspectos que estão colocados no documento e aperfeiçoe esses
1756 aspectos, mas que também contemple outros aspectos, como por exemplo: já foi
1757 muito apontado aqui, toda a discussão em relação à extensão, que está muito
1758 restrita, porque quem construiu essa interlocução para fazer esse documento talvez
1759 tinha muito menos trabalho e trajetória com extensão. Têm outras unidades onde
1760 isso está presente e gostariam de poder também aportar esse documento que vai
1761 trazer outras questões para serem regulamentadas e também vai poder matizar
1762 alguns aspectos que estão colocados aqui. Também fiquei sensibilizada por
1763 argumentos em relação à centralização na USPIN e em relação a conceitos que
1764 podem ser vagos. Então, acho que essa proposta que a professora Ana Lanna fez -
1765 estava me preparando para encaminhar que primeiro votássemos se vamos retirar
1766 de pauta o mérito do documento hoje, mas não para ficar para calendas gregas e
1767 nem porque é a última reunião do ano - acho que isso não importa - nem porque é a

1768 última reunião da gestão, isso também acho que não é a questão mais importante.
1769 A questão mais importante é que existem vários representantes de unidades que
1770 querem ter um documento sobre inovação e querem ter o direito de discutir essas
1771 questões com as suas unidades, coisa que não foi feita, para que possamos, daqui
1772 a dois meses, votar esse documento com destaque. Claro que isso também poderia
1773 ser feito através da elaboração e votação desses destaques, mas se o documento
1774 for aprovado, os destaques só vão ser aprovados daqui a dois ou três meses, e
1775 enquanto não tiver esses destaques aprovados, o documento não entrará em vigor,
1776 porque não podemos já nos comprometer, todos aqui, a apresentar esses
1777 destaques para que possamos voltar a essa votação do documento juntamente com
1778 a votação dos destaques? Assim, aprovar uma política de inovação que não seja só
1779 a reprodução de um marco, de outro marco ou do que já fazemos, mas seja alguma
1780 coisa que vai ser uma referência para as outras universidades do Brasil e da
1781 América Latina, no sentido da construção da abrangência desse conceito e daquilo
1782 que ele é capaz de regular.” **Cons. Floriano Peixoto de Azevedo Marques Neto:**
1783 “Em uma das intervenções do começo, já se vai para as 2 horas, não lembro quem
1784 fez, foi questionada a legalidade do dispositivo que autoriza a Universidade
1785 participação minoritária em entidades que explorem as suas patentes, suas
1786 inovações, e faço, então, menção ao fato que está expressamente previsto no artigo
1787 5º da Lei 10973 como mecanismo para permitir que a Universidade traga para
1788 dentro de si os ganhos que venham a ser efetivados com a exploração da sua
1789 inovação, evitando o que hoje ocorre que, muitas vezes, o conhecimento é
1790 apropriado pelo privado e não verte nada para Universidade. Então, essa
1791 possibilidade está expressamente prevista com participação minoritária em
1792 entidades que vão explorar o conhecimento e inovação no artigo 5º da Lei de
1793 Inovação.” **M. Reitor:** “Vou seguir a sugestão da Professora Ana Lanna, vamos
1794 votar o documento, porém vamos dar uma oportunidade para futura gestão discutir
1795 esse assunto e, no prazo máximo de um ano, esse documento será revisto, tempo
1796 suficiente para discutir. Repito: votamos o documento, se for não é não, pronto
1797 morreu; se for sim, ou seja, se for aprovado, estamos impondo para futura gestão
1798 que faça uma análise e, no prazo máximo de um ano, apresente uma revisão desse
1799 documento.” **Cons. Reinaldo Santos de Souza:** “Prof. Vahan, já que foi ignorada
1800 nossa solicitação de retirada de pauta, faço uma solicitação formal, do que prevê o
1801 Regimento do Conselho, de vistas ao processo para que ele seja retirado de pauta.”

1802 **M. Reitor:** “A concessão de solicitação de vistas é um direito do Presidente do
1803 Conselho Universitário, então, eu digo que, depois de uma hora e meia de
1804 discussão, vou colocar em votação. Então estou dizendo não à solicitação.” **Cons.**
1805 **Reinaldo Santos de Souza:** “Quero que fique registrado em ata que o pedido foi
1806 negado.” **M. Reitor:** Sim, registrado em Ata, exatamente. A questão é: se é não, é
1807 não; se é sim, estamos colocando uma ressalva que a futura gestão da USP
1808 apresente, até o prazo máximo de um ano, uma revisão desse documento. Então
1809 vamos colocar em votação com essa ressalva. Enquanto vocês estão votando deixa
1810 eu fazer alguns comentários. Primeiro a questão das Diretrizes Orçamentárias. Não
1811 sei se vocês perceberam, primeiro, que há um recurso do valor de 27% para que a
1812 nova gestão possa utilizar com a política de recursos humanos que a nova gestão
1813 fizer. O cuidado da COP foi não engessar a política da futura gestão, isso é muito
1814 importante. Segundo, não sei se vocês perceberam, isso não foi destacado, mas os
1815 recursos para investimento têm 25% de aumento em relação ao de 2021. Terceiro,
1816 está se garantindo para todas as unidades um aumento mínimo de 9,5%, porém,
1817 permitindo que se faça uma correção da distorção do orçamento de algumas
1818 unidades, principalmente as mais novas. Então, está se tentando corrigir essas
1819 distorções. E, por último, nós estamos voltando às reservas financeiras similares há
1820 12 anos atrás, logicamente, agora, com os parâmetros da sustentabilidade e com o
1821 poder que tem o Conselho Universitário, não corremos os riscos que corremos 12
1822 anos atrás. Com o nosso Controlador não corremos esse risco. Então, temos
1823 Controladoria Geral, Parâmetros de Sustentabilidade e poder maior do Conselho
1824 Universitário. Assim, estamos numa situação muito boa, que para universidade de
1825 pesquisa é essencial para o seu futuro; e felizmente não temos os riscos que
1826 tivemos há 12 anos atrás.” Ato seguinte, o **M. Reitor** passa à **Votação**. Pela
1827 contagem dos votos obtém-se o seguinte resultado: Sim = 65 (sessenta e cinco)
1828 votos; Não = 31 (trinta e um) votos; Abstenções = 8 (oito); Total de votantes = 104
1829 (cento e quatro). É aprovado o parecer da CLR, favorável à proposta de Resolução
1830 que dispõe sobre a Política de Inovação da Universidade de São Paulo, em
1831 consonância com as legislações do Estado de São Paulo e da União, com a
1832 ressalva de que a futura gestão apresentará uma revisão da proposta, no prazo
1833 máximo de 12 meses. **M. Reitor:** “Então foi destacado que a futura gestão adéqua
1834 sua política e apresenta uma revisão em 12 meses. Quero também tranquilizar
1835 alguns colegas que percebi preocupados respondendo que sim. Isso vai dar mais

1836 transparência, aliás, quero dizer que quem primeiro reclamou foram certos grupos
1837 que não queriam essa transparência; as primeiras reclamações foram há 15 dias
1838 atrás, antes mesmo dos documentos começarem a circular. Segundo, quase tudo
1839 que está no documento nós já praticamos. Temos dezenas de PICs - Programa de
1840 Apoio à Pesquisa em parceria de inovação tecnológica aqui na USP, nem sei dizer
1841 se dezenas ou centenas, isso há 30 anos. Nós já fazemos isso, só que não estava
1842 de uma forma clara e específica, exigindo a transparência que está se exigindo.
1843 Então, é relativamente tranquilo; não é para ninguém ficar preocupado e, por favor,
1844 isso não tem nenhum risco de privatização. Parcerias não significam privatização,
1845 por favor, não confundam.” Ato seguinte, o **M. Reitor** passa ao item **3.1. -**
1846 **PROCESSO 1991.1.113.60.6 - FACULDADE DE CIÊNCIAS FARMACÊUTICAS**
1847 **DE RIBEIRÃO PRETO.** Proposta de alteração dos artigos 17, 20, 21, 22, 24, 27, 52,
1848 59 e 65 do Regimento da Faculdade de Ciências Farmacêuticas de Ribeirão Preto.
1849 Ofício do Diretor da FCFRP, Prof. Dr. Osvaldo de Freitas, ao Magnífico Reitor, Prof.
1850 Dr. Vahan Agopyan, encaminhando a proposta de alteração do Regimento da
1851 Faculdade de Ciências Farmacêuticas de Ribeirão Preto e esclarecendo que as
1852 alterações propostas foram aprovadas, por unanimidade, pela Congregação da
1853 Unidade, em 16 de dezembro de 2020 (16.12.20). **Cota PG. X. nº 00001/2021:**
1854 observa que a Unidade informa que as alterações propostas foram aprovadas "por
1855 unanimidade" dos presentes à reunião da sua Congregação. Esclarece que “o art.
1856 39, inc. I, do Regimento Geral exige, para que seja proposta a alteração do
1857 Regimento de Unidades, a aprovação pela respectiva Congregação por maioria
1858 absoluta de seus membros.” Acrescenta que, “por sua vez, o art. 102, § 1º, do
1859 Estatuto permite como regra geral que em terceira convocação a Congregação se
1860 reúna com qualquer número de presentes. Assim sendo, se uma proposta de
1861 alteração de Regimento for aprovada pela unanimidade dos presentes numa sessão
1862 instalada em terceira convocação, não se terá obedecido ao quórum exigido no art.
1863 39, inc. I, do Regimento Geral.” Deste modo, e considerando que a informação da
1864 Unidade não esclarece se a sessão que aprovou proposta ocorreu em primeira ou
1865 segunda convocação, encaminha os autos à FCFRP para que seja esclarecido se a
1866 proposta foi efetivamente aprovada pela maioria absoluta dos membros da
1867 Congregação da Unidade (04.01.21). Informação do Diretor da FCFRP de que a
1868 proposta de alteração do Regimento da Unidade, ocorrida na reunião da
1869 Congregação da FCFRP em sua 406ª Sessão Ordinária, realizada em primeira

1870 convocação, no dia 16 de dezembro de 2020, foi aprovada por unanimidade dos 34
1871 (trinta e quatro) membros presentes à reunião que votaram favoráveis à sua
1872 aprovação. Informa, ainda, que o Colegiado é composto por 45 (quarenta e cinco)
1873 membros titulares, portanto, a aprovação atingiu maioria absoluta, conforme
1874 determina o art. 39, Inciso I do Regimento Geral da USP (19.02.21). **Parecer PG. P.**
1875 **15208/2021**: observa, inicialmente, que em parecer anterior a Procuradoria sugeriu
1876 a análise de três pontos pela Unidade, em decorrência de alterações legislativas
1877 supervenientes: (i) necessidade de adequação da proposta em relação à eleição do
1878 Presidente e Vice-Presidente das comissões estatutárias, considerando a reforma
1879 do Estatuto (Resoluções nºs 7141/2015, 7154/2015 e 7287/2016) e o novo
1880 Regimento de Pós-Graduação (baixado pela Resolução nº 7493/2018); (ii) adoção
1881 ou não do idioma estrangeiro nos concursos docentes (Resolução nº 7758/19); e (iii)
1882 inclusão da previsão de representante dos servidores técnicos e administrativos nos
1883 Conselhos dos Departamentos (Resolução nº 7903/2019). Quanto ao requisito
1884 formal, no que se refere ao quórum de aprovação da proposta, verifica que a
1885 proposta foi aprovada pela maioria absoluta da Congregação da FCFRP cumprindo,
1886 assim, o seu requisito formal, atinente ao quórum previsto pelo art. 39, inc. 1, do
1887 Regimento Geral. Já por sua vez, em relação à Eleição do Presidente e Vice-
1888 Presidente de Comissões Estatutárias, verifica que “a proposta contempla as novas
1889 disposições sobre a matéria, conforme apontado pelo Parecer PG nº 10/2020,
1890 quanto à forma de eleição dos Presidentes e Vice-Presidentes das Comissões
1891 Estatutárias e os seus respectivos mandatos.” No tocante a Comissão de
1892 Graduação, observa que o Regimento Geral permite apenas “uma recondução” do
1893 representante discente em órgãos colegiados da Universidade (art. 222, §6º -
1894 redação dada pela Resolução nº 7265/16), devendo o Regimento da Unidade ser
1895 atualizado neste ponto (art. 17, inc. I). Já em relação à Comissão de Pós-
1896 Graduação, recomenda a inclusão da expressão “dentre os orientadores
1897 credenciados na Unidade” ao final do inciso I do art. 20, de modo a reproduzir o
1898 universo dos elegíveis previsto pelo Regimento de Pós-Graduação (art. 28, §1º).
1899 Acrescenta, ainda que o Art. 21 constou “artigos 27 e 31 do Regimento de Pós-
1900 Graduação”, em vez de artigos 27 e 30. Passando à análise da composição da
1901 Comissão de Pesquisa e Comissão de Cultura e Extensão Universitária, esclarece
1902 novamente que o Regimento Geral permite apenas “uma recondução” do
1903 representante discente em órgãos colegiados da Universidade. Ademais, em

1904 relação ao Conselho do Departamento (representação), observa que constaram da
1905 proposta dois incisos tratando sobre o mesmo tema, representação dos servidores
1906 técnicos e administrativos, quais sejam, os incisos VI e VII do art. 27, sugerindo que
1907 seja mantido apenas o inciso VII, adequando a sua redação de forma a prever a
1908 figura do suplente do representante dos servidores técnicos e administrativos,
1909 conforme art. 54, inc. VII, do Estatuto. Por fim, no que concerne ao Concurso
1910 docente (adoção do idioma estrangeiro) esclarece que “para a adoção do idioma
1911 estrangeiro, há de haver autorização expressa no Regimento da Unidade, nos
1912 termos do Regimento Geral (art. 135, §8º; art. 152, §2º; e art. 167, §3º), não sendo
1913 possível delegar a sua definição por ocasião de cada certame, como pretendido (art.
1914 48, §1º- concurso Professor Doutor: se houver interesse em se admitir o idioma
1915 estrangeiro também para os concursos de Professor Titular e Livre- Docência, a
1916 autorização regimental deverá igualmente abarcar de forma expressa tais
1917 certames). Além disso, a proposta deverá indicar se o seu uso será admitido apenas
1918 para as provas, apenas na redação de memoriais ou tanto para as provas quanto
1919 para os memoriais.” Em complementação, a Procuradora Chefe da Procuradoria
1920 Acadêmica, Dra. Stephanie Yukie Hayakawa da Costa, retifica o item 14 do parecer,
1921 pois o inciso VI do art. 27 da minuta trata da representação discente, e não da
1922 representação dos servidores técnicos e administrativos. Acrescenta que, “não
1923 obstante, deverá a Unidade adequar a proposta nos termos do item 15 do mesmo
1924 parecer. Observa ainda que, em relação à Comissão de Graduação (CG), deve ser
1925 corrigida nos §§ 3º e 4º do art. 17 da minuta a referência ao Vice-Presidente da
1926 Comissão, pois desde a Resolução nº 7141/2015, não se deve mais falar em
1927 "Suplente" do Presidente. Tal correção deve ser procedida em relação à Comissão
1928 de Pós-graduação(CPG), à Comissão de Pesquisa (CPq) e à Cultura e Extensão
1929 Universitária (CCEX). Aponta, ainda, algumas correções de digitação e esclarece
1930 que “ainda no que diz respeito à CPq, a representação discente (art. 22, inc. II da
1931 minuta) deve ser escolhida entre os alunos de graduação e pós-graduação, como
1932 determinado pelo art. 1º, inc. II, da Resolução CoPq 7863/2019. Sugere envio dos
1933 autos à FCFRP (09.04.21). Ofício do Diretor da FCFRP ao Magnífico Reitor
1934 encaminhando nova versão da proposta e informando que a referida versão está
1935 com as adequações e modificações realizadas, em atendimento ao Parecer PG. nº
1936 15208/2021 e complemento promovido pela Chefia da Área Acadêmica da
1937 Procuradoria Geral da USP. Informa, ainda, que as alterações propostas foram

1938 aprovadas, por unanimidade pela Congregação da Faculdade, em sua 410ª Sessão
1939 Ordinária, realizada no dia 25 de junho de 2021, atingindo maioria absoluta de votos
1940 favoráveis para a aprovação (29.06.21). **Parecer PG. P. 15682/2021**: verifica que as
1941 recomendações feitas no parecer anterior foram acolhidas pela Unidade, com a
1942 adequação de sua minuta. Observa que o documento final foi aprovado pela
1943 Congregação, por maioria absoluta de seus membros, em reunião de 25.06.2021.
1944 Pontua, ainda, que a FCFRP optou por não prever o uso do idioma estrangeiro em
1945 seus concursos docentes (art. 48 e ss. da proposta), o que a impedirá de adotá-lo
1946 em futuros certames, salvo se vier a proceder à nova reforma de seu Regimento, de
1947 forma que nele passe a constar expressamente tal possibilidade, nos termos do
1948 Regimento Geral. Por fim, considerando que não haverá a adoção do idioma
1949 estrangeiro nos concursos docentes da Unidade, entende-se dispensada a sua
1950 tramitação pela CAA. Em complementação à retificação, a Procuradora Chefe-
1951 substituta da Procuradoria Acadêmica, Dra. Kamila Paula Flegler, retifica
1952 parcialmente o item 2 do parecer retro, tendo em vista que nem todas as
1953 recomendações feitas foram acolhidas, em especial as constantes do despacho de
1954 encaminhamento do Parecer PG. nº 15208/2021. Assim sendo, reitera as
1955 recomendações contidas no referido despacho e observa que no art. 27 constou
1956 dois incisos VI, devendo ser excluído o primeiro, que trata da representação dos
1957 servidores técnicos e administrativos, pois a matéria está devidamente
1958 regulamentada no inciso VII. A Procuradora Geral Adjunta em exercício, Dra.
1959 Stephanie Yukie Hayakawa da Costa, acolhe, observando apenas que a redação
1960 definida pela Unidade para o inciso II do art. 22 do Regimento poderá ser mantida,
1961 uma vez que o § 3º do mesmo artigo garante o direito de voto aos alunos
1962 pertencentes ao corpo docente, de forma que a redação proposta para o inciso II
1963 não deverá gerar dúvida quanto a referido direito de voto. Por fim, devolve os autos
1964 à FCFRP para correções e informa que, após as correções, a proposta pode ser
1965 encaminhada pela Unidade diretamente à Secretaria Geral, para submissão à CLR
1966 e ao Conselho Universitário (26.07.21). Ofício do Diretor da FCFRP ao Secretário
1967 Geral, Prof. Dr. Pedro Vitoriano Oliveira, encaminhando a proposta de alteração do
1968 Regimento da Unidade com as adequações e modificações realizadas, em
1969 atendimento aos pareceres da PG. Informa, ainda, que as alterações propostas no
1970 Parecer PG. nº 15208/2021 foram aprovadas na íntegra, por unanimidade, pela
1971 Congregação da Faculdade, em sua 410ª Sessão Ordinária, realizada no dia 25 de

1972 junho de 2021, atingindo maioria absoluta de votos favoráveis para a aprovação, e
1973 as adequações contidas no Parecer PG. nº 15682/2021, que foram observadas no
1974 parecer anterior, havendo apenas a necessidade de correção do arquivo, que foram
1975 providenciadas (30.09.21). **Parecer da CLR:** aprova o parecer da relatora, Prof.^a
1976 Dr.^a Monica Sanches Yassuda, favorável à proposta de alteração do Regimento da
1977 Faculdade de Ciências Farmacêuticas de Ribeirão Preto (22.10.21). Minuta de
1978 Resolução preparada pela Secretaria Geral. **Cons. Floriano Peixoto de Azevedo**
1979 **Marques Neto**: “Esse processo foi encaminhado pela Faculdade de Ciências
1980 Farmacêuticas de Ribeirão Preto e trata da alteração de seu Regimento, com
1981 adequações de uma série de pontos em relação a diversos temas, como: língua
1982 estrangeira, representação de servidores em órgãos colegiados - que já foram
1983 alterados no nosso Estatuto -, questão de indicação de bancas, tem um apanhado
1984 de adequações e alterações. Esse processo teve também uma interface grande
1985 com a Procuradoria Geral, que fez algumas sugestões de adequação, seja de texto,
1986 de indexação e de forma, todas foram acatadas dentro desse processo normal de
1987 debates e de aperfeiçoamentos dentro da proposta de alteração de regimento; e o
1988 parecer da Comissão de Legislação e Recursos é favorável à aprovação das
1989 alterações propostas.” Ato seguinte, o **M. Reitor** passa à votação. **Votação.**
1990 Apurados os votos eletrônicos e os manifestados pelo chat, obtém-se o seguinte
1991 resultado: Sim = 84 (oitenta e quatro) votos; Não = 0 (zero) voto; Abstenções = 4
1992 (quatro) votos; Total de votantes = 88 (oitenta e oito). É aprovado o parecer da CLR,
1993 favorável à proposta de alteração dos artigos 17, 20, 21, 22, 24, 27, 52, 59 e 65 do
1994 Regimento da Faculdade de Ciências Farmacêuticas de Ribeirão Preto. Ato
1995 seguinte, o **M. Reitor** passa ao item **3.2 - PROCESSO 2003.1.705.2.5 -**
1996 **FACULDADE DE DIREITO.** Proposta de novo Regimento da Faculdade de Direito.
1997 Ofício do Diretor da Faculdade de Direito, Prof. Dr. Floriano Peixoto de Azevedo
1998 Marques Neto, ao Magnífico Reitor, Prof. Dr. Vahan Agopyan, encaminhando a
1999 proposta de alteração do Regimento da Unidade, aprovada pela Congregação em
2000 sessões de 28.03.2019 a 31.10.2019 (11.11.19). **Parecer PG. P. 37295/2020:**
2001 esclarece, inicialmente, que se trata de proposta de substituição do atual Regimento
2002 da FD. A seguir, manifesta-se sobre os aspectos jurídicos-formais relativos ao artigo
2003 1º, p. único; art. 5º, incisos V, VII e VIII; art. 6º; art. 7º, inciso V; art. 12; art. 21, inciso
2004 I; art. 22; art. 23; art. 26, caput, §§ 4º e 5º; art. 32, inciso I; art. 36, § 2º; art. 43, §§
2005 5º, 6º, 7º e 8º; art. 39, inciso VII; art. 40; art. 41, § 2º; art. 46; art. 48; solicita, ainda,

2006 informação com relação ao quórum da Congregação quando da aprovação do
2007 Regimento. A Procuradora Geral Adjunta reforça a linha de alerta referente ao inciso
2008 V do artigo 7º da minuta, referente à aplicação de pena de suspensão superior a
2009 trinta dias a membros do corpo docente (1º.12.20). Ofício do Diretor da FD ao
2010 Procurador Geral da USP, Prof. Dr. Ignacio Maria Poveda Velasco, encaminhando a
2011 proposta de Regimento da Unidade com algumas das alterações sugeridas pela PG,
2012 fazendo considerações preliminares referentes a conceitos jurídicos e justificando os
2013 pontos levantados no parecer da PG (11.02.21). **Parecer PG. P. 37115/2021:**
2014 verifica que boa parte das observações feitas anteriormente foi contemplada na
2015 nova versão da minuta de Regimento para a FD. Assim sendo, afirma que compete
2016 aos colegiados superiores avaliar a proposta. A seguir, passando à análise da
2017 minuta, indica os pontos que merecem atenção especial dos colegiados superiores
2018 em sua decisão de mérito acadêmico-administrativo. Por fim, reitera que, com
2019 relação à tramitação dos autos, além da avaliação pela CLR e pelo Conselho
2020 Universitário, faz-se necessária a análise da CAA, uma vez que há mudança
2021 pretendida para os concursos docentes da Unidade (15.02.21). **Parecer da CAA:**
2022 apresenta ponderações acerca do mérito acadêmico da proposta de alteração do
2023 Regimento da Unidade decidindo pelo retorno dos autos à mesma (19.02.21).
2024 **Ofício do Diretor da FD ao Presidente da CAA, Prof. Dr. Luiz Henrique**
2025 **Catalani**, apresentando nova versão da redação do Regimento da Unidade com
2026 alterações, bem como ponderações acerca dos indicativos apontados pela CAA
2027 (10.05.21). **Parecer da CAA:** analisou a devolutiva da Unidade às observações
2028 indicadas no parecer da Comissão de 19.02.2021. Com base na devolutiva, a CAA
2029 ponderou sobre as implicações acadêmicas das alterações no Regimento da
2030 Faculdade de Direito, conforme parecer, manifestando-se pelo envio dos autos à
2031 Comissão de Legislação e Recursos (14.06.21). **Parecer da CLR:** após análise do
2032 parecer do relator, delibera baixar os autos em diligência para esclarecimentos junto
2033 à Faculdade de Direito (20.08.21). Ofício do Diretor da FD, em resposta ao parecer
2034 do relator da CLR, destacando os pontos levantados e encaminhando nova minuta
2035 do Regimento da Unidade com os referidos destaques. **Parecer da CLR:** aprova o
2036 parecer do relator, Prof. Dr. Júlio Cerca Serrão, favorável à aprovação da minuta do
2037 Regimento da Faculdade de Direito, com a exclusão do § 1º do artigo 39 e a reforma
2038 do artigo 44 (22.10.21). Minuta de Resolução compilada pela Procuradoria Geral.
2039 **Cons. Júlio Cerca Serrão:** “A questão trata do Regimento da Faculdade de Direito.

2040 Como as Senhoras e os Senhores puderam observar, é uma reforma bastante
2041 ampla e abrangente o regramento interno da Faculdade, uma reforma necessária, à
2042 medida que a última mudança é bastante antiga. Então, é uma mudança que veio a
2043 atender às necessidades de atualização das demandas internas e externas. Ela é
2044 bastante ampla, como disse e revisita todo o regramento interno da Unidade. E
2045 avança, também, em questões sensíveis, importantes, em direção à equidade de
2046 gênero e equidade racial. É um documento muito bem estruturado nesse sentido.
2047 Então, nesse sentido, é uma proposta bastante madura, é uma proposta que no
2048 entendimento da CLR, tem amplas condições para ser aprovada e, assim, ela foi
2049 bastante modificada e aprimorada pela participação dos vários atores que
2050 participaram do processo de análise do documento. Cito a participação da
2051 Procuradoria Geral, o Professor Ignacio Maria Poveda Velasco, Procurador Geral, e
2052 a Doutora Stephanie Yukie Hayakawa da Costa, nossa Procuradora Chefe da Área
2053 Acadêmica, que fizeram contribuições importantes ao documento. Então, é por
2054 óbvio a Faculdade de Direito tem amplas condições de preparar um documento
2055 aderente ao nosso Estatuto e ao nosso Regimento, mas sem dúvida sempre ficam
2056 os ‘cacos’ , sempre ficam as inconsistências e a nossa Procuradoria foi muito
2057 diligente, como de hábito, no sentido de ajudar a corrigir essas questões, o que nos
2058 garante que esse Regimento Interno é absolutamente aderente ao nosso
2059 regramento. Também queria destacar a importantíssima participação da CAA,
2060 especialmente do Professor Catalani e do Professor Eduardo Monteiro que,
2061 também, numa análise muito detalhada do documento, fizeram contribuições
2062 importantíssimas, que qualificaram o documento de forma absolutamente inegável,
2063 levantando questões acadêmicas da mais alta relevância. O assunto também foi
2064 longamente discutido na nossa CLR. Destacaria, também, que a Faculdade de
2065 Direito foi muito cuidadosa ao acolher todas as sugestões. Para que tenham ideia,
2066 foram seis passagens desse documento de volta para Faculdade de Direito que, de
2067 forma muito cuidadosa, acolheu as boas sugestões que são apresentadas neste
2068 documento, nessa minuta que as senhoras e os senhores têm acesso. Então, Prof.
2069 Vahan, é um documento bastante maduro que a CLR, na unanimidade dos seus
2070 membros, votou pela aprovação.” A seguir, o **M. Reitor** passa à **Votação.** **M.**
2071 **Reitor:** “Enquanto aguardo todos votarem, recomendo a todos os Diretores que
2072 leiam essa proposta de mudança do Regimento da Faculdade de Direito, pois há
2073 alguns itens muito inovadores, itens que destacam inclusão e é bom, logicamente,

2074 uma Unidade começar a testar. Podemos até verificar se dá certo, não precisamos
2075 mudar o Estatuto da Universidade, mas recomendo aos Diretores, das nossas 42
2076 Unidades de Ensino e Pesquisa, que deem uma lida cuidadosa nessas mudanças
2077 propostas para Faculdade de Direito. É a nossa Instituição mais antiga e está se
2078 tornando a nossa Instituição mais ousada.” Apurados os votos eletrônicos e os
2079 manifestados pelo chat, obtém-se o seguinte resultado: Sim = 87 (oitenta e sete)
2080 votos; Não = 0 (zero) voto; Abstenções = 4 (quatro) votos; Total de votantes = 91
2081 (noventa e um). É aprovado o parecer da CLR, favorável ao novo Regimento da
2082 Faculdade de Direito. Ato contínuo, o **M. Reitor** passa ao item **4 - EXTINÇÃO DE**
2083 **CURSO. 4.1 - PROCESSO 2021.1.15979.1.9 - UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO -**
2084 Solicitação de extinção do curso de Licenciatura em Ciência (semipresencial), criado
2085 em 2010 e gerido através de Convênio firmado entre o Estado de São Paulo, por
2086 intermédio da Secretaria de Ensino Superior do Estado de São Paulo e a
2087 Universidade de São Paulo por meio do Programa Universidade Virtual do Estado
2088 de São Paulo (UNIVESP). Ofício do Pró-Reitor de Graduação, Prof. Dr. Edmund
2089 Chada Baracat, à coordenadora da Câmara de Cursos e Ingresso (CCI), Prof.^a
2090 Dioneia Camilo Rodrigues de Oliveira, solicitando a extinção do curso de
2091 Licenciatura em Ciência (curso 1080), criado em 2010 e gerido através de Convênio
2092 firmado entre o Estado de São Paulo/Secretaria de Ensino Superior do Estado de
2093 São Paulo e a Universidade de São Paulo por meio do Programa Universidade
2094 Virtual do Estado de São Paulo (UNIVESP). Esclarece que com o encerramento do
2095 convênio em 31 de dezembro de 2015, a USP suspendeu os vestibulares, assumiu
2096 o curso integralmente e manteve as atividades e a tutoria até que os alunos
2097 matriculados completassem os créditos exigidos. Uma vez que não há mais
2098 convênio ou mesmo alunos ativos no curso, solicita a extinção do mesmo
2099 (22.09.21). **Parecer da CCI:** aprova o parecer favorável da relatora, Prof.^a Dr.^a
2100 Dionéia Camilo Rodrigues de Oliveira (04.10.21). **Parecer do CoG:** aprova a
2101 extinção do Curso de Licenciatura em Ciências (Semipresencial), por unanimidade
2102 (21.10.21). **Parecer da CAA:** aprova a extinção do Curso de Licenciatura em
2103 Ciências (curso 1080), nos termos do parecer do relator (08.11.21). **M. Reitor:** “Eu
2104 vou pedir ao Professor Baracat que, por favor, nos oriente sobre o nosso último
2105 item, que é a extinção de um curso semipresencial que a USP tinha.” **Cons.**
2106 **Edmund Chada Baracat:** “O item 4 é sobre a extinção do curso de Licenciatura em
2107 Ciência, curso 1080, que foi criado em 2010 e gerido através de convênio firmado

2108 entre a Secretaria de Ensino Superior do Estado de São Paulo e a USP, por meio
2109 do Programa UNIVESP - Universidade Virtual do Estado de São Paulo. Sobre esse
2110 curso, com o encerramento do Convênio, em 31 de dezembro de 2015, a USP
2111 suspendeu os vestibulares e a partir dessa data não teve mais ingressos e o Curso
2112 foi assumido pela Universidade, que manteve as atividades até que todos os alunos
2113 matriculados completassem seus créditos exigidos. Isso ocorreu este ano e, em
2114 virtude disso, solicitamos a extinção do Curso, o que foi aprovada na Comissão de
2115 Cursos e Ingresso da Pró-Reitoria de Graduação, foi aprovado por unanimidade no
2116 Conselho de Graduação e trazido agora a este Conselho, após consulta à
2117 Procuradoria Geral da Universidade, também. Então, é um Curso que eu poderia
2118 dizer que ele está “zerado” e não tem mais razão de existir.” **M. Reitor**: “Obrigado
2119 Professor. Queria apenas destacar - para não ficar registrado no Conselho
2120 Universitário uma coisa que possa gerar dúvidas – que a USP não tem nada contra
2121 EAD, a USP apoia fortemente a UNIVESP, nossos alunos de pós-graduação e
2122 nossos docentes participam intensamente, mas não é perfil da USP oferecer cursos
2123 EAD. Só isso. Nós nos classificamos como Universidade de pesquisa, portanto o
2124 ensino tem um ambiente de pesquisa, mas acho que tem que ficar claro que a USP
2125 não é contra EAD. Das três Universidades Estaduais Paulistas nós somos a
2126 Instituição que mais apoia a UNIVESP, mais oferece docentes, alunos e que mais
2127 se preocupa com o que a UNIVESP faz; mas são outras realidades que devem ser
2128 vistas. Então, por favor, é extinção desse Curso não é nada contrário a EAD, é
2129 apenas um Curso que estava atípico dentro de uma estrutura como da USP; isso
2130 tem que ficar muito claro.” A seguir, o **M. Reitor** coloca em votação o item 4.1.
2131 **Votação**. Apurados os votos eletrônicos e os manifestados pelo chat, obtém-se o
2132 seguinte resultado: Sim = 85 (oitenta e cinco) votos; Não = 0 (zero) voto;
2133 Abstenções = 3 (três); Total de votantes = 88 (oitenta e oito). É aprovado o parecer
2134 da CAA, favorável à extinção do Curso de Licenciatura em Ciências (curso 1080). A
2135 seguir, o **M. Reitor** volta ao Expediente e passa ao item **3 – Comunicações do M.**
2136 **Reitor**. **M. Reitor**: “Primeiro item: a Eleição. No dia 18 de novembro a consulta
2137 pública que iria ser feita teve problemas técnicos. Volto a afirmar - o Professor João
2138 ia explicar, mas infelizmente, ele está numa fase pós-operatória e teve que ir
2139 embora - não houve *hacker*, não ouve outras invasões, nada disso, foi problema
2140 puramente técnico e, com isso, a consulta mudou para o dia 22 e, nessa data, a
2141 Chapa ‘USP Viva’ ganhou entre os docentes e os discentes. E o que destaco nessa

2142 consulta do dia 22 é que a participação dos docentes foi de quase 70%, a mais
2143 elevada que eu conheço. Aí, no dia 25, a Assembleia votou e a Chapa 'USP Viva',
2144 como vocês já sabem, teve 1.156 votos e a Chapa 'Somos Todos USP' teve 795
2145 votos. De novo, dos 2.121 eleitores cadastrados - aliás, esse número variava todo
2146 dia, as Unidades iam alterando dada à mudança de membros nas Congregações -
2147 novamente 2.002 votaram. Portanto, quase 95% dos eleitores votaram. Esse
2148 número, certamente, é o maior que nós conseguimos até agora. Reforço os
2149 agradecimentos aos quatro candidatos, que foram extremamente cuidadosos, um
2150 debate muito criativo, os pequenos detalhes que aconteceram, eu conheço os
2151 quatro candidatos, sou amigo deles, não é nada dos próprios candidatos, isso
2152 acontece quando você tem muitos apoiadores. Eu digo que a USP é a vencedora.
2153 Agradeço sinceramente aos quatro candidatos, aquela minha Circular não foi pró-
2154 forma. Fiquei muito contente com o encaminhamento das eleições, pela atitude dos
2155 quatro candidatos. Amanhã à tarde a Comissão Eleitoral vai me passar o Relatório
2156 Final e já consegui marcar com o Vice-Governador na quinta-feira pela manhã para
2157 levar a lista dupla. Quero agradecer à Comissão Eleitoral, que era Presidida pelo
2158 Prof. Floriano, o Vice-Presidente era o Prof. Júlio Serrão, respectivamente
2159 Presidente e Vice-Presidente da CLR; os Professores Brasilina Passarelli, da ECA;
2160 Edson Cezar Wendland, da EESC; Flávio Luiz Yarshell, da FD, especialista no
2161 assunto; Maria Helena Marciali, da EERP; e Silvio Silvério da Silva, da EEL.
2162 Agradeço, também, a Secretaria Geral, aqui representada pelo Professor Pedro e
2163 pela Senhora Jurema; a STI por todo trabalho que fez. Penso que é uma renovação
2164 da Universidade, todos nós estamos contentes e bastante otimistas para os
2165 próximos quatro anos. Questão da Pandemia. Agradeço o Grupo de Trabalho que
2166 está nos mantendo em foco. Houve uma sugestão do Grupo de Trabalho de
2167 fazermos uma Portaria, mas com as incertezas que nós estamos vendo, estou
2168 postergando um pouco. O que posso falar para todos os Diretores e Diretoras é que,
2169 por princípio, estamos imaginando as atividades presenciais no ano que vem, as
2170 aulas de graduação começando, se não tivermos novidades ou imprevistos, no dia
2171 14 de março, 100% presencial. Peço aos Diretores controlarem a ansiedade, sei
2172 que alunos, professores e a comunidade estão ansiosos. Vamos ter que controlar a
2173 nossa ansiedade e, com calma, garantir a segurança. Sei que tem problemas com
2174 pessoas que se recusam a vacinar, não tenho a estatística correta, mas acho que
2175 não chega a 20 pessoas em toda a comunidade da USP. É lógico que com relação

2176 aos nossos alunos e funcionários que têm contatos com pacientes e públicos, esses
2177 logicamente nós temos que a imunização não é compulsória, isso é legal e as
2178 punições já têm jurisprudência; isso não se discute. Agora, os demais nós estamos
2179 tendo problemas com colegas que se recusam a estar no mesmo ambiente de outro
2180 que não está imunizado. Isto o GT está estudando algumas medidas, a STI já
2181 conseguiu desenvolver um software em que no nosso e-Card constará as nossas
2182 vacinas e aí nós vamos conseguir ver o que fazer. Lembrando que colocar tudo isso
2183 na carteira digital demanda um tempo e existe, também, um treinamento. O outro
2184 tópico é o Estatuto de Conformidade de Condutas. Lembro, para os novos
2185 Conselheiros, que há uns cinco, seis, sete anos atrás os alunos reclamaram do
2186 Código Disciplinar, porque ele era do período da ditadura. Então, o Prof. Zago
2187 nomeou uma Comissão para preparar um novo Código. A Comissão foi
2188 extremamente zelosa e resolveu, em vez de fazer um Código Disciplinar para os
2189 alunos, fazer um Código de Conformidade de Condutas para toda a comunidade,
2190 envolvendo alunos, docentes, funcionários, pós-docs, pesquisadores, professores
2191 seniores e etc. E uma coisa muito importante, porque alerta: felizmente não tivemos
2192 reitores como haviam no passado. Nas últimas décadas tivemos essa sorte. Hoje,
2193 por exemplo, como argumentação, que foi gravada na nossa reunião, eu posso
2194 punir o docente ou o aluno, ou o funcionário, porque nós seguimos, por falta de
2195 legislação para docentes e funcionários, a do Estado, que é extremamente
2196 draconiana; mas felizmente, nas últimas duas décadas, nenhum Reitor usou desse
2197 poder. Pois, bem, infelizmente o texto não tinha sido acabado, o Professor Floriano
2198 gentilmente fez uma tarefa hercúlea de juntar tudo e de preparar um texto comum.
2199 Infelizmente, em vez de agradecer, o pessoal não compreendeu que ele estava
2200 fazendo uma compilação, acharam que ele estava sendo muito centralizador e
2201 assim por diante. Tudo bem, como envolvia cento e vinte mil pessoas da
2202 comunidade da USP, eu queria - não sou populista, todos vocês me conhecem pelo
2203 menos há doze anos aqui na Reitoria - testar uma consulta pública baseada numa
2204 metodologia que o nosso colega Haddad utilizou quando estava no Município,
2205 quando era Prefeito, chamava-se 'São Paulo Aberta'. É uma metodologia, inclusive,
2206 um dos coordenadores conversou comigo, se ofereceu como consultor *pro bono*,
2207 me passou a literatura, inclusive de um livro que ele escreveu. Era uma ideia de
2208 consulta a toda a comunidade e, com ela, redigir esse Código Disciplinar da USP.
2209 Infelizmente - estou falando infelizmente porque achei que antes de fazer a consulta

2210 à comunidade eu tinha que comunicar o Conselho Universitário e, na hora que eu
2211 comuniquei, o Conselho Universitário, de uma maneira involuntária, os diretores se
2212 sentiram na obrigação de consultar as Congregações, etc, etc. Em suma, a ideia
2213 abortou, porque de que vale a opinião do Prof. Vahan se a Congregação da Poli já
2214 se manifestou? Seria ridículo, depois da manifestação da Congregação da Poli,
2215 consultar a comunidade daquela Unidade. E a mesma coisa, de que adianta a
2216 opinião do Prof. Pedro, sei que é muito valiosa, se a Congregação do Instituto de
2217 Química já se manifestou. Bem, com a manifestação das Congregações, de novo o
2218 Professor Floriano - agora os Professores Ana Lana, da Faculdade de Arquitetura e
2219 Urbanismo; a Maria Cristina, de São Carlos, o Rui de Ribeirão e o Pedro Dallari, da
2220 FD, fizeram uma compilação e, novamente, um trabalho hercúleo e, além da
2221 compilação de todas as coisas, fizeram um relatório muito cuidadoso e, inclusive,
2222 com análise preliminar dos dados. Não cabe - aí sim, no fim de gestão - eu tentar
2223 colocar uma coisa dessas 'a toque de caixa'. Então, esse relatório com toda a
2224 compilação dos dados, cuidadosamente feita pela Comissão, irá para o próximo
2225 Reitor, e a minha sugestão é que se monte uma nova Comissão para agora redigir
2226 um documento com toda a contribuição que foi recebida através das Congregações,
2227 inclusive de algumas Associações, também, que se manifestaram e alguns outros
2228 Grupos. Então, o trabalho não está concluído, mas está bem encaminhado, está
2229 melhor do que estava há quatro anos. Outro tópico importante e que já foi falado foi
2230 o Fundo Patrimonial. Nós criamos, agora formalmente, assinamos um instrumento
2231 de parceria com Fundo Patrimonial da USP e aproveitamos para regularizar,
2232 formalizar os Fundos Patrimoniais da Poli, da FEA e da Medicina. Fundo Patrimonial
2233 é coisa para daqui há vinte, trinta anos. Então, é bom estar formalizado para não
2234 termos surpresas. Outra coisa, no dia da eleição, coincidentemente, foi lançado o
2235 'USP Diversitas', que é um Programa extraorçamentário de promoção da
2236 diversidade estudantil na USP, apoiando, com auxílio financeiro, os estudantes em
2237 vulnerabilidade socioeconômica. Isto já tem o apoio do Banco Itaú. Outra coisa que
2238 me perguntam sempre, inclusive o Sindicato, é sobre o Abono Permanência. A Lei
2239 complementar nº 1361, de fins de outubro, deixa o Abono Permanência variável. Ele
2240 pode ser até zero, é lógico que ninguém é louco, as três Universidades Estaduais
2241 Paulistas querem o abono permanência porque, com isso, conseguimos manter - no
2242 nosso caso - 1.200 professores aposentáveis e, então, particularmente na Poli, vou
2243 soltar uma Portaria mantendo o abono permanência 100% do valor; mas quando

2244 falo 100%, o pessoal acha que dobra o salário, mas não, é 100% do valor que ele
2245 paga do INSS, da pensão; então, é só desse valor. Não fiquem muito contentes, é
2246 100% do valor que o docente paga por continuar trabalhando e contribuindo para a
2247 Previdência. Vou completar com uma boa notícia: semana passada, aquela ação
2248 direta de inconstitucionalidade que o Ministério Público pediu ao Supremo porque as
2249 três Universidades Públicas Paulistas, em 2019, deram um reajuste salarial que eles
2250 acharam que era impossível, absurdo - todo ano eles fazem isso, mas em 2019,
2251 eles conseguiram convencer as instâncias inferiores e chegou no Supremo -
2252 felizmente foi considerado improcedente pelo voto do Ministro Edson Fachin. Então,
2253 a autonomia da Universidade foi resguardada e respeitada. Para nossa sorte, o
2254 Ministro Edson Fachin foi Professor de uma Universidade Federal, de forma que ele
2255 entende a importância da autonomia e do respeito à Universidade. E lembro, antes
2256 de encerrar, que no dia 14 de dezembro tentaremos fazer essa reunião do Conselho
2257 Universitário presencial, porém no Anfiteatro do CDI, que permite que tenhamos
2258 distanciamento social e uma ventilação maior. Lembrando que o tema central dessa
2259 reunião do dia 14 dezembro será o Orçamento de 2022. Então, se não tivermos
2260 surpresas nas próximas duas semanas, vamos nos encontrar no Auditório do CDI.”
2261 A seguir, o **M. Reitor** passa ao item **4 - Palavra aos Senhores Conselheiros.**
2262 **Cons. Adrian Pablo Fanjul:** “Quero trazer um assunto que termina sendo um
2263 pedido à Pró-Reitoria de Graduação. O Professor Vahan falou sobre as perspectivas
2264 de retorno presencial, em princípio nós também; na Faculdade, consideramos que é
2265 o que queremos e o que temos na mente é o começo presencial das aulas,
2266 totalmente. Mas, em função disso, também fomos fazendo medições, sobretudo no
2267 maior curso da Faculdade, o de Letras, o qual também sou um dos Chefe de
2268 Departamento, chamamos um engenheiro da SENS que nos ajudou a medir,
2269 digamos, essas atuais condições de distanciamento no que era, para nós, o normal
2270 pré-pandemia. Quero lembrar a todos que o curso de Letras é talvez um dos
2271 maiores da Universidade, ele tem também curso noturno muito numeroso e,
2272 normalmente, vínhamos trabalhando em condições bastante apertadas. Por outra
2273 parte, temos a necessidade de oferecer nossas disciplinas obrigatórias; enfim, não
2274 podemos fazer uma reforma do Curso de um semestre para o outro e atender todas
2275 essas vagas. A história mostrou que o distanciamento com o qual atualmente
2276 trabalhamos na sala está muito longe do necessário. Também haveria alguns
2277 problemas na ventilação e, sobretudo, na concentração de pessoas. Considerando

2278 isso, e também algumas coisas que estamos vendo no mundo, desenhamos vários
2279 cenários, porque o que queríamos evitar é um cenário de que somente reste a
2280 possibilidade que tudo seja remoto. Unidades tão grandes, tão populosas como a
2281 nossa, pensamos que temos que ir desenvolvendo formas criativas e inteligentes de
2282 situações de transição. Em função disso, traçamos um planejamento que não
2283 alterasse a grade do semestre, mas que permitisse trabalhar com flexibilidade e
2284 rápida adaptação de vários cenários. Isso requereria alguns pequenos ajustes na
2285 apresentação das turmas, na primeira interação de matrícula. Nós temos várias
2286 disciplinas, que tem várias turmas em paralelo, tem várias turmas no mesmo horário
2287 com professores diferentes, e precisamente nessas é que gostaríamos de prever
2288 algumas coisas que, caso seja necessário, reduziríamos a quantidade de alunos no
2289 prédio, manteríamos o máximo de alunos possível com as turmas que seriam
2290 presenciais, a menos que aconteça uma situação em que nada possa ser presencial
2291 – e isso não apenas não esperamos, como imaginamos que não será o mais
2292 provável. Como também imaginamos e constatamos, pela medição da SEF, que
2293 também não é viável, no cenário atual pandêmico, fazer essa marcação que
2294 gostaríamos nas turmas para matrícula. Em função disso, a Comissão de
2295 Graduação enviou um pedido de postergar, por algumas semanas, a primeira
2296 interação de matrícula, para que possamos fazer esses pequenos ajustes. Esse
2297 pedido, a princípio, voltou negativo e nós, Chefes dos Departamentos do Curso de
2298 Letras, fizemos ontem outro pedido, menos pretensioso, de uma semana de
2299 adiamento, para que os alunos não encontrem surpresas depois de se
2300 matricularem. Não quero entrar em toda essa discussão aqui, apenas quero fazer
2301 um chamado à flexibilidade nesse aspecto; um chamado à Pró-Reitoria de
2302 Graduação, ao Conselho de Graduação à flexibilidade em relação a possíveis
2303 modificações que as Unidades precisem fazer para essa interação de matrícula,
2304 porque são presencialmente, pensando na escolha de não procurar o caminho mais
2305 fácil. Por que qual é o caminho mais fácil? É dizer: ‘bom, por enquanto será tudo
2306 presencial’, ou então, ‘fechamos tudo e será tudo remoto’. Estamos procurando
2307 caminhos que não são os mais fáceis, que requerem criatividade e que não são de
2308 fácil trabalho, mas que fazemos presencialmente com carinho, porque queremos
2309 evitar que aqueles alunos que já estão há dois anos na Universidade não tenham,
2310 pelo menos, algumas experiências presenciais que possamos oferecer. Então,
2311 prevendo cenários não catastróficos, mas que requeiram ainda cuidados com o

2312 distanciamento, é que elaboramos essas modificações. Ainda poderemos precisar
2313 de uma semana para estabilizá-las, em função disso, trago o pedido de flexibilidade
2314 de modo geral para a Pró-Reitoria de Graduação nesse sentido. Muito obrigado.”

2315 **Cons.^a Carlota Josefina Malta Cardozo dos Reis Boto:** “Na verdade, vou na
2316 mesma direção que o Professor Adrian, a preocupação é mais ou menos a mesma
2317 em relação à necessidade de que tenhamos diretrizes um pouco mais explícitas
2318 sobre como será o início do semestre que vem. Então, na verdade, a Universidade,
2319 nesse período, intensificou o recurso às plataformas digitais por causa desse tempo
2320 de pandemia, mas é o momento de retornarmos. Contudo, muitos docentes estão
2321 se perguntando: ‘o que nós vamos levar dessa experiência da pandemia, dessa
2322 experiência com os recursos digitais?’ E, ao mesmo tempo, como vamos fazer para
2323 receber os alunos todos em sala de aula, quando nós temos algumas salas que há
2324 mais de sessenta alunos num espaço que não contempla, minimamente, o
2325 distanciamento social. Então, é necessário, talvez, fazer com que pensemos em um
2326 modelo híbrido. Na minha Unidade, a Faculdade de Educação, tem um comitê
2327 permanente, que está estabelecendo parâmetros desse protocolo, desse retorno;
2328 mas sentimos a falta, por um lado, desta diretriz relativamente às orientações da
2329 Reitoria, e ao mesmo tempo, da necessidade de uma flexibilização das alternativas
2330 que possam contemplar as especificidades de cada Unidade. Só para termos uma
2331 ideia, o protocolo recomenda que se em classe um aluno ficar infectado, a turma
2332 deixe de ter aula por cinco dias, no mínimo. Como nós vamos fazer isso na
2333 Faculdade de Educação com os cursos de Licenciatura, em que os alunos estão
2334 cada dia em uma turma diferente? Então, nós teríamos problemas na
2335 operacionalização, inclusive, do protocolo. De forma que queria solicitar, da Reitoria,
2336 medidas nesse sentido do esclarecimento e desse pensar coletivo com os órgãos
2337 colegiados, evidentemente, com o Conselho de Graduação e com as Unidades,
2338 para que tenhamos uma postura inteligente e cuidadosa nesse retorno. Muito
2339 obrigada.” **Cons.^a Ingrid Merllin Batista de Souza:** “Obrigada por essa
2340 oportunidade de fala. Sempre vou ressaltar esse espaço para podermos deliberar,
2341 mas hoje estou aqui simplesmente para ler uma nota dos três setores contra os
2342 cortes da ciência e da educação: ‘O projeto neoliberal de ciência e educação vem
2343 de longa data, é caracterizado pela expansão da mercantilização, privatização e
2344 introdução em todos os âmbitos da vida. Da racionalidade empresarial, com redução
2345 de custos e maximização de resultados: do Estado, Escolas, Universidades e e


2346 Institutos de Pesquisa. Ao indivíduo pretende-se que tudo fique submetido aos
2347 interesses privados. Contudo, desde 2015, novo capítulo desse projeto se abre, os
2348 sucessivos e massivos cortes orçamentários em todas as áreas, afetando Educação
2349 Básica, o Ensino Superior e a Pesquisa Científica. Quando olhamos para os
2350 orçamentos do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação – MCTI, para o
2351 orçamento do Ministério da Educação, o MEC, e para o orçamento dos principais
2352 fundos de investimento à pesquisa científica CAPES, CNPQ, FNDCT, observamos
2353 um movimento de queda brusca até 2021. O recente corte de mais de R\$ 600
2354 milhões anunciados no dia 7 de outubro e sancionado pelo Presidente Jair
2355 Bolsonaro, a pedido do Ministro da Economia Paulo Guedes, intensifica todos esses
2356 cortes que já ocorreram e vêm ocorrendo, colocando a ciência e a educação em
2357 risco iminente. De imediato, os cortes de verbas para ciência e educação resultam
2358 em redução de bolsas, o que afeta diretamente a possibilidade de estudantes da
2359 pós-graduação e da graduação a continuarem nas universidades trabalhando com
2360 pesquisa e no limite de se sustentarem. Ao contrário do que se propaga, as bolsas
2361 de pesquisa não são meros benefícios, mas são os salários de quem trabalha com
2362 pesquisa, pesquisa trabalho e é com as bolsas que alimentos são comprados e
2363 aluguéis são pagos. Sem as bolsas discentes, são forçados ainda, de maneira
2364 silenciosa, a saírem da graduação e pós-graduação. E, muitas vezes, quem
2365 permanece depende do acúmulo de trabalhos informais e sub empregos para
2366 conseguirem sobreviver. Em um contexto de alta taxa de desemprego, de alta dos
2367 preços de produtos básicos, de generalização de trabalhos informais e retirada de
2368 direitos trabalhistas, o corte bolsa significa também uma ampliação da concorrência
2369 entre as pessoas por trabalhos cada vez mais escassos e intermitentes, o
2370 rebaixamento ainda maior dos salários e, por conseguinte, o aumento da
2371 desigualdade social e da fome - fome mesmo! O aumento da evasão universitária
2372 que acompanham os cortes é um fato, bem como o relato de pessoas que
2373 pesquisam, fazendo múltiplas jornadas de trabalho e passando grandes dificuldades
2374 relativas à alimentação e moradia, situação que atinge principalmente as mães
2375 pesquisadoras, que no âmbito das múltiplas jornadas, são responsáveis pelo
2376 trabalho doméstico e pelos cuidados com a família. De maneira imediata, os cortes
2377 na ciência e educação significam um apagão gradativo, que afeta o funcionamento
2378 das próprias universidades, paralisando não só a formação de docentes e
2379 pesquisadores, mas também as atividades de laboratórios, a produção de vacinas, o

2380 desenvolvimento de novas tecnologias, o acolhimento em hospitais, creches e
2381 escolas ligadas às universidades e que atendem diversas comunidades. Além
2382 desses despropósitos, o discriminação público da ciência e da educação se
2383 conecta com aqueles outros de setores como: energia, comunicação, cultura,
2384 transporte, saúde, meio ambiente e educação, que dependem direta ou
2385 indiretamente da pesquisa científica e da formação universitária. É importante
2386 ressaltar que as pesquisas realizadas nas universidades têm sido fundamentais no
2387 combate à pandemia de COVID-19. No momento em que mais se precisa de
2388 respostas para questões que afligem a sociedade, especialmente por meio das
2389 pesquisas e das ciências, o Governo disfire ataques visando a eliminação do
2390 sistema de ciência e tecnologia brasileira. Assim, os cortes se traduzem num
2391 processo social de precarização da nossa existência, que deve ser combatida a
2392 partir da aliança entre diversos setores da sociedade. Com o apagão da ciência e da
2393 educação, o que está em jogo é nosso próprio futuro e o das próximas gerações. Só
2394 com uma mobilização forte e combativa, que envolve diversos setores das
2395 universidades e da sociedade, poderemos minimamente reverter essa situação e
2396 barrar, de fato, os cortes que estão acontecendo.’ Compartilhei aqui com vocês a
2397 carta e quero agradecer novamente esse momento. Deixo aqui a fala de mais de 25
2398 Entidades que assinaram essa carta que está aqui para livre acesso a todos vocês.
2399 Muito obrigada.” **Cons. Reinaldo Santos de Souza**: “Falei bastante, mas queria
2400 tocar em alguns outros pontos. Primeiro, algo que a Cons.^a Bárbara comentou na
2401 sua primeira fala hoje, também faço coro em registrar o nosso pesar, da parte do
2402 SINTUSP, pelo falecimento do funcionário do IEE, Almir Sabino, que foi membro do
2403 nosso Conselho Diretor de Base durante várias gestões e teve um mal súbito no dia
2404 de ontem. Registro aqui o nosso pesar e a solidariedade aos seus colegas de
2405 trabalho, amigos e familiares. Não poderia deixar de registrar aqui, também, minha
2406 lamentação e o repúdio à aprovação feita aqui hoje da Resolução da Agência USP
2407 de Inovação, a despeito do apelo de uma gama de Conselheiros que pediram pela
2408 retirada de pauta, para que o debate pudesse ser feito nas Unidades, com o
2409 conjunto da comunidade; e esse apelo, infelizmente, não foi levado em
2410 consideração. Destaco, também, que em uma das minhas falas chequei a comentar
2411 sobre a necessidade do agendamento de uma reunião entre o Fórum das Seis e o
2412 CRUESP. Fiquei sabendo há pouco que a reunião foi agendada para o dia 22 de
2413 dezembro – quase véspera de Natal -, mas espero que ainda assim consigamos

2414 avançar numa proposta de recomposição das perdas salariais dos últimos anos.
2415 Para além dessa preocupação com o reajuste salarial, temos ouvido muitos
2416 questionamentos sobre o tema do quinquênio e da sexta parte, qual será a
2417 interpretação jurídica da Universidade sobre isso a partir de janeiro do ano que vem,
2418 já que há embates e debates jurídicos sobre se retoma a contagem do tempo e se
2419 vai pagar pelo menos os de quem teriam completado nesse período, talvez fosse
2420 importante algum comunicado da USP nesse sentido e, obviamente, somos contra o
2421 conjunto da Lei Complementar nº 173. Achamos que é um absurdo ter suspenso o
2422 pagamento dos quinquênios e da sexta parte, mas tanto pior a suspensão da
2423 contagem do tempo, já que efetivamente as pessoas seguiram trabalhando nesse
2424 período e essa suspensão da contagem atingiria o conjunto da comunidade de
2425 funcionários e de docente. Por fim, quero fazer outro registro, que foi tema de
2426 debate no último período, sobretudo por conta da pandemia, a questão do
2427 adoecimento mental e os impactos da pandemia na saúde mental da comunidade,
2428 principalmente a partir dos casos de suicídio de estudantes. Mas, obviamente, esse
2429 não é um problema que atinge somente os estudantes, atinge o conjunto da
2430 comunidade: funcionários, docentes e não só por conta da pandemia. Por exemplo,
2431 houve uma pesquisa de uma trabalhadora do SESMET que aponta que a maior
2432 parte dos afastamentos de funcionários se dava por conta de adoecimento mental
2433 antes da pandemia, não estou nem falando só daquele período. Estou destacando
2434 esse assunto porque penso que esse é um problema grave para a Universidade,
2435 institucionalmente. Será preciso se atentar a ele e ter uma política de acolhimento -
2436 e não de punição - para os casos de funcionários e docentes que passem por esse
2437 tipo de situação. Nesse sentido, tem o caso específico de uma funcionária da Pró-
2438 Reitoria de Cultura e Extensão Universitária e nós estamos - a partir do SINTUSP,
2439 mas também é assinado por dezenas de entidades - com uma solicitação para que
2440 seja revista a situação dela, já que foi demitida. Foi aberto um processo
2441 administrativo. A funcionária teve um problema de adoecimento mental, uma
2442 depressão grave e por conta disso, teve atrasos e faltas no trabalho, é fato, mas
2443 ligados essas com sua condição. Infelizmente, pela política da Universidade, a
2444 primeira punição - inclusive nem teve uma gradação de penas - foi a abertura do
2445 processo, já com demissão por justa causa. Nós achamos que isso vai à contramão
2446 da necessidade do momento, que é justamente o acolhimento às pessoas.
2447 Formalmente foi feito um recurso ao Reitor dessa decisão, na fase interna. De forma

2448 que está nas mãos do Reitor essa decisão. E nós fazemos aqui um apelo para que
2449 o Professor Vahan possa reverter essa decisão, convertendo o que nesse momento
2450 é uma demissão por justa causa, em alguma pena mais branda e, sobretudo, que
2451 tenha de maneira geral na Universidade, uma atenção especial com essas
2452 situações. Obrigado.” **Cons.^a Maria Sylvia Baptista Serra**: “Meu nome é Maria
2453 Sylvia, sou representante discente de graduação, do curso de Arquitetura e
2454 Urbanismo do *campus* de São Carlos e gostaria de fazer uma fala breve, que tem
2455 bastante proximidade com o temas debatidos hoje e me referenciando nos
2456 acontecimentos desses últimos anos, no que toca às moradias universitárias - não
2457 só o CRUSP, mas também casas com alojamento de São Carlos e tenho certeza
2458 que também em vários outros *campi*, que não tive tanto contato. Trata-se de um
2459 contexto geral de vulnerabilidade social frente à pandemia, de precariedade da
2460 infraestrutura das moradias, que não tem tido essa manutenção e de medidas
2461 autoritárias e insatisfatórias por parte da Reitoria e de outras categorias
2462 administrativas da USP. E para isso, gostaria de ler, vou compartilhar também com
2463 vocês a Carta Manifesto do Comitê de Reforma do CRUSP, que tem atuado
2464 ativamente para tentar barrar as evacuações do prédio: ‘No fim de julho os
2465 moradores do Bloco D, do CRUSP, receberam uma notificação da SAS, informando
2466 que deveriam evacuar seus apartamentos até o dia 15 de agosto, posteriormente
2467 prorrogado mediante determinação judicial para o fim de outubro. Uma reforma no
2468 CRUSP é necessária e seus moradores a reivindicam há muito tempo. Atualmente,
2469 diversos blocos do CRUSP se encontram em condições inadequadas de iluminação,
2470 com saída de incêndio precárias, falta de máquinas de lavar e fogão, problemas de
2471 falta de água e na rede elétrica. Sabemos da necessidade de uma reforma
2472 completa, mas muitas outras já deveriam estar ocorrendo em todos os blocos, sem
2473 necessidade de retirada dos moradores. A proposta de reforma, no entanto, foi
2474 imposta de forma autoritária e imediata e colocou os moradores do Bloco D, em
2475 situação de despejo. Com a retirada dos moradores do D, sem outra medida de
2476 ampliação significativa, a oferta de vagas para moradia estudantil nos demais
2477 Blocos, que já é insuficiente, será seriamente reduzida. Os trabalhos no local de
2478 obra continuam e sobre forte pressão, muitos moradores já abandonaram seus
2479 apartamentos. Dentre os moradores que continuam no Bloco D, alguns relatam
2480 invasões de funcionários da obra em seus apartamentos, bem como moradoras vem
2481 denunciando casos de assédios cometidos por funcionários da obra. Apesar de

2482 pública gratuita, a USP é uma Universidade elitizada. Ao mesmo tempo em que
2483 abre espaço dentro do *campus* para faculdades privadas e festivais para donos de
2484 iates, a Reitoria e o Governo do Estado de São Paulo instalam mais uma base
2485 militar na USP, ao lado da moradia estudantil. Todas essas movimentações não são
2486 ao acaso, elas têm como objetivo desmobilizar, intimidar e dizer a esse conjunto de
2487 estudantes que a USP não lhes pertence. Tendo em vista o que foi dito nos
2488 parágrafos acima, encaminhamos neste Manifesto um conjunto de reivindicações
2489 que devem nortear as movimentações dos estudantes na Pró-Reitoria da USP e a
2490 SAS. Entre elas: pela reforma e retomada dos Blocos K e L, para que as reformas
2491 de todos os blocos ocorram sem diminuição de vaga, pela efetivação imediata de
2492 todos os estudantes regulares, por uma solução da USP perante a falta de água no
2493 Bloco F, pela desativação imediata da base da PM instalada na USP, que cumpre o
2494 papel de desmobilizar a luta por uma reforma sobre o controle dos moradores do
2495 CRUSP, por um plano de reforma democrática e transparente; os moradores do
2496 Bloco D devem ter conhecimento pleno a respeito do projeto que a SAS e os
2497 engenheiros vêm desenhando, e pelo fim do contrato individual da SAS com os
2498 moradores do Bloco D. É necessário que as negociações sobre a reforma sejam
2499 coletivas.’ Por fim, vou encerrar a minha fala colocando-me à disposição e
2500 acrescentando que ainda foram adicionadas câmeras de monitoramento no Bloco D
2501 recentemente. Ao longo de toda a pandemia os alunos foram confrontados com a
2502 situação geral de fome e de crise sanitária, isso fica evidente com o aumento de
2503 suicídios, do adoecimento mental e o afastamento dos alunos da Universidade. E
2504 uma moradia digna é um pilar para o desenvolvimento pessoal e básico desses
2505 estudantes. Então, que as reivindicações dos estudantes e moradores sejam
2506 ouvidas e respeitadas, que as Diretrizes Orçamentárias de 2022 e as prioridades
2507 decididas reflitam essas necessidades de permanência na USP, e que a moradia
2508 estudantil seja uma prioridade, principalmente nesse contexto. Agradeço o espaço e
2509 desejo boa noite novamente a todos.” **M. Reitor:** “Maria Sylvia, se você puder
2510 mandar essa carta para a Secretaria Geral é melhor. Também, só para comentar,
2511 Reinaldo, a reunião do CRUSP com o Fórum das Seis será em meados de
2512 dezembro porque antes tem reunião técnica do nosso pessoal. E, por último,
2513 concordo com os Conselheiros Adrian e Carlota, realmente nós ficamos bastante
2514 preocupados, mas não dá para ficarmos muito ansiosos, nós vamos ter que esperar,
2515 porque a situação não é previsível, controlada e com um desenvolvimento que nós

2516 conheçamos, é uma surpresa toda semana. Então, sem dúvida, o GT está
2517 trabalhando, acompanhando e tenho certeza que bem antes da data prevista de 14
2518 de março para a retomada das atividades presenciais da graduação, o Grupo
2519 soltará algumas normas. Estou ainda em dúvida se isso sai como uma
2520 recomendação do Grupo ou como uma Portaria do Reitor, porque se sair como
2521 Portaria torna-se muito rígida; se for uma recomendação do GT tem certa
2522 flexibilidade. Isso ainda está para ser discutido, a sugestão do GT talvez saia como
2523 Portaria para ser uma ação mais rígida. Pessoal, muito obrigado. Agradeço às 75
2524 pessoas, aproximadamente, que ficaram até o fim da reunião - 55 remotamente e
2525 umas 20 pessoas aqui presentes. Até o dia 14.12 e, se possível, todo mundo junto
2526 presencialmente. Obrigado.” Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente dá
2527 por encerrada a reunião, às 18h43. Do que, para constar, eu,
2528  , Prof. Dr. Pedro Vitoriano Oliveira, Secretário Geral,
2529 lavrei e solicitei que fosse digitada esta Ata, que será examinada pelos Senhores
2530 Conselheiros presentes à sessão em que for discutida e aprovada, e por mim
2531 assinada. São Paulo, 30 de novembro de 2021.